

**Gonimar Venâncio Teixeira Marques**

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS SIGNOS DISTINTIVOS DE  
ORIGEM: o caso da Indicação de Procedência da região cafeeira das Matas de Minas**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Gustavo Bastos Braga

Coorientador: Alair Ferreira de Freitas

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M357p  
2021

Marques, Gonimar Venâncio Teixeira, 1984-

O processo de construção social dos signos distintivos de origem: o caso da indicação de procedência da região cafeeira das Matas de Minas / Gonimar Venâncio Teixeira Marques. – Viçosa, MG, 2021.

1 dissertação eletrônica (113 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Gustavo Bastos Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2021.

Referências bibliográficas: f. 97-100.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.078>

Modo de acesso: World Wide web.

1. Café - Comercialização. 2. Indicações geográficas (Marcas de origem). 3. Economia - Aspectos sociológicos. 4. Diferenciação do produto. 5. Redes sociais - Análise. I. Braga, Gustavo Bastos, 1988-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 381.41373

**GONIMAR VENÂNCIO TEIXEIRA MARQUES**

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS SIGNOS DISTINTIVOS DE  
ORIGEM: O CASO DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DA REGIÃO CAFEIEIRA  
DAS MATAS DE MINAS**

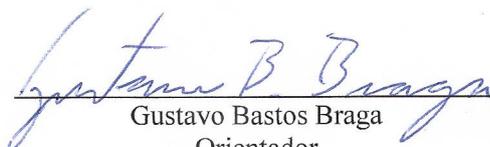
Dissertação apresentada à Universidade Federal  
de Viçosa, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,  
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 02 de dezembro de 2021

Assentimento:



Gonimar Venâncio Teixeira Marques  
Autor



Gustavo Bastos Braga  
Orientador

**À minha Mãe, Maria Januária.**

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de pela oportunidade de cursar o mestrado. Agradeço em especial aos professores do DER pela luta constante, que viabilizou o programa e o curso de Mestrado em Extensão Rural.

Ao meu orientador, Professor Dr. Gustavo Bastos Braga, pela amizade, paciência e suporte nos momentos críticos do trabalho. Agradeço também pela dedicação e trabalho de orientação, oferecendo-me um direcionamento objetivo e de qualidade no desenvolvimento desta pesquisa, pela sua compreensão e pelo apoio durante minhas dificuldades, bem como pelo respeito às escolhas que fiz.

Ao meu coorientador Professor Dr. Alair Ferreira de Freitas, por aceitar a empreitada no primeiro momento do convite e por ter contribuído desde o início para o êxito deste trabalho, oferecendo mais objetividade e clareza à pesquisa.

À Professora Dra. Kátia de Fátima Vilela e ao Professor Dr. Rodney Alves Barbosa, pelo incentivo na etapa do projeto e pelas colaborações feitas durante aquele processo. Às professoras, Dra. Kátia de Fátima Vilela e Dra. Marisa Alice Singulano Alves, pelas importantes contribuições teóricas e empíricas que fizeram durante a banca de defesa da dissertação.

Ao Romildo e a Margarida, pela solicitude, destreza e comprometimento com que conduzem o trabalho na secretaria do programa de pós-graduação do Departamento de Economia Rural (DER), e pela forma sempre amistosa com que realizam nossas necessidades burocráticas.

A todos os Professores e Professoras da rede pública de ensino brasileira, que me passaram os conhecimentos necessários para que eu chegasse até aqui. Serei eternamente grato de maneira geral a todos os Professores e Professoras, pois acredito que eles são os responsáveis pela liberdade, autonomia e soberania das pessoas.

Agradeço a todos os meus colegas do DER, em especial aos colegas da turma de 2019-2 do mestrado em Extensão Rural, pelos momentos de convivência.

Por fim, agradeço a todos os envolvidos no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas que auxiliaram na realização deste trabalho, em especial aos integrantes do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas representado pela Amara

Alice Cerqueira e pelo Sr. Sebastião de Lourdes Lopes, que muito contribuíram nas etapas de coleta de informações, bem como fornecendo a documentação necessária.

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

*“Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança. A desesperança é negação da esperança. A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História.”*

*(Paulo Freire)*

## RESUMO

MARQUES, Gonimar Venâncio Teixeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2021. **O processo de construção social dos signos distintivos de origem: o caso da Indicação de Procedência da região cafeeira das Matas de Minas.** Orientador: Gustavo Bastos Braga. Coorientador: Alair Ferreira de Freitas.

O processo de diferenciação de produtos agrícolas, como o café, busca agregar valor econômico e obter o reconhecimento dos seus atributos de qualidade pelo mercado. Uma das etapas mais reconhecidas do processo de diferenciação é a criação de selos que garantem a qualidade e identificam a origem do produto, como as denominadas Indicações Geográficas (IGs), que são divididas em duas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). A diferenciação do café é uma estratégia para agregar valor à produção, pois busca a criação de valor a partir da identificação e da rotulagem do produto com atributos sociais, físicos, organolépticos e ambientais relacionados ao local onde é produzido. Para se registrar uma IG, é necessário que a região geográfica tenha se tornado reconhecida como origem de determinado produto e que suas características exclusivas estejam vinculadas a ele. Dessa forma, o estabelecimento de selos que certificam a origem de um produto é um processo socialmente construído, pois, engloba a ação de diversos atores como os agricultores e as organizações, como cooperativas, associações, sindicatos, etc. Em busca de valorizar o café, para atingir consumidores sensíveis aos estímulos proporcionados pelo mercado, e que se dispõem a pagar um valor maior pelo produto, os atores envolvidos na cadeia de valor do café da região das Matas de Minas se organizaram para reconhecer uma IP. O presente estudo tem como objetivo principal pesquisar o processo de reconhecimento da referida IP Matas de Minas. A partir dos conceitos apresentados pela Nova Sociologia Econômica (NSE), mais especificamente, da ideia de construção social dos mercados e das instituições, foi realizado um estudo de caso. Aplicou-se a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) para compreender o processo de construção social da IP Matas de Minas. A ARS é uma abordagem teórico-metodológica que foca o estudo das estruturas sociais a partir de elementos da Sociometria e da Teoria dos Grafos. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem sócio-histórica do processo de criação da referida instituição. Lançou mão de procedimentos de coleta de dados e informações como a entrevista semiestruturada e a aplicação de questionário sociométrico. A parte de campo da pesquisa foi realizada durante os meses de agosto e setembro de 2021, após a liberação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa. Os resultados apontam que a rede social estruturada durante o processo de

reconhecimento da IG é frágil, com importantes pontos de ruptura. Notou-se que existe poucas conexões do tipo ponte, capazes de aumentar a oferta de oportunidades aos atores da rede. Contudo, observou-se que a rede é formada principalmente por pessoas que possuem escolaridade de nível superior, predominância do sexo masculino e que se identificam como produtores rurais (cafeicultores empresariais) nascidos na região das Matas de Minas. Portanto, entendeu-se que o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência foi endógeno com a participação de atores da própria região. A criação de uma Indicação Geográfica (IG) num território onde se pretende organizar a produção de café, principal atividade econômica local, tende a promover o desenvolvimento territorial rural. Por isso, estudos que se propõem a analisar estes fenômenos sociais são de grande valia para balizar a criação e implementação de políticas públicas direcionadas para a região. Desta forma, o estudo buscou preencher uma lacuna das pesquisas sobre arranjos produtivos respaldados pela teoria da Nova Sociologia Econômica.

Palavras-chave: Indicações Geográficas. Café. Nova Sociologia Econômica. Diferenciação. Análise de redes sociais.

## ABSTRACT

MARQUES, Gonimar Venâncio Teixeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2021. **The process of social construction of the distinctive signs of origin: the case of the Indication of Origin of the coffee producing region of Matas de Minas.** Adviser: Gustavo Bastos Braga. Co-Adviser: Alair Ferreira de Freitas.

The process of differentiating agricultural products such as coffee, seeks to add economic value and obtain recognition of its quality attributes by the market. One of the most recognized stages of the differentiation process is the creation of labels that guarantee quality and identify the origin of the product, such as the so-called Geographical Indications (IGs), which are divided into two modalities: Indication of Origin (IP) and Denomination of Origin (DO). The differentiation of coffee is a strategy contrary to the formation of a commodity, as it seeks to create value from the identification and labeling of the product using social, physical, organoleptic and environmental attributes of the place where it is produced. To register an IG, the geographic region must be recognized as the origin of a certain product, whose unique characteristics are linked to it. Thus, the establishment of labels that identify the origin of a product is a socially constructed process, as it encompasses the actions of various actors such as farmers and organizations, such as cooperatives, associations, unions, etc. In search of valuing coffee, to reach consumers who are sensitive to the stimuli provided by the market, and who are willing to pay a higher price for the product, the entities involved in the value chain of the Matas de Minas region have created an IP. The main objective of this study is to research the recognition of the process of the IP Matas de Minas. Based on the concepts presented by the New Economic Sociology (NSE), more specifically, on the idea of social construction of markets and institutions, a case study was carried out. The Social Network Analysis (SNA) methodology was applied to understand the social construction process of IP Matas de Minas. SNA is a theoretical-methodological approach that focuses on the study of social structures from elements of Sociometry and Graph Theory. The research was conducted from a socio-historical approach to the creation process of the referred institution. It used data and information collection procedures such as semi-structured interviews and the application of a sociometric questionnaire. The field part of the research was carried out during the months of August and September 2021, after the Universidade Federal de Viçosa's Ethics Committee approval. The results show that the social network structured during the GI recognition process is fragile, containing important breaking points. It was observed that there are few bridge-type connections, capable of increasing the

offer of opportunities to network actors. However, he noticed that the network is formed mainly by people who have higher education, predominantly male and who identify themselves as rural producers (business coffee growers) born in the region of Matas de Minas. Therefore, it was understood that the process of recognition of the Indication of Origin was endogenous with the participation of actors from the region itself. The creation of a Geographical Indication (GI) in a territory where it is intended to organize coffee production, the main local economic activity, tends to promote rural territorial development. Therefore, studies that propose to analyze these social phenomena are of great value to guide the creation and implementation of public and social policies specifically targeted to the region. In this way, the study sought to fill a gap in research on productive arrangements supported by the theory of the New Economic Sociology.

Keywords: Geographical Indications. Coffee. New Economic Sociology. Differentiation. Social Network Analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo evidenciando marcadores históricos que propiciaram o reconhecimento da IP Matas de Minas – período entre os anos de 1952 e 2000.....	53
Figura 2 - Linha do tempo evidenciando marcadores históricos que propiciaram o reconhecimento da IP Matas de Minas - período entre os anos de 2001 e 2020.....	54
Figura 3 – Mapa da Região das Matas de Minas.....	60
Figura 4 - Rede dos atores que atuaram no processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Os nós representados por um quadrado verde foram coletados pelas entrevistas e os nós representados por um círculo vermelho foram coletados pelo questionário. ....	80
Figura 5 – Rede de todos os atores citados na coleta de dados, que participaram do processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. As setas vermelhas são conexões não recíprocas e as setas azuis são as conexões recíprocas. ....	83
Figura 6 – Grafo representativo do grau de prestígio dos atores que atuam no processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Em vermelho estão representados os nós obtidos a partir do questionário e em verde os nós obtidos a partir das entrevistas. ....	84
Figura 7 – Rede representativa do status ou ranking de prestígio, que apresenta os atores mais “poderosos” dentro da estrutura da rede. Fonte: Elaboração do autor, por meio do <i>software Netdraw</i> , 2021. ....	85
Figura 8 – Rede de todos os atores citados na coleta de dados, que participaram do processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Os nós vermelhos são os <i>cutpoint</i> ou <i>broker</i> existentes na rede. Os círculos são os nós obtidos a partir da aplicação do questionário e os quadrados são os nós obtidos a partir das entrevistas.....	86
Figura 9 – Árvore dos subgrupos ou <i>cliques</i> formados dentre da rede estruturada durante o reconhecimento da IP Matas de Minas.....	87
Figura 10 – Dendrograma de identificação dos subgrupos ou <i>cliques</i> formados dentre da rede estruturada durante o reconhecimento da IP Matas de Minas. ....	88
Figura 11 – Nuvem de palavras.....	89

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios que compõem a região das Matas Minas apresentados por Bacia Hidrográfica e por Mesorregião de Planejamento.....	58
Quadro 2 - Município que compõem a região das Matas Minas apresentados por Bacia Hidrográfica e por Mesorregião de Planejamento. Continuação.....	59
Quadro 3– Critérios avaliados para elaboração do questionário sociométrico .....	67
Quadro 4– Indicadores da rede social estabelecida durante o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. ....	79
Quadro 5– Centralidade dos nós ( <i>Outdegree-Indegree</i> ).....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPIC - Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

ARS - Análise de Redes Sociais

CACCER - Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEC - Centro de Excelência do Café das Matas de Minas

CERTICAFE - Certificação da origem do café

CGAVAD - Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto do Douro

CIG – Coordenação de Indicação Geográfica

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CUP - Convenção da União de Paris

DER - Departamento de Economia Rural

DMRD - Divisão Militar do Rio Doce

DO - Denominação de Origem

DOVV - Denominação de Origem Vale dos Vinhedos

EMATAER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF SUDESTE MG - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

IGs - Indicações Geográficas

IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária

INAES - Instituto Antônio Ernesto de Salvo

INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IP - Indicação de Procedência

IPCPG - Indicação de Procedência Carne do Pampa Gaúcho

IPVV - Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos

IWCA - Aliança Internacional das Mulheres do Café

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Mobon - Movimento Boa Nova  
NSE - Nova Sociologia Econômica  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
SCAMG - Associação de Cafés Especiais de Minas Gerais  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação  
TRIPS - Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights  
UFV - Universidade Federal de Viçosa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1.1 Justificativa</b> .....	26
<b>1.2 Desenvolvimento do Problema</b> .....	30
<b>1.3 Objetivos</b> .....	35
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	36
<b>2.1 A Análise de Redes Sociais (ARS) como forma de compreender o território</b> .....	38
<b>2.2 Dimensão histórica e relacional: o processo de reconhecimento da IP</b> .....	41
<b>2.3 Breve contexto das Indicações Geográficas</b> .....	43
<b>2.4 O mercado brasileiro de café e os processos de diferenciação</b> .....	48
<b>2.5 Fundamentação empírica e histórica da região das Matas de Minas</b> .....	50
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	55
<b>3.1 Caso estudado: a Indicação de Procedência Matas de Minas</b> .....	57
<b>3.2 Etapas da revisão de bibliografia</b> .....	61
<b>3.3 Pesquisa documental</b> .....	62
<b>3.4 Levantamento de dados e informações em campo</b> .....	63
3.4.1 <i>População e amostra</i> .....	64
3.4.2 <i>Entrevistas</i> .....	65
3.4.3 <i>Aplicação do questionário sociométrico para a coleta de informações</i> .....	66
<b>3.5 Análise de Redes Sociais (ARS) em organizações sociais</b> .....	68
<b>3.6 Organização e análise dos dados</b> .....	69
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	70
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	91
<b>5.1 Recomendações e perspectivas para futuras pesquisas</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	97
<b>APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas</b> .....	101

<b>APÊNDICE B – Questionário sociométrico .....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE C – Documentos consultados .....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As indicações geográficas (IG), assim como as marcas coletivas podem ser compreendidas como sinais ou signos<sup>1</sup> que distinguem produtos ou serviços, os relacionam a uma região geográfica específica e os diferenciam dos demais existentes no mercado. Ao conectarem produtos (bens ou serviços) aos territórios e os diferenciarem através da origem, as IGs vinculam a eles determinadas condições territoriais. Assim elas recebem o nome do local, ou seja, o topônimo<sup>2</sup> de onde são estabelecidas.

Estes signos distintivos também são chamados de mecanismos ou ferramentas de direito de propriedade intelectual que certificam, além da origem e outros atributos, a qualidade dos produtos e serviços (NIEDERLE; MASCARENHAS; WILKINSON, 2017). As indicações geográficas, por representarem o interesse de um conjunto de pessoas que atuam no interior de determinada região, podem ser entendidas como um tipo de instituição de direito coletivo. Pois, de acordo com Veloso (2008), as indicações geográficas são um tipo de direito coletivo porque podem ser utilizadas por todos os produtores que estão estabelecidos dentro da área de abrangência delas.

As IGs foram criadas inicialmente para coibir as adulterações e falsificações de produtos de origem agropecuária, como o vinho, à medida que estes adquiriram reputação e valor de mercado (BRUCH, 2011). A crise na produção vinícola da região do Vale do Douro em Portugal, em meados do século XVIII, dentre outros fatores como a falsificação e a adulteração do vinho, levaram os portugueses a instituírem a primeira região de origem reconhecida internacionalmente: a denominada Região do Vale do Douro. Desse modo, as primeiras Indicações Geográficas com reconhecimento legal internacional foram estabelecidas na Europa. De acordo com Bruch (2011), o primeiro produto com origem reconhecida internacionalmente foi o Vinho do Porto em 1756, em Portugal. No entanto, desde os tempos mais antigos já se conheciam e valorizavam alguns produtos com origem geográfica reconhecida.

O reconhecimento da relação entre a origem de determinados produtos e regiões geográficas específicas é antiga, porém, nota-se na literatura que somente a partir de meados do século XVIII passaram-se a regulamentar e criar signos distintivos que fizessem o

---

<sup>1</sup> De acordo com a semiótica, ciência que estuda os signos, estes são algo que produzem impressão nos sentidos, ou seja, que é capaz de trazer à mente a coisa que ele representa (NOTH E SANTAELLA, 2017).

<sup>2</sup> É o nome que se dá a uma porção geográfica, que pode ser um rio, uma cordilheira, uma cidade, vila ou córrego por exemplo.

reconhecimento da origem através de dispositivos legais. De acordo com Bruch (2011), a primeira região geográfica legalmente demarcada de que se tem relato é a Região do Vale do Douro em Portugal. De acordo com Moreira (1998), foi no arcabouço legal da criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto do Douro (CGAVAD), datada de 10 de setembro de 1756, que se delimitou a região produtora de Vinho do Porto do Vale do Douro. Com a demarcação da região de origem deste produto específico, Portugal se tornou o primeiro país, na era moderna, a regulamentar uma indicação geográfica.

Desde muito cedo na história, os produtos que fazem referências às regiões geográficas passaram a ser valorizados e consumidos como bens diferenciados. Existem relatos de que já na idade antiga, alguns produtos eram valorizados por serem originários de locais específicos. Na Mesopotâmia e na região do mediterrâneo podem ser citados produtos reconhecidos como: o cedro do Líbano, bronze de Corinto, mármore de Carrara, etc. Mais recentemente, os países da Europa passaram estabelecer acordos internacionais e legislações nacionais que viabilizassem o reconhecimento oficial das regiões reconhecidamente originárias de determinados produtos, com o objetivo de coibir a falsificação ou adulteração destes (BRUCH, 2011).

Na América Latina e mais especificamente no Brasil, os signos distintivos de origem passaram a ser estabelecidos, reconhecidos e ter seu uso regulamentado somente a partir do final do século passado. A primeira indicação geográfica reconhecida na América Latina foi estabelecida no México para o produto Tequila. De acordo com Bowen (2012), a IG para Tequila foi criada em 1974 e é a mais antiga fora da Europa. Já no Brasil, foi esteira da internalização de acordos internacionais, da criação de uma legislação específica para a matéria de propriedade industrial e no atendimento aos dispositivos da constituição federal de 1988, que o país passou a analisar processos de reconhecimento de indicação geográfica a partir da década de 1990.

A primeira indicação geográfica registrada para café no Brasil foi a Região do Cerrado Mineiro em 2005, na modalidade de Indicação de Procedência. Esta IG está localizada em sua totalidade dentro do estado de Minas Gerais, na porção oeste. A Região do Cerrado Mineiro foi organizada a partir da criação do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCER). Essa IG, que posteriormente obteve o registro na modalidade de Denominação de Origem no ano de 2013, pode ser considerada o signo distintivo para café em estágio mais avançado no Brasil no que se refere à estrutura organizacional. Isso se deve ao seu maior

tempo de reconhecimento e pela organização dos cafeicultores do Cerrado Mineiro em cooperativas e associações empresariais.

No Brasil, o órgão responsável pelo reconhecimento e registro das Indicações geográficas é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Este órgão foi criado pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, e em conjunto com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o principal fomentador de IGs no país, formam o aparato Estatal que cuida das IGs. Já o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e as organizações sociais (associações, cooperativas e sindicatos), bem como as ONGs, têm se constituído os principais agentes privados que têm pleiteado os pedidos de reconhecimento de Indicações geográficas.

Poe ser o principal incentivador da criação e reconhecimento dos pedidos de registro de IGs no Brasil, o MAPA criou em 2005, a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG). De acordo com Santiago *et al.* (2019), este órgão foi criado no bojo das negociações da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para os autores, a criação de uma estrutura voltada para fortalecer e dinamizar o estabelecimento de IGs no Brasil contribui para o reconhecimento desses signos distintivos como ferramentas que promovem o desenvolvimento rural e incentivam o crescimento da agropecuária brasileira. Ademais, a estruturação da CIG pelo MAPA é mais um indicativo de que o Brasil tem buscado fortalecer e incentivar o reconhecimento e o estabelecimento destes signos distintivos de origem. O que proporciona mais instrumentos efetivos de proteção e valorização do produto brasileiro no mercado internacional, além de garantir o reconhecimento das regiões e dos produtos brasileiros.

O Estado brasileiro tem proporcionado a conformação de uma estrutura burocrática sólida voltada para o reconhecimento das indicações geográficas. A organização estatal está relacionada com a novidade do tema para países em desenvolvimento como o Brasil, e o potencial das IGs para desenvolvimento regional e proteção dos produtos nacionais no mercado internacional. É comprovado que existem diversos fatores existentes no contexto do processo de reconhecimento e consolidação das IGs que favorecem toda a região e a cadeia produtiva do produto reconhecido por estes signos distintivos de origem.

Assim, as indicações geográficas por constituírem dispositivos que certificam a origem de bens e produtos que estão relacionados a determinadas regiões, fazem referência a territórios específicos. Por isso elas carregam um conjunto de significações que vão muito além do produto que representam. Como a luta de forças sociais existentes em determinados

territórios. Portanto, esses signos distintivos precisam ser entendidos não só como uma marca ou um nome, mas como o produto de um conjunto de relações sociais que definem um território.

Diante disso, o território é definido, de acordo com Santos (1999), como uma categoria de análise, quando se fala em território usado. Isto significa que as representações atribuídas a um lugar em questão, “tem uma relação com o valor que é dado ao que está ali presente” (SANTOS, 1999, p. 18). Assim, depreende-se que o território é algo que está em processo, em mudança a partir da interação da sociedade com ela mesma. Portanto, o território é um “campo de forças” que atuam em determinado local, ou seja, é “o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999, p. 19).

Por isso, os signos distintivos de indicação geográfica levam consigo toda a representação contida no campo de lutas e de forças que atuam em um “campo econômico” (BOURDIEU, 2005), existente em determinado território. Ou seja, quando um nome se torna o signo representativo de um complexo conjunto de atributos de determinado território, pode significar que ela é produto das forças que se consagram “vitoriosas” num campo de lutas. Pois, como afirma Raffestin (1993), a territorialidade é produto das relações de poder, sejam elas produtivistas e/ou existenciais, já que reside na interação entre os atores, além de ser capaz de modificar tanto as relações da natureza como as relações sociais.

Além da representatividade que um signo de indicação geográfica carrega, ele também é portador de significações vinculadas ao conceito de desenvolvimento. Para Niederle (2014), a IG vai além de uma forma de expressão de qualidade vinculada à origem dos produtos, ela se relaciona a um conjunto de processos que promovem uma mudança institucional. Para o autor, a mudança institucional promovida pela criação de uma IG perpassa pela constituição e estabelecimento de normas e padrões que redirecionam a forma de produção e de comercialização dos produtos. O condicionamento de novas formas de produção e comércio está relacionado com o desenvolvimento territorial rural das regiões onde as IGs são estabelecidas. Ou seja, as IGs promovem o desenvolvimento territorial, das regiões onde elas são criadas, desde que a criação do signo não seja o objetivo final dos atores do processo produtivo (NUNES; BANDEIRA; NASCIMENTO, 2012; ANJOS; CRIADO; CALDAS, 2013; CERDAN, 2009; VIEIRA; PELLIN, 2015),

Além da questão do desenvolvimento, o estudo das indicações geográficas é sustentado por um conjunto de conceitos que estão relacionados a aspectos culturais, como a

forma de produção do produto (bens ou serviços) e a relação histórica das pessoas com este e com seu local de produção. A relação histórica diz respeito ao modo de produção e às características específicas do produto e como estas são transmitidas de geração em geração até que este venha a obter um conjunto de características que o diferencia dos demais. Neste contexto, os produtos diferenciados por um signo distintivo de origem, para além da diferença locacional, proporcionada pela região onde são produzidos, estão relacionados ao território, ao saber fazer, à cultura e a tradição dos produtores.

Assim, o presente estudo busca explorar tais conceitos de modo a apresentar os contornos que se aproximam de sua representação. Busca, de uma maneira bem simples, produzir um conjunto de sentidos sobre o que representa a criação de um signo distintivo de origem como a indicação geográfica. A produção de sentidos pode ser uma forma de desvendar, para compreender os processos sociais, econômicos e culturais que servem de pilares para a construção de determinado signo distintivo de origem. Por isso considera importante trazer para a discussão o processo de construção social das IGs.

Desta forma, o estudo das indicações geográficas perpassa pela análise mais detalhada de conceitos da geografia como região, território, local e paisagem. Devem ser analisados também os conceitos da semiótica, sobre o que é um signo, uma marca ou significação. É importante perpassar pelos conceitos da antropologia, como cultura, tradição, e saber local. São de grande importância os conceitos do direito relacionados à propriedade intelectual e industrial. Deve-se atentar para o arcabouço legal nacional e internacional que sustenta a ideia de IGs. Faz-se necessário analisar os conceitos da economia, como desenvolvimento e crescimento econômico, oferta, demanda e mercado, sob a ótica da Nova Sociologia Econômica. Devem ser observados alguns conceitos da sociologia, como ação social, e da história como tempo histórico e história do tempo presente.

Assim, a construção social dos signos distintivos de origem<sup>3</sup> é um processo multidimensional, que para ser compreendido deve ser analisado de forma multidisciplinar. A multidisciplinaridade do estudo de signos como as IGs, dificulta a ação do pesquisador, pois exige uma compreensão holística de disciplinas como Geografia, História, Sociologia, Economia, Administração, Antropologia, Agronomia, Direito, etc. Ao mesmo tempo essa visão holística exigida pelo campo de estudo aproxima o pesquisador da realidade, proporcionando uma experiência empírica relativa à dos atores e agentes sociais.

---

<sup>3</sup> Signos distintivos de origem, instrumento ou instituição de direito intelectual, ferramentas de direito coletivo, ferramentas de direito intelectual e institutos de direito de propriedade intelectual são usados, neste estudo, como sinônimos de Indicações Geográficas.

Diante disso, para compreender o que é uma IG, é importante atentar-se para o conceito de região. Para isso, é necessário adentrar ao campo da Geografia, pois, como afirma Lencioni (1999), é esta disciplina que tem como objetivo principal o estudo de um espaço onde as características físicas e socioculturais se misturam. Para a autora, o estudo da Geografia como disciplina passou a se concentrar na compreensão do que é a região. A região é “um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraízam os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo o distinto dos espaços contíguos” de (LENCIONI, 1999, p. 100). A região não é o mesmo que paisagem, porque os homens adquirem consciência dela à medida “que constroem identidades regionais”. Assim, cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades que levam a região a se particularizar e “possuir uma realidade objetiva” (LENCIONI, 1999, p. 100).

O conceito de região abrange, além do local demarcado por linhas fronteiriças, “as abordagens vinculadas a uma matriz cultural fenomenológica, onde a região aparece como espaço vivido, associada às identidades regionais” (HAESBAERT, 2019, p. 119). De acordo com esse autor, tais abordagens superam as questões de ordem práticas vinculadas à questão da produção capitalista do espaço. Assim, permanece uma questão de ordem metodológica, em que coloca a região como algo de fato ou como um artifício criado pelo homem. Pois para alguns estudiosos, “os recortes regionais não passam de uma abstração, um artifício ou instrumento analítico do pesquisador” e para outros que “encaram a região como um “dado”, entidade física configurada claramente no terreno onde nos cabe simplesmente reconhecer sua manifestação” (HAESBAERT, 2019, p. 119).

Nesta perspectiva, pretendeu-se explorar no presente trabalho, a ideia de região de forma mais completa, agrupando tanto sua noção como um “dado”, algo materializado, demarcado na superfície terrestre, onde se reconhece e descreve com clareza a sua manifestação, quanto à sua noção histórica, cultural, e de um conjunto de relações sociais que se desenvolve dentro de determinada linha fronteira localizada no espaço. Pois, conforme apresenta Santos (1988, n.p.), o espaço geográfico “deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima”. Para esse autor, o conjunto de “objetos geográficos” animados pela interação social é a “sociedade em movimento”.

Portanto, é importante distinguir os conceitos da Geografia que foram utilizados nesse trabalho. Pois a região, para fins deste estudo, é o conjunto de “objetos geográficos”

“animados pela vida social” que está localizado dentro de um limite definido por linhas fronteiriças, região de “fato”, que apresenta características homogêneas específicas. Território, por sua vez é o “território usado”, ou seja, é o conjunto de relações sociais que se desenvolve em uma região em busca de transformar uma gama de bens naturais em bens materiais para serem transacionados no mercado. Paisagem é o ambiente visível, transformado ou não pelo homem. O local por sua vez, é para fins deste estudo, a região de fato, porção da paisagem, onde se localiza o homem e os objetos geográficos.

Da mesma forma é importante delimitar o que é ação social utilizada neste trabalho. Para Weber (2015), a ação social é uma ação orientada pelo comportamento dos outros agentes sociais. Já para Durkheim (2007), a ação social não se confunde com funções da biologia ou da psicologia, está relacionada com os deveres e direitos que as pessoas cumprem, mas que está fora delas; é uma ação que compõe a sociedade, e que não depende do uso pessoal para se efetuar. Desta forma, a ação de se criar uma indicação geográfica, por não ser uma ação individual, e que independe das outras pessoas, além de ser uma ação orientada pelo comportamento de outros, é uma ação social. Mediante os conceitos explicitados, segue a caracterização da região estudada, bem como o processo de reconhecimento de uma Indicação de Procedência (IP).

A Indicação de Procedência é uma espécie de indicação geográfica, um tipo de signo distintivo que relaciona um produto (bem ou serviço) a um território e uma região específica. A IP está definida pela Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, em seu artigo 177. Para essa norma, uma Indicação de Procedência “é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” (BRASIL, 1996). Para esta espécie de IG ser legalmente reconhecida, portanto aceita por países e organismos internacional dos quais o país faz parte através de acordos internacionais, é preciso que seja registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no caso do Brasil.

Portanto, a região indicada pela Indicação de Procedência denominada Matas de Minas e registrada no INPI, objeto de estudo, se localiza no estado de Minas Gerais, na sua porção leste, e faz divisa com os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. É formada por 64 municípios que estão localizados dentro das regiões de planejamento da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce. Anteriormente denominada Zona da Mata, a região passou a ser chamada pelo nome Matas de Minas a partir da Portaria nº 165 de 1995 do Instituto Mineiro de

Agropecuária (IMA). A produção de café nas Matas de Minas está distribuída dentro de três bacias hidrográficas diferentes. A região é formada por municípios que se localizam nas bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, bacia do Rio Doce e a bacia do Rio Itabapoana. De acordo com Singulano (2015), das regiões que atualmente produzem café no Brasil, as Matas de Minas é mais antiga, pois a produção de café já se apresentava economicamente viável no início do século XIX, em diversos pontos da região (VALVERDE, 1958; SINGULANO, 2015; MACHADO, 2017).

O presente estudo busca, portanto, compreender o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas. Pois, como já apresentado, a região das Matas de Minas vem se consolidando como polo produtor de café desde o século XIX. Porém, a partir de dois movimentos distintos, os produtores da região começaram a produzir um tipo de café diferente do produzido para formação de *commodity*. Esses movimentos são, em um primeiro momento, o aparecimento de consumidores que buscavam um café “puro”, ou seja, uma bebida feita somente com cafés da espécie *Coffea arabica*, a partir dos anos 1960; em um movimento denominado por Guimarães (2016) e Boaventura *et al.* (2018), segunda onda do café. E em um segundo momento, a desregulamentação do mercado brasileiro de café, institucionalizada pela desconstrução da política cafeeira, com a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1990. A partir desses dois momentos, uma parcela significativa dos atores envolvidos na produção de cafés da região em estudo passou a diferenciar o seu produto e buscar o seu reconhecimento perante os consumidores e órgãos certificadores. Essa diferenciação tem como objetivo produzir um café que atenda a consumidores mais exigentes, bem como organizar a produção e o mercado partir da liberalização do mercado cafeeiro.

Foi a partir da busca pelo reconhecimento, iniciado por um conjunto de fatores locais, regionais, nacionais e internacionais relativos às mudanças na forma de produção e política ocorridas no âmbito da cafeicultura, que o Conselho das Entidades do café das Matas de Minas pleiteou e logrou o reconhecimento da Indicação de Procedência junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Durante o processo de reconhecimento da IG, foi estabelecido um conjunto de relações, ou seja, um espaço relacional, e criado um campo de forças que busca a legitimação do signo como representante do produto oriundo da região.

Portanto, a partir da análise do espaço relacional formado pelo conjunto de atores que se juntaram em busca do reconhecimento da IP Matas de Minas, busca-se caracterizar os processos históricos regionais que fizeram parte da criação da Indicação de Procedência e apoiaram ou limitaram o desenvolvimento da cafeicultura na região; identificar os atores

envolvidos na constituição da Indicação de Procedência, o papel que assumiram nesse processo e as relações estabelecidas entre eles; e verificar os mecanismos institucionais que condicionaram a constituição da Indicação de Procedência, como: leis, regimentos, estatutos e outros atos regulatórios e normativos que interferiram no processo. Estes atores estão orientados na forma de um território, que está localizado dentro de uma região e que se comportam de forma a atender um novo mercado que surge.

Assim, compreender esse espaço relacional, bem como o local onde ele está estruturado, é a forma proposta para compreender o processo de construção social da Indicação de Procedência Matas de Minas. Para se compreender esse espaço relacional, que foi estabelecido durante o processo de reconhecimento da indicação geográfica Matas de Minas, foram utilizadas um conjunto de ferramentas da Análise de Redes Sociais (ARS), que é uma metodologia antiga e bem consolidada, utilizada com frequência em estudos no campo da Administração e da Sociologia, por exemplo.

As redes sociais são, para Marques (2007, p. 158) “consideradas um conjunto de ferramentas analíticas para o estudo de situações sociais específicas por meio da análise das conexões sociais nelas presentes”. O presente estudo buscou analisar a rede social interorganizacional que se estabeleceu na região cafeeira das Matas de Minas e foi capaz de reunir os elementos necessários para alcançar o reconhecimento da Indicação de Procedência e seu registro no INPI. A análise foi conduzida a partir da verificação dos documentos e normas elaborados durante o processo burocrático, bem como da identificação dos atores e organizações envolvidos, usando como pano de fundo os contextos históricos e sociais que deram suporte ao reconhecimento da IG.

A região hoje denominada Matas de Minas é uma das áreas de maior importância na produção de café no Brasil. Devido ao seu reconhecimento através da grande quantidade de prêmios de qualidade que os produtores vêm conquistando, bem como da expressiva produção nas últimas décadas, esta região vem se destacando entre as mais importantes do país. Por isso o estudo pretende elucidar como se deu o início e o estabelecimento da cafeicultura das Matas de Minas. Pois foi notado que essa região é hoje amplamente reconhecida pela produção de cafés de qualidade especial, e mesmo assim é pouco estudada em pesquisas sobre a cafeicultura mineira.

## 1.1 Justificativa

A partir da desregulamentação e da liberalização do mercado de café, ocorrida no final da década de 1980 e início da década de 1990, o poder público estadual passou a coordenar parte da política cafeeira no estado de Minas Gerais. De acordo com Singulano (2015), até 1990 a política cafeeira era conduzida dentro da esfera federal pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), e com a extinção desta autarquia pelo Decreto nº 99.240 de 07 de maio de 1990, a política cafeeira foi fragmentada e o estado de Minas Gerais foi, com o tempo, incorporando as áreas referentes à pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Políticas essas que ficaram a cargo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) (SINGULANO, 2015).

Com a política cafeeira estadual, estes órgãos, sobretudo o IMA, trataram de delimitar as regiões produtoras de café no Estado. Houve grande esforço do poder público de Minas Gerais para delimitar as regiões produtoras para fins de certificação e conseqüentemente valorização do café mineiro. Esse esforço foi traduzido na criação da Portaria nº 165, de 27 de abril de 1995, cujo objetivo era delimitar as regiões produtoras de café para fins de estabelecimento do certificado de origem. Essa Portaria criou a delimitação para a área que denominou de Região das Montanhas de Minas. Esta área compreende as regiões administrativas da Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Metalúrgica, Campo das Vertentes e Jequitinhonha. Porém a Portaria nº 165 foi alterada sucessivas vezes, resultando nas Portarias nº 397 e nº 401 de 2000 e na Portaria nº 437 de 2001. Todas essas normas tiveram, dentre outras funções, delimitar de forma mais precisa e renomear a Região das Montanhas de Minas para região das Matas de Minas.

Nota-se, portanto, um grande empenho pelo poder público do estado de Minas Gerais em estruturar uma política estadual para o setor do café. Neste contexto foi criado um programa estadual de incentivo à certificação da origem do café, o CERTICAFÉ, por meio do Decreto nº 38.559, de 17 de dezembro de 1996. Por outro lado, nota-se um grande esforço dos governos federais para promover e incentivar o registro e o estabelecimento das indicações geográficas, principalmente a partir de 2003. De acordo com Tápias (2005), Pellin (2019) e Santiago *et al.* (2019) o referido esforço traduz-se na criação de estruturas como a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG) no ano

de 2005. A criação deste órgão foi um importante passo para dinamizar e promover o reconhecimento das IGs no Brasil.

No contexto de liberalização do mercado cafeeiro, os produtores se viram desamparados da proteção estatal que era proporcionada pelo IBC, sendo obrigados a diversificar e diferenciar o café que produziam para poder atender às demandas de um novo mercado consumidor que se estabeleceu a partir dos anos 1960. Não bastasse o desamparo proporcionado pelo fim das políticas regulamentadoras do setor cafeeiro, os produtores passaram a ser cobrados, a partir do mercado, pela certificação da sua produção. Certificados que garantem uma produção sustentável quanto a quesitos sociais e ambientais, além das certificações que garantem segurança alimentar e rastreabilidade do café, passam a ser constantemente exigidos dos produtores pelos consumidores. De acordo com Rati (2015), a diferenciação, a certificação e o aporte de tecnologia são algumas tendências do mercado do café brasileiro que se realizam no cenário atual.

Para atender às novas demandas do mercado de café, diversas entidades brasileiras, seja do setor público, do setor privado ou da sociedade civil organizada têm apostado no reconhecimento e estabelecimento de indicações geográficas. Esses signos distintivos de origem além de garantir a originalidade do café produzido nas mais diversas regiões do Brasil, certificam a qualidade do produto e promovem o desenvolvimento regional (SACCO DOS ANJOS; CIRADO; CALDAS, 2013). Seja no contexto de sustentabilidade ambiental ou social, as IGs favorecem o desenvolvimento, respeitando os costumes e tradições das pessoas.

Ademais, faz-se necessário salientar a importância que alguns acordos de cooperação celebrados entre o INPI e o SEBRAE vêm tomando nos últimos anos. Estes dois órgãos em parceria com o MAPA têm se tornado os principais fomentadores do processo de reconhecimento das indicações geográficas no Brasil.

Desta forma, os estudos sobre as IGs e como elas podem servir de mecanismo promotor do desenvolvimento territorial e de organização da produção de bens e serviços diferenciados se tornam tão importantes. Mesmo assim, a quantidade de estudos que analisam o meio social e histórico que proporcionam o seu reconhecimento, pelas instituições brasileiras de propriedade intelectual e industrial, ainda é pequena. Portanto, se torna fundamental apontar e descrever o contexto socioeconômico e histórico que proporcionam os meios para se reconhecer e estabelecer os signos distintivos de origem, especialmente no caso da Indicação de Procedência Matas de Minas.

Esta indicação geográfica que foi reconhecida pelo INPI em 15 de dezembro de 2020, dentro da petição nº 020180000964 de 05 de julho de 2018, na espécie Indicação de Procedência para o produto café em grãos crus, beneficiados, torrados e moídos, tem características peculiares em relação às demais IGS reconhecidas para café no Brasil. Pois, no que tange ao contexto socioeconômico e histórico da produção de cafés das Matas de Minas, concordamos com o trabalho de Singulano (2015), que descreve a região como uma das mais antigas na produção de café no Brasil, e com uma estrutura agrária composta por pequenas propriedades que exploram a cafeicultura dentro do modo familiar de produção. Assim, como os padrões socioeconômicos e culturais de produção da região, na maior parte das propriedades, ainda permanecem o mesmo, ou seja, sofreram menor efeito do processo modernista conservador da revolução verde, pode se considerar que existe neste local uma produção artesanal de café.

Contudo, os produtores de café das Matas de Minas têm passado por um processo de incorporação e desenvolvimento de tecnologias para melhorar a produção, principalmente no que se refere ao desenvolvimento coletivo, sustentável quanto ao uso de recursos ambientais e inclusivo quanto aos fatores sociais.

Estes têm sido alguns dos principais fundamentos que direcionam o processo de reconhecimento e estabelecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas. Dessa forma, este estudo pretendeu preencher uma lacuna existente no estudo da economia cafeeira no estado de Minas Gerais no que se refere à região das Mata de Minas. Essa que, mesmo sendo responsável por uma produção estimada entre 5,2 e 5,8 milhões de sacas de 60 kg na safra de 2021, de acordo com a CONAB (2021), o que equivale a aproximadamente 25% da produção do estado, possui poucos estudos que exploram o seu contexto social e histórico.

Assim a escolha desta região foi pensada a partir dos preceitos da Nova Sociologia Econômica (NSE), em que a economia e as instituições econômicas estão imersas na rede de relações sociais. Portanto, a escolha da região objeto de estudo foi estratégica e metodologicamente direcionada para contribuir com o estudo da NSE. Pois existem fatores sociais que são tão importantes quanto aos fatores puramente econômicos no contexto da produção de café no Brasil.

Para a pesquisa, procuramos descrever o processo de construção do signo distintivo de origem denominado Indicação de Procedência Matas de Minas. Usando principalmente a metodologia de Análise de Redes Sociais, procurou-se descrever como um grupo de produtores de cafés especiais, e outros atores que atuam na cadeia produtiva do café na

Região das Matas de Minas conseguiram sair de um ambiente tradicionalmente reconhecido pela baixa capacidade associativa e cooperativa em busca do desenvolvimento social e econômico local.

De acordo com os teóricos da NSE a ação econômica está imbricada (imersa) nas relações sociais. Por esse motivo, o presente estudo se justifica pela necessidade de descrever como as ações econômicas que se desenvolvem em decorrência da produção de café na região das Matas de Minas estão contidas num processo socioeconômico e histórico mais amplo. Nosso trabalho se resume pela busca em descrever os processos históricos e sociais que deram suporte para o processo de reconhecimento da IG; bem como identificar os atores (pessoas e organizações) que participaram do processo; e verificar os mecanismos institucionais que condicionaram o reconhecimento da IP Matas de Minas. Todo o esforço científico-metodológico dispensado ao presente estudo se justifica devido ao intenso movimento de apoio ao reconhecimento dos signos distintivos de origem que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos. Isto porque estudos como (VELOSO, 2008; PELLIN, 2019; FROEHLICH, 2012), comprovam que as Indicações Geográficas e até mesmo as Marcas Coletivas promovem o desenvolvimento das regiões onde são criadas.

No contexto dos países em desenvolvimentos como o Brasil, as indicações geográficas, além de servirem como ferramentas para inibir a falsificação e adulteração de produtos e serviços, são ainda promotoras do desenvolvimento territorial rural das regiões onde são criadas. O país possui uma regulamentação de indicações geográficas recente, que é feita principalmente por meio da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 e por meio da Instrução Normativa nº 095, de 28 de dezembro de 2018, do INPI.

No caso em estudo, o objeto da pesquisa é a indicação geográfica denominada “Indicação de Procedência Matas de Minas”, um signo distintivo de origem voltado para a produção de cafés especiais. Assim, mesmo que existam muitos outros signos distintivos (indicações geográficas e marcas coletivas) no Brasil, optamos por concentrar o estudo nesta IP.

Existe hoje no Brasil em torno de 80 indicações geográficas, uma quantidade relativamente pequena se comparada a países europeus como a França, Espanha, Portugal e Itália, onde este número passa de 1000, em territórios muito menores do que o do Brasil (WIPO, 2022). Como forma de ilustração, somente na França, no ano de 2017, existia 45 tipos de queijos com *Appellation d’Origine Controlée* (Denominação de Origem Controlada)

ou *Appellation d'Origine Protégée* (Denominação de Origem Protegida), de acordo com o *Institut National de L'origine et de la Qualité* (INAO, 2021).

Ademais, o reconhecimento destes mecanismos de propriedade intelectual favorece a implementação de políticas públicas para a região onde são criados, por demarcar a região e definir seus atributos sociais, econômicos, históricos e culturais. Pois, pode se dizer que no caso em estudo, o reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas com a finalidade de certificar a produção de cafés especiais, proporcionará mais uma maneira de diferenciar o produto. Acredita-se que essa diferenciação proporciona obtenção de maior valor econômico pelos produtores, maior poder de barganha destes com os intermediários da cadeia de valor do café e melhoria da qualidade do produto final para os consumidores.

## 1.2 Desenvolvimento do Problema

Para Durkheim (2007), o papel da sociologia é determinar as causas dos fenômenos sociais, e conseqüentemente as funções que eles desempenham na sociedade. Isso se sustenta porque os fatos sociais, “longe de serem produto de nossa vontade, eles a determinam de fora; são como moldes nos quais somos obrigados a vazar nossas ações” (DURKHEIM, 2007, p. 29). Assim, o fato social que molda a ação dos atores envolvidos no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas, foi condicionado, nos últimos anos, entre outros, pela necessidade de diferenciação da produção de café. Essa necessidade surgiu a partir do momento em que os produtores da região ficaram submetidos à condição de liberalização do mercado cafeeiro, pelo fim do IBC, dentro de um conjunto de processos chamados por alguns autores como Guimarães (2016), Guimarães, Castro Junior e Andrade (2016), Boaventura *et al.* (2018) e Guimarães *et al.* (2019) de “terceira onda do café” (*third wave*).

A divisão do movimento de consumo e comércio de café em ondas foi proposta por Skeie (2002), em um artigo publicado no boletim de notícias da *Roasters Guild* da *Specialty Coffee Association of America*, *The Flamekeeper*. Trabalhos como os de Guimarães, Castro Junior e Andrade (2016), Guimarães (2016), Boaventura *et al.* (2018) e Teles e Behrens (2020), corroboram com essa ideia, pois propõem que o mercado de café pode ser dividido em três ondas ou movimentos de comércio e consumo. Esses trabalhos descrevem que a “primeira onda do café” foi caracterizada pelo comércio do café na forma de *commodity*, devido ao aumento do consumo e popularização da bebida no início do século XX. Já a

“segunda onda” foi caracterizada pelo aparecimento das cafeterias especializadas e do comércio de um produto com alta qualidade e origem controlada, por volta da década de 1960. A “terceira onda”, que se tornou proeminente a partir dos anos 1990-2000, se caracteriza pela “revolução no consumo de café”, num movimento que compara o café ao vinho (BOAVENTURA *et al.*, 2018), GUIMARÃES; CASTRO JUNIOR; ANDRADE, 2016), GUIMARÃES, 2016; TELES; BEHRENS, 2020).

A partir das exigências de um novo mercado consumidor que surge e que caracteriza a “terceira onda do café”, os produtores se veem obrigados a diferenciar o produto e a sua forma de produção. Estratégias como a aproximação do consumidor ao produtor, a valorização da forma artesanal de produção e preocupações de ordem socioambiental, têm se mostrado uma tendência direcionadora para o setor no início do século XXI. Estas características somadas à política neoliberal adotada pelos governos brasileiros no final da década de 1980 e durante a década de 1990 obrigaram os cafeicultores a diferenciar seu produto em um movimento oposto ao mercado de café para a formação de *commodity*.

A comoditização do café é o processo de padronização e homogeneização que foi estabelecido durante um período em que o objetivo do mercado era atender à crescente demanda pela bebida no início do século XX. Um dos principais problemas da comercialização do café na forma de *commodity* é o distanciamento entre produtor e consumidor, num processo que abre espaço para a ação de atores intermediários como as *tradings*, os torrefadores, as importadoras e exportadoras. O distanciamento entre produtor e consumidor pode levar a uma precarização das condições de produção e a um aumento de preço aos consumidores. Pois de acordo com Guimarães, Castro Junior e Andrade (2016), no mercado comoditizado, os elos intermediários se apropriam do valor econômico do café sem gerar mais valor em uso para produtores e consumidores.

Já a diferenciação, conceito originalmente proposto por Chamberlin (1969), que descreve sobre a maneira de valorizar os produtos pelas suas características comerciais peculiares, é uma forma de criação de monopólio baseado em tais características, onde os produtores obtêm melhores ganhos econômicos. A criação de monopólio baseado na diferenciação pela qualidade é o mecanismo que os atores da cadeia do café das Matas de Minas têm adotado para atender a um mercado onde o custo de produção é cada vez mais elevado, as exigências dos consumidores estão mais ligadas a fatores sociais e ambientais, e o produto final ainda é comoditizado para ser mais facilmente transacionado no mercado. É em busca da diferenciação do café que produtores e alguns outros agentes do setor cafeeiro da

região se organizaram para criar os signos distintivos de origem e qualidade como a Indicação de Procedência Matas de Minas.

As condições exigidas dos produtores para que consigam diferenciar seu café e atender ao atual mercado consumidor têm proporcionado uma mudança estrutural no setor cafeeiro. No caso das Matas de Minas está ocorrendo o resgate das formas tradicionais de produção. A região que durante o processo de modernização da agricultura brasileira, ocorrida a partir das décadas de 1950 e 1960, não conseguiu acompanhar o ritmo devido às suas características socioambientais, hoje têm despontado como uma das principais produtoras de cafés especiais de Minas Gerais e do Brasil. Devido ao fato de região conter uma paisagem composta por encostas, morros e vales, a produção mecanizada em escala industrial não foi implantada. Além desses fatores ambientais, os fatores sociais e econômicos como a distribuição de terras em pequenas propriedades conduzidas na forma familiar de produção, e a baixa concentração de capital financeiro, inibiram a modernização da região. Porém, esses fatores que no passado serviam como formas de desvalorizar o café, hoje são reconhecidos pelo mercado como diferenciadores do produto.

Hoje a cafeicultura das Matas de Minas é reconhecida por ser tipicamente artesanal com o emprego de baixa tecnologia, que é adotada em pequenas propriedades familiares. Esse fator que no passado recente era considerado uma desvantagem para a região, hoje tem se destacado como uma vantagem competitiva. Essa vantagem foi detectada por estudos realizados pelo SEBRAE-MG juntamente com a Fundação João Pinheiro a partir do trabalho do Projeto Educampo, que visava atender a produtores de café da região, principalmente os produtores ligados à Associação de Cafés Especiais de Minas Gerais (SCAMG). A vantagem competitiva da região das Matas de Minas foi estudada, aprimorada e explorada pelo projeto denominado Foco Competitivo do Café das Matas de Minas desenvolvido pelo SEBRAE-MG. Finalmente, a partir de trabalhos realizados pelo poder público de Minas Gerais, via IMA, para certificação dos cafés produzidos no estado, somado a outros fatores (como por exemplo, o reconhecimento da indicação geográfica do Cerrado Mineiro), surgiu a ideia de reconhecimento de uma indicação geográfica para as Matas de Minas.

Assim, com o presente trabalho de pesquisa propomos identificar e descrever alguns fatores, sejam eles, recursos humanos, organizacionais e institucionais que serviram de bases sociais e históricas para o reconhecimento da indicação geográfica Matas de Minas. Isto porque as IGs podem se tornar mecanismos de desenvolvimento territorial, já que seu reconhecimento é capaz de agregar valor não só ao produto reconhecido, mas também outros

produtos oriundos da região. Neste contexto, Maiorki e Dallabrida (2015) salientam sobre a importância da divulgação em massa dos benefícios das IGs.

Portanto, trabalhos científicos que descrevem o processo de construção social das indicações geográficas podem auxiliar no processo de legitimação e consolidação desses signos distintivos, além de dar subsídios para novos processos de reconhecimento. Assim, neste trabalho buscamos descrever o espaço relacional que propiciou o reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas. Pois, como foi detectado durante a leitura de trabalhos como os de Comerford (2003), Masson (2010) e Singulano (2015), a região não possui uma tradição associativa e cooperativa quando se refere aos atores da cadeia do café. Diante disso, se faz necessário descrever, para poder compreender o espaço relacional, bem como os fatores que serviram de base para que os atores do setor cafeeiro da região saíssem do individualismo e procurassem a cooperação em busca do reconhecimento de um signo distintivo de origem.

Pela forma como se tem apresentado os processos sociais que subsidiam o reconhecimento e o estabelecimento da Indicação de Procedência, é possível mencionar que está havendo uma mudança social na região. A partir da organização social de grupos de lideranças, com o apoio do poder público, do setor privado e de organizações da sociedade civil (principalmente os sindicatos, a FAEMG, o INAES, o SENAR, e as associações e cooperativas de crédito e de produtores), nota-se um grande esforço para reconstruir a reputação da região. Pois a denominação Zona da Mata (ligada à região definida para fins de planejamento do estado, pelo IBGE, na década de 1940) esteve vinculada a um café de má qualidade. A redenominação da região da Zona da Mata para Matas de Minas, vem acompanhada de um conjunto de iniciativas que buscam corrigir os fatores da produção responsáveis pela qualidade do café.

Dessa forma, compreendemos que a mudança social que está ocorrendo nas Matas de Minas não é um processo natural, mas uma ação organizada, um processo socialmente construído. Partimos do pressuposto de que existe uma ação coletiva em prol de reverter o estigma da má qualidade que foi, ao longo de décadas, responsável por desvalorizar o café da região. O processo de reversão tem se dado através da reconstrução da reputação da região, onde questões que antes desvalorizavam o café, como a forma artesanal de produção, o baixo nível de tecnologia e insumos empregados e o pequeno volume de produção, hoje são fatores que impulsionam a diferenciação do café das Matas.

Portanto, o processo de reconhecimento de um signo distintivo como a IP Matas de Minas é uma construção social que busca diferenciar o café pela origem e pela qualidade. Pois, conforme Molinari e Padula (2013), a qualidade representa “um elemento diferencial de competitividade para os produtores”, ao passo que atender aos requisitos de qualidade significa agregar valor econômico ao produto.

Então, para compreender qual é a lógica das estruturas sociais que se entrelaçam e sustentam o processo de organização dos atores envolvidos na produção de cafés especiais na região das Matas de Minas, é necessário estudar o espaço relacional produzido pela rede de conexões criada durante o processo de reconhecimento da IP. E dessa forma desvendar a maneira pela qual tem ocorrido a transição que vem retirando as organizações existentes na região do isolamento e as conduzindo a um modelo cooperativo como a criação de uma indicação geográfica.

Para tanto, foi utilizada a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), com o objetivo de levantar e analisar o espaço relacional formado pelos atores envolvidos no processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas. O estudo do espaço relacional teve como objetivo descrever o processo de construção social da referida Indicação Geográfica. O detalhamento do processo de construção social da IG ajuda a compreender como os atores envolvidos na organização do mercado de cafés especiais saíram do isolamento para a cooperação.

### 1.3 Objetivos

#### Objetivo Geral:

Compreender o processo de construção social da Indicação de Procedência da Região das Matas de Minas.

#### Objetivos Específicos:

1. Caracterizar os processos históricos regionais que fizeram parte da criação da Indicação de Procedência e apoiaram ou limitaram o desenvolvimento da cafeicultura na região;
2. Identificar os atores envolvidos na constituição da Indicação de Procedência, o papel que assumiram nesse processo e as relações estabelecidas entre eles, e
3. Verificar os mecanismos institucionais que condicionam a constituição da Indicação de Procedência, como: leis, regimentos, estatutos e outros atos regulatórios e normativos que interferiram no processo;

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreende-se neste estudo, que a teoria da Nova Sociologia Econômica (NSE) se esforça para preencher as lacunas deixadas pela teoria econômica clássica e neoclássica de forma a explicar, a partir de conceitos da sociologia, a ação econômica. Conceitos que aparecem nos estudos da Economia Clássica como *homo economicus* e individualismo metodológico são discutidos de modo que sejam complementados pela concepção, por exemplo, do conceito de imersão (*embeddedness*) da ação econômica nas relações sociais. Para NSE, de acordo com Granovetter (1985), o agente econômico não é supersocializado, como compreendido pela sociologia, e também não é subsocializado, como descrito pela teoria econômica clássica e neoclássica. Para esse autor, o agente econômico se posiciona inter e intraconectado em uma rede de relações sociais. E as relações econômicas estão imersas nas relações sociais (GRANOVETTER, 1973; 1985).

Porém, para Raud-Matted (2005), ainda existe grande contradição dentro da teoria da NSE. Essa contradição surge à medida que um de seus principais proponentes, Mark Granovetter, às vezes se posiciona, no contexto dessa disciplina, de forma contrária à teoria da economia clássica apoiado pela visão de Max Weber; e outras vezes esse autor apresenta um discurso de complementaridade entre a NSE e a economia clássica, usando para a sua análise conceitos como o da racionalidade e o do individualismo metodológico. No entanto, para a autora, há méritos na proposição de Mark Granovetter. Em um primeiro momento, o êxito e a continuidade da sua corrente analítica; em um segundo momento ele apresenta com originalidade a análise sociológica dos fenômenos econômicos; e em um terceiro momento o autor desenvolve conceitos fundamentais que apoiam o estudo desses fenômenos, como por exemplo: rede, imbricação e grupo econômico (RAUD-MATTED, 2005). Por esses motivos, os conceitos e a proposta da teoria da Nova Sociologia Econômica foram utilizados na presente dissertação.

Assim, a análise sociológica da economia, a partir da visão da NSE, pode ajudar a compreender o papel da ação social no desenvolvimento das instituições econômicas, como por exemplo, o mercado de cafés especiais com origem reconhecida por indicação geográfica. Pois para Granovetter e Swedberg (1992), a ação econômica é uma forma de ação social, socialmente situada e as instituições econômicas são construções sociais. A teoria da NSE também pode ajudar a compreender como as instituições refletem as condições sociais em que

estão inseridas, à medida que as “instituições econômicas são construções sociais” (GRANOVETTER; SWEDBERG, 1992, p. 6).

De acordo com Raud-Mattedi (2005a, p.138), para além do contexto das relações pessoais, “no quadro da troca mercantil, os atores econômicos não levam em conta somente seus interesses próprios, mas também o contexto institucional”. Nesse sentido, a ação econômica é socialmente construída, e depende do processo sócio-histórico em que se insere. A construção social da ação econômica perpassa pelo processo de institucionalização de normas sociais que estruturam e são estruturadas pelas relações sociais.

Neste contexto, a visão de Pierre Bourdieu se torna pertinente ao apresentar que os princípios básicos da economia como o mercado, o dinheiro, a oferta e a demanda são produtos de uma construção social, sendo, portanto, “um artefato histórico, que somente a história pode dar conta” (BORDIEU, 2005, p.17). Portanto, descrever a construção social de um signo distintivo de origem como a IP Matas de Minas, requer um conhecimento profundo da história da região e dos processos sociais que condicionaram o grupo de pessoas e o conduziu ao seu reconhecimento como IG.

A NSE sugere que o ator econômico não age de forma estritamente individual (individualismo metodológico) e nem extremamente constrangido pela ação social, como supõe a Sociologia Econômica Clássica. Assim, de acordo com Granovetter (1985), o ator econômico não está vinculado às concepções supersocializada ou subsocializada, ele se encontra numa posição onde sua ação econômica “está imersa nos laços interpessoais”. Neste contexto, Granovetter (1985), descreve que a ação econômica está imersa na vida social ao discutir o problema da imersão descrito por Polanyi (2000).

Karl Polanyi, ao estudar as origens sociológicas que serviram de base para o desenvolvimento econômico pós-Revolução Industrial, propôs sua análise no livro “A grande transformação”, publicado no ano de 1944. Na obra, o autor apresenta uma visão histórica do desenvolvimento econômico a partir das origens do mercado nas dinâmicas de reciprocidade e redistribuição. E a partir destes termos, propõe o conceito de imersão (*embeddedness*), que tem se tornado um dos fundamentos do estudo da NSE. O autor descreve, por exemplo, que “*Under the guildsystem, as under every other economic system in previous history, the motives and circumstances of productive activities were embedded in the general organization of society.*”<sup>4</sup> (POLANYI, 2001, p.73). Nesse sentido, a obra se torna um

---

<sup>4</sup> Sob o sistema de guildas, como sob qualquer outro sistema econômico na história anterior, as motivações e as circunstâncias das atividades produtivas estavam inseridas na organização geral das sociedades (POLANYI, 2000, p. 91).

importante marco para estudar os processos econômicos quando se quer compreender como a ação econômica está imersa na ação social.

O conceito de “imersão (*embeddedness*)” proposto por Polanyi (1944), e desenvolvido por Granovetter (1985), na forma de um problema que posiciona a ação econômica dentro da estrutura social, pode ajudar explicar como a ação econômica, de criar um signo distintivo de origem com a finalidade de diferenciar um produto (o café), está imersa na rede de relações sociais existentes numa região específica. Desta forma a pesquisa apresenta um estudo de caso que pretende compreender o problema da imersão a partir da Análise de Redes Sociais (ARS). Pois, a partir da análise do espaço relacional formado pelos atores envolvidos na criação da IG, se torna possível descrever o processo de construção social existente no território da região das Matas de Minas. Portanto, neste trabalho optou-se por estudar o problema da imersão a partir da análise dos laços sociais, usando a metodologia de ARS, ou seja, o estudo do espaço relacional dentro da rede social formada em torno do processo de reconhecimento da indicação geográfica (IP Matas de Minas).

## **2.1 A Análise de Redes Sociais (ARS) como forma de compreender o território**

A noção de rede social e os métodos de análise de redes sociais são bem antigos, podendo ser considerados uma sequência de etapas e procedimentos, capazes de conduzir uma pesquisa sociométrica. Para Higgins e Ribeiro (2018), os estudos sociométricos iniciam com Simmel ainda no século XIX. Wasserman e Faust (1994) apresentam que a representação e a quantificação das relações sociais a partir de dos grafos teve início com Moreno (1934), e depois foi sendo aperfeiçoada até o final do século XX. No entanto, Fialho (2015), descreve que o conceito de rede social foi utilizado pela primeira vez em 1954 por John Barnes.

Dentro da metodologia de Análise de Redes Sociais, existe uma ampla gama de conceitos que são próprios de tal conjunto de ferramentas analíticas. Emirbayer e Goodwin (1994) apresentam um glossário explicando o significado de alguns termos utilizado na ARS. Por exemplo, para os autores, por “rede” entende que são o “conjunto de relações sociais ou laços sociais entre um conjunto de atores (e os próprios atores assim vinculados)” (EMIRBAYER E GOODWIN, 1994, p. 1448). Há diversos outros conceitos como, por exemplo, laços sociais, elos da rede, subgrupos (cliques), estrutura social, coesão social, etc.

De acordo com Emirbayer e Goodwin (1994), a Análise de Redes Sociais não é uma teoria formal, mas uma ampla estratégia para investigar a estrutura social. Corroborando com

essa ideia, Marques (2007, p. 158), descreve que a ARS é “um conjunto de ferramentas analíticas” utilizada no estudo de casos específicos de arranjos sociais em que o objetivo é analisar as relações neles existentes. Pois para o autor, o estudo das redes sociais é um método de investigação. Nesse método as relações sociais são representadas por laços e conexões inter e intrapessoal ou organizacional. Complementando essa ideia, Marteleto (2001), defende que a Análise de Redes Sociais não deve ser o objetivo final do estudo, ela é um meio para realizar análises de estruturas sociais cujo objetivo é explicar alguns fenômenos sociais. Assim, lançou-se mão da utilização da ARS para identificar os atores envolvidos no processo de reconhecimento da IP objeto de estudo, o papel que assumiram e as relações estabelecidas entre eles.

O estudo do campo relacional na ARS se fundamenta na perspectiva de que existam conexões entre os atores sociais. Essas conexões, descritas por Granovetter (1973), como laços sociais, são responsáveis por prover capital social aos atores e à estrutura. Os laços formam, no território, uma rede intra e interconectada que pode ser analisada a partir de atributos como posição dos atores, distância entre eles, intensidade, tempo de duração das conexões (dinamicidade), densidade dos laços, etc.

Conforme metodologia de aplicação da análise dos grafos nas redes sociais descrita por Wasserman e Faust (1994), os grafos são constituídos de dois tipos de informações básicas: os nós (*nodes*) e as conexões (*ties*). Portanto, partir da análise matemática (estrutural), quantitativa; e da análise da forma (visual), qualitativa, do grafo, é possível descrever uma rede social. Para realizar a análise de rede social, Higgins e Ribeiro (2018) sugerem, dentre outros, a utilização do *Software Ucinet* e o gerador de grafos *Netdraw* para gerar os grafos e obter os indicadores da rede.

Existe uma dinâmica social no comportamento dos atores dentro das redes. Acredita-se que é a partir dessa dinâmica social que surgem as relações econômicas de acordo com Granovetter (1985). Ou seja, as relações econômicas estão imersas na dinâmica social de determinado território, criando o que Vale (2006) denomina capital relacional.

Desta forma, na análise deve-se levar em consideração a movimentação do agente dentro das redes. De acordo com Mizruchi (2006), a análise de redes como abordagem de estudo das relações socioeconômicas é uma das formas mais completas para se observar como a economia está imersa na ação social. O estudo das redes sociais tem crescido gradativamente nas últimas décadas e é capaz de apresentar evidências consistentes de que a

ação econômica é apenas parte das relações sociais em que os agentes econômicos estão imersos (MIZRUCHI, 2006).

De acordo com Mizruchi (2006, p.73), “o princípio básico da análise de redes é que a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações”. Assim, se os tipos de laços são “fortes ou fracos” (intensidade da relação), conforme apresenta Granovetter (1973), vai influenciar na formação de tríades fechadas ou abertas, o que faz com que uma estrutura seja mais ou menos eficiente quanto à circulação de recursos, informações e oportunidades. Da mesma forma, a posição do ator na estrutura reticular demonstra seu *status* perante aos demais atores, ou seja, dependendo da posição que ele ocupa é possível avaliar sua capacidade de tecer relações ou de exercer seu poder<sup>5</sup>. Contudo, dentre outras características de uma rede relacional que podem ser analisadas está também conformação da estrutura, que pode explicar o trânsito de informações dentro dela ou sua eficácia em garantir os interesses dos atores.

Assim, trabalhos como os de Mizruchi (2006) e Granovetter (1973), que estudam os laços sociais através da análise de redes, proporcionam condições metodológicas para compreender como o desenvolvimento de instituições econômicas está imerso na ação social. E no caso em estudo, a certificação da origem e da qualidade dos cafés das Matas de Minas está imersa nas relações sociais que formam este território. Dessa forma tem-se que através do estudo dos laços e dos atores, bem como da posição desses na rede e da conformação da rede de relações estabelecida durante o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas, podemos descrever o processo de construção social desse signo distintivo de origem.

Pois, como foi descrito por Comerford (2003) e por Singulano (2015), a estrutura das relações sociais que ocorrem nas microrregiões das Matas de Minas, ou seja, os laços de “familiarização e desfamiliarização” são determinantes do contexto da formação sociocultural do território. Esse processo que pode ser descrito como um conjunto de laços fortes comuns entre os habitantes das Matas de Minas se reflete dentro da rede relacional formada durante o processo de reconhecimento da IG.

Assim, o estudo das redes para interpretar as dinâmicas sociais em arranjos produtivos, como a organização de produtores em torno da ideia de reconhecer uma IP para a região das Matas de Minas, por exemplo, é um campo de estudo ainda em processo de construção. Pois, conforme descreve Marteleto e Silva (2004), existe um imenso vazio a ser ocupado por

---

<sup>5</sup> Neste contexto, o poder é definido pela concepção de Max Weber (2004, p.175). Para o autor, “por "poder" entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta.”.

trabalhos de pesquisas que abordam as teorias, conceitos e metodologias das redes sociais. Já que a capacidade de geração de informações e conhecimento existente nas redes sociais locais, principalmente sobre os arranjos produtivos, é de grande importância para auxiliar nos programas de formulação e implementação de políticas públicas (MARTELETO; SILVA, 2004).

## **2.2 Dimensão histórica e relacional: o processo de reconhecimento da IP**

Com relação à formação socio-histórica da região objeto de estudo, principalmente a respeito da formação política e econômica, trabalhos como os de Mercadante (1973), Oliveira (2000), Comerford (2003), Pires (2004), Pires (2007), Carneiro (2008), Soares (2009), Andrade (2010), Vittoretto (2012) e Santos (2014) apresentam a identidade territorial da região da Zona da Mata de Minas Gerais. Estes autores descrevem que a macrorregião onde se localiza a zona cafeeira que hoje é denominada Matas de Minas foi colonizada a partir do final do ciclo do ouro (final do século XVIII e início do século XIX) com a finalidade agrícola, principalmente a cafeicultura. E que a exportação do café, principal produto da Mata de Minas Gerais, colocou a região na rede de comércio internacional. Assim, os autores evidenciam que a produção de café está relacionada com a sociabilização do mineiro da Zona da Mata e que a cultura do café faz parte da vida social local. Dessa forma, é possível constatar que a economia cafeeira faz parte da cultura local, pois está imersa nas relações sociais e na história do território a mais de um século e meio.

Ao relatar o processo de organização social da Zona da Mata de Minas Gerais, Comerford (2003) descreve que por volta da década de 1950, surgiu na porção norte desta região, no território atual onde se localiza a região das Matas de Minas, o Movimento Boa Nova (Mobon). Esse movimento religioso ajudou a romper as estruturas sociais individualistas até então predominantes (COMERFORD, 2003; CAMPOS; MENDES, 2011). Pois, o Mobon que atuou junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi essencial para alterar os laços sociais que existiam entre as pessoas dos diversos “córregos” e “comunidades”. Esse movimento foi precursor da criação de uma rede de sindicatos de trabalhadores rurais a partir da década de 1960 na região.

A estrutura social da mesorregião da Zona da Mata, principalmente na sua porção norte, é formada por um processo denominado por Comerford (2003, p.41) de “processo de localização” das famílias e “familiarização das localidades”. Este processo, conforme o autor,

cria um sistema de “redes mais ou menos dispersas de localidades familiarizadas, ao mesmo tempo que uma família multi-localizada, com certos “nós” desta rede se mostrando mais densos e populosos e, portanto, tornando-se referências significativas no discurso”. Fato importante para o presente estudo, visto que a rede estabelecida durante o processo de reconhecimento da IG, não é formada pela grande maioria dos produtores da região.

Este processo cria um conjunto de relações que num primeiro momento serve para solucionar problemas de ordem local como a posse da terra, condução das lavouras, construção de casas e da produção agrícola. Essas relações também contribuem para solucionar problemas de ordem pessoal como questões de saúde de algum ente da família, problemas financeiros ou apoio em momentos de dificuldades de relacionamento afetivo, onde se buscam os parentes localizados em regiões mais distantes ou nos centros urbanos (COMERFORD 2003).

Em um segundo momento, a estrutura descrita por Comerford (2003), como rede de relacionamentos “familiarizados”, envolve processos econômicos como o que levaram ao estabelecimento da rede, tal qual a que vem sustentando o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Essa rede de relacionamentos, que nos seus primórdios estava relacionada com a organização da produção de café, se solidificou num grupo de produtores mais tecnicados e informados dentro do projeto Educampo conduzido pelo SEBRAE-MG, serviu para romper o individualismo em que viviam os dos agricultores da região. A partir da década de 1960 se vê um princípio de organização que se fortalece após o processo de desregulamentação do mercado de café, na década de 1990.

Os processos socioeconômicos como a organização em associações, cooperativas e sindicatos são essenciais para promover e dar suporte à diferenciação da produção de cafés. Pois levam à criação de instituições de propriedade intelectual como as Indicações Geográficas, que certificam produtos diferenciados. Neste contexto, Perosa, Jesus e Ortega (2017, p.31) salientam para a importância de “uma articulada coordenação dos produtores por meio de organizações representativas de caráter político e da ação econômica de suas cooperativas”.

A diferenciação a partir do estabelecimento de novos padrões de qualidade perpassa pela capacidade de criação de organismos e instituições que ofereçam confiança aos consumidores e retorno econômico aos produtores, uma característica que deve ser intrínseca ao grupo social. Pois, conforme Perosa, Jesus e Ortega (2017, p.60), “a própria organização dos produtores na busca pela certificação seria resultado de uma identidade pré-existente”.

Neste caso, a obtenção do registro da Indicação de Procedência Matas de Minas é resultado da articulação dos atores envolvidos na produção de café, e não pré-condição para a organização destes.

Na maioria das vezes, é a partir da organização dos cafeicultores em associações, cooperativas e sindicatos, que surgem resultados como o processo de reconhecimento da Indicação Geográfica que liga um produto a um nome geográfico. Como descrevem Perosa, Jesus e Ortega (2017), obter o registro da IG no INPI não é sinônimo de construção de uma identidade territorial, mas que é a própria organização dos produtores que buscam a certificação, resultado da identidade preexistente no território.

### **2.3 Breve contexto das Indicações Geográficas**

No Brasil, as Indicações Geográficas são divididas em duas modalidades conforme a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Essas modalidades são a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. A Indicação de Procedência está relacionada com o nome geográfico de um território, desde que este tenha se tornado conhecido por suas características exclusivas. Ou seja, está relacionada principalmente com a procedência do produto. A Denominação de Origem está relacionada com as características exclusivas que o território atribui ao produto, ou seja, quando o produto possui características organolépticas e sensoriais que são proporcionadas pelas condições edafoclimáticas do território, bem como do saber fazer local. Neste caso, o nome da região está relacionado com as características químico-físicas e organolépticas e ambientais (*terroir*) dos produtos. Já o método de produção está relacionado com as características sociais e é determinado pelas características ambientais da região geográfica. Então no caso do café, essas características são agregadas ao produto a ser comercializado para promover sua diferenciação no mercado.

As Indicações Geográficas foram concebidas inicialmente na Europa para inibir a falsificação de produtos como o vinho, por exemplo. Para Niederle, Mascarenhas e Wilkinson (2017, p.86), as IGs “são ferramentas de propriedade intelectual que identificam a origem dos bens”. Cerdan (2009) descreve as IGs como nomes geográficos que servem para distinguir produtos ou serviços que apresentam características diferenciadas quanto à origem geográfica. Para a autora, as características de diferenciação podem estar ligadas a fatores naturais ou humanos.

A partir do reconhecimento da primeira indicação geográfica legalmente estabelecida e demarcada pelos portugueses no século XVIII, viu-se crescer o número de dispositivos legais e acordos internacionais sobre o tema das IGs. Os dispositivos legais internacionais mais conhecidos são a Convenção da União de Paris (CUP) estabelecida em 1883, o Acordo de Madri celebrado em 1891, o Acordo de Lisboa de 1958 e o mais recente, o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) - *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS, na sigla em inglês) – estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) dentro da rodada de negociações do Uruguai, em vigor desde 1995.

No âmbito nacional, a regulamentação e institucionalização das indicações geográficas são muito recentes. O país se tornou signatário da CUP de 1883 somente no início da década de 1990. Esse dispositivo foi transposto para o direito interno através do Decreto nº 635 de 21 de agosto de 1992. Além deste dispositivo legal, o Brasil também é signatário do TRIPS da OMC, que foi transposto para o sistema de direito brasileiro pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Ainda na década de 1990, o país criou uma legislação própria sobre o direito de propriedade industrial contemplando as IGs. A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, foi criada para regulamentar os direitos de propriedade industrial. Nela as IGs são divididas em duas modalidades: as Indicações de Procedência (IP) e as Denominações de Origem (DO). Mais recentemente o país se tornou signatário do Acordo de Madri, relativo ao Registro Internacional de Marcas celebrado em Madri em 27 de junho de 1989. Esse Acordo foi internalizado pelo Decreto nº 10.033 de 01 de outubro de 2019.

Como resultado da incorporação e também da criação de diversos dispositivos legais na década de 1990 pelo Brasil, e a partir de um grande esforço dos vitivinicultores da região de Bento Gonçalves-RS, no ano de 2002 foi estabelecida a primeira indicação geográfica brasileira. Neste ano, a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV) foi registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para a produção de vinhos tintos e brancos, além dos espumantes. A partir desta IP, posteriormente, em 2012 a região de Bento Gonçalves também conquistou mais reconhecimento através do registro da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos (DOVV). A outra categoria de IG que relaciona obrigatoriamente quesitos de qualidade à região de obtenção do produto.

A partir do reconhecimento da Indicação Geográfica da região do Vale dos Vinhedos, nas suas duas modalidades IP e DO, viu-se crescer no Brasil o número de IGs registradas no INPI. De acordo com esse órgão, existiam no país no ano de 2021, cerca de 80 indicações

geográficas registradas. Minas Gerais era o estado com maior número, somando 12 IGs, o Rio Grande do Sul em segundo lugar com 11 e Paraná e Espírito Santo com nove e sete, respectivamente. Das 80 IGs registradas no Brasil, a maior parte delas se refere a produtos agropecuários, 62 no total. Sendo que o produto café fica em primeiro lugar com 12 signos distintivos de origem estabelecidos no país (INPI, 2021).

Contudo, para efeitos do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Adpic), da Organização Mundial do Comércio (OMC), as IGs são definidas como:

[...] indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica (BRASIL, 1994, seção 3, art. 22).

Niederle (2014), descrevendo sobre a contribuição que os mercados agroalimentares fazem ao processo de desenvolvimento, coloca as Indicações Geográficas como instituições de direito de propriedade intelectual. Desta forma, nota-se que para além de servir como forma de coibir as falsificações, as IGs servem para diferenciar produtos e serviços, bem como promover o desenvolvimento territorial de determinadas regiões.

Desta forma, Sacco dos Anjos, Criado e Caldas (2013), descrevem sobre a importância de se compreender as IGs como formas de promoção do desenvolvimento rural de territórios em países em desenvolvimento. Colocando assim, as Indicações Geográficas oferecem vantagens para além dos interesses em diferenciar os produtos ou inibir a falsificação. Neste caso, os autores salientam para a necessidade de haver condições sociais econômicas e culturais pré-existentes nos locais onde forem criadas. Nas palavras dos autores:

[...] as indicações geográficas podem converter-se em um importante instrumento para o desenvolvimento de muitas zonas rurais do Brasil, sempre e quando exista uma base conceitual mais ampla, a qual estabeleça a identidade cultural dos territórios no centro das estratégias de intervenção dos entes públicos ou privados interessados nesses processos (SACCO DOS ANJOS, CIRADO E CALDAS, 2013, p.209).

Assim, ao analisar o caso da IP Matas de Minas, salientamos que a região é tradicionalmente reconhecida pela produção de café, o que leva a crer que já existam no seu território, condições prévias para sustentar o estabelecimento e maturação da IG.

É pelo fato da IG está vinculada ao território, ao modo de produção, extração, colheita, beneficiamento, manufatura, tratamento e transformação do produto, que ela se torna um

importante mecanismo de desenvolvimento territorial rural. Neste aspecto, Vieira e Pellin (2015), conclui que uma grande contribuição das IGs é também na esfera econômica. Porque elas agregam valor financeiro ao produto ao agregar os valores simbólicos relativos ao território e ao modo de produção. Características relacionadas à maior visibilidade do produto podem criar outros campos ou nichos de mercado para atividades complementares ou relacionadas como, por exemplo, o turismo. Ademais são notados estímulos ao desenvolvimento de questões como da proteção ambiental e da preservação do patrimônio local. Por isso, para os autores, devido a características sociais, culturais, econômicas exclusivas de cada região do Brasil, se torna importante que exista parceria entre organismos público-privados e da sociedade civil dentro do processo de estabelecimento das IGs.

Pesquisas como as de Sacco dos Anjos, Criado e Caldas (2013), Sacco dos Anjos, Silva e Caldas (2020) e Demier *et al.* (2020), apresentam as IGs como uma construção social. Para estes autores, o estabelecimento e o reconhecimento de uma Indicação Geográfica podem ser considerados como o afloramento de um processo de desenvolvimento rural que deve estar pré-existente no território. Por isso, os autores chamam a atenção para a necessidade da participação ampla dos produtores rurais no processo.

Silva *et al.* (2012) e Niederle; Mascarenhas e Wilkinson (2017) abordam o processo de institucionalização e governança das IGs no Brasil. Para os autores existem diversos atores que atuam em diferentes escalas e níveis quando se pretende registrar uma IG no INPI. O processo de institucionalização das IGs no Brasil parte do movimento de cooperativas e associações locais, envolvendo entidades de nível internacionais como as multinacionais, perpassando por órgãos das mais diversas instâncias do governo. Portanto, os autores sugerem que a construção dessas instituições, deve ser feita de forma que ultrapasse a questão central do Estado como balizador do processo de registro, tal como é feito no Brasil pelo INPI. Ou seja, a construção de uma IG deve ser um processo mais amplo, que englobe a participação tanto do setor público, do setor privado e da sociedade civil organizada, como foi notado no caso da IP Matas de Minas.

A criação de instituições como as IGs pode acontecer tanto de forma endógena quando de forma exógena ao processo social de determinada região. Essa proposição é apresentada por Sacco dos Anjos, Silva e Caldas (2020), quando compara a Denominação de Origem Vale dos Vinhedos com a Indicação de Procedência Carne do Pampa Gaúcho (IPCPG). No primeiro caso, como foi uma criação a partir da iniciativa dos produtores de uva, a DO desenvolveu tanto, a ponto de ser reconhecida internacionalmente pela União Europeia.

No segundo caso, como foi um processo exógeno, sendo liderado por um grande frigorífico da região, a IP encontra-se estagnada, não causando efeito significativo no desenvolvimento territorial. Como demonstram Sacco Dos Anjos, Silva e Caldas (2020), a DO Vale dos Vinhedos obteve sucesso devido à participação ampla dos produtores de uva, e a IPCPG, por não ter adesão dos produtores de gado de forma ampla, se encontra mais frágil e não tem surtido o efeito esperado de incentivo ao desenvolvimento territorial.

Para Demier *et al.* (2020), um processo de construção exógena ocorre no caso da IG do Mel de Aroeira no Norte de Minas. Nesta DO, devido a problemas financeiros e de capacitação dos produtores de mel, o processo de criação e registro foi implantado de “cima para baixo” e “potencializado com o apoio externo”, ou seja, introduzido de forma exógena. Neste caso, o trabalho apresenta que:

Um processo de indução desde cima, pode dificultar a participação de todos os apicultores, pois a maioria não participou diretamente do processo de construção da marca para obtenção do selo de IG(sic), situação que despertou o sentimento de não pertencimento e de desconfiança a esse processo de construção social bem como a baixa adesão deles. Um processo de construção social que vem de baixo para cima, pode gerar um melhor sentimento de pertencimento e maior adesão (DEMIER *et al.*, 2020, p.243).

A criação e o estabelecimento de signos distintivos de origem, como as IGs, é uma estratégia de diferenciação de produtos alimentares como o café. Souza (2006, n.p.) descreve que nas últimas décadas, a “origem acabou se transformando em estratégia de diferenciação de cafés especiais, com iniciativas individuais de famílias e fazendas mais tradicionais ou de empresas de pequeno porte”. Portanto, nota-se a importância desse tipo de certificação para os cafeicultores. Pois, tem se observado que os requisitos de qualidade estavam relacionados com o processo de beneficiamento, como a classificação e torrefação. A partir de meados da década de 2000, os indicadores de qualidade se voltam para características relacionadas às formas e técnicas de produção, como os tratamentos culturais, a colheita e pós-colheita, ou seja, está vinculada à atividade do cafeicultor. Porém, ainda se mantém um paradoxo, pois “os padrões de qualidade da classificação oficial de café, que poderiam conter parâmetros que estimulasse a qualidade associada ao território, não consideram a origem dos plantios” (SOUZA, 2006, n.p.).

Mascarenhas e Wilkinson (2014) apontam que as indicações geográficas são mecanismos eficientes de diferenciação para que pequenos produtores consigam competir no setor agroalimentar. Pois em um ambiente que tende a aumentar a competição e o domínio das grandes corporações, “a presença de pequenos produtores só se viabiliza a partir da

diferenciação de seus produtos e da diversificação dos seus canais de venda” (MASCARENHAS; WILKINSON, 2014, p.104). É a respeito dos processos de diferenciação para atingir mercados mais exigentes em qualidade, que as indicações geográficas atuam como mecanismos fornecedores de vantagens competitivas aos cafeicultores familiares da região das Matas de Minas.

Neste contexto, o processo de diferenciação do café que vem ocorrendo nas últimas décadas no Brasil, é causado, dentre outros fatores, pelo fim da política de controle de preços que esteve em vigor até 1992 (SAES; ESCUDEIRO; SILVA, 2006). A diferenciação do café pode aumentar os retornos financeiros, como afirma Pereira *et al.* (2008), em análise feita para avaliar os efeitos da estratégia de diferenciação na região cafeeira do Cerrado Mineiro. Pois, algo que deve ser levado em consideração sobre a diferenciação na cafeicultura do Brasil, é o surgimento de selos de qualidade e signos que indicam a origem como as IGs, pelo lado da produção, e o surgimento de cafeterias especializadas em oferecer um café de alta qualidade, pelo lado do consumo.

#### **2.4 O mercado brasileiro de café e os processos de diferenciação**

Quanto aos mecanismos de diferenciação de produtos agroalimentares que existem hoje, compreende-se que estes garantem a manutenção e inserção de grupos de pequenos produtores no mercado. Os agricultores familiares que enfrentavam dificuldades nos mercados tradicionais devido à sua baixa produção e falta de padronização, passam a adotar mecanismos de diferenciação. Assim, o conhecimento de mecanismos de diferenciação da produção como os selos de classificação e as indicações geográficas, configura-se como estratégias de valorização dos produtos de pequena escala. Dessa forma, possibilitam a manutenção e inserção de pequenos agricultores familiares, que antes eram marginalizados pelo mercado. Assim, características como uma produção ambientalmente equilibrada, um modo de produção que respeita as relações de trabalho e a relação entre produto e território, pode servir como estratégia para a formação de monopólios, garantindo maiores remunerações aos produtores familiares de diversas regiões do país.

Estudos sobre como se dá o processo de diferenciação no mercado de café se torna importante devido ao fato dos produtos diferenciados serem uma das formas de acesso ao mercado pelos agricultores familiares. De acordo com Souza, Saes e Otani (2002), os pequenos agricultores passam a ser incluídos no sistema, a partir da possibilidade de

diferenciação dos produtos e segmentação do mercado. Para as autoras, a atribuição de qualidade, seja social ou ambiental, desde que passíveis de certificação constituem um nicho de mercado inclusivo, pois existe uma crescente demanda por produtos diferenciados no mundo, principalmente nos países desenvolvidos. Para Saes (2006),

... a diferenciação de cafés reorganiza as relações sociais em todo sistema produtivo, desde a produção e comércio dos grãos até a torrefação e a distribuição para os consumidores, por meio de ações cooperativas que viabilizam a coexistência das novas formas com os mercados tradicionais. (SAES, 2006, p.3).

Pois, produção de cafés com qualidade, que leva em consideração a sustentabilidade social e ambiental, bem como outras características relativas ao território pode se fator de competitividade em um mercado ainda dominado pelas *commodities*.

De acordo com Boaventura *et al.* (2018), o grande problema do mercado de café “comoditizado”, ou seja, padronizado, é que os pequenos produtores familiares, por usarem mão de obra familiar, baixa adoção de tecnologias e insumos, têm baixo custo de oportunidade, e assim, vendem seu café a baixo valor para os intermediários. Como os cafeicultores não produzem conhecimentos e informações sobre o seu produto, eles acabam perdendo preço de mercado ao não diferenciarem o café. Isso faz com que “atualmente, a maioria dos pequenos produtores venda seus grãos para serem processados por intermediários (tais como empresas corretoras) que detêm o conhecimento sobre a garantia de qualidade” (BOAVENTURA *et al.*, 2018, p. 257). Contudo, para Boaventura *et al.* (2018), a busca da aproximação dos consumidores finais pelos produtores de café, através da identificação e certificação como as de origem, fará com que estes consigam aumentar seu ganho econômico. Já que encontrarão consumidores dispostos a pagarem mais pelo café diferenciado. Então, a estratégia de diferenciação a partir do estabelecimento de selo que identificam a origem geográfica, o saber fazer e as características organolépticas oferecidas por um *terroir* específico, tem como objetivo afetar as transações econômicas de modo que os produtores obtenham um maior valor na venda do café.

Para compreender o processo social que subjaz a criação de uma instituição que certifica a origem, identifica e adiciona atributos de qualidade ao café, portanto, capaz de promover sua diferenciação, é necessário analisar a fundo o contexto histórico pré-existente no território. É nesse sentido que o estudo e análise da rede social formada durante o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas se torna importante. Pois, como conclui Marteleto e Silva (2004), a análise das redes sociais é importante para se compreender, de uma maneira

inovadora, a visão sobre desenvolvimento, quando este é visto sob a perspectiva de que as organizações e redes locais são constituídas fora do aparato estatal. É devido à autonomia que os grupos sociais têm de criar instituições e organizações, que se torna necessário compreender a economia a partir dos processos histórico-culturais dos grupos sociais e de territórios como da região das Matas de Minas.

Assim, nota-se a necessidade de compreender os aspectos histórico-culturais existentes na região onde foi criada a IP Matas de Minas, por dois conjuntos de fatores: aquele relacionado à base conceitual mais ampla que deve estar presente no território, descrito por Sacco dos Anjos, Criado e Caldas (2013); e aquele descrito por Bourdieu (2005) em que o estudo das relações sociais deve inevitavelmente, se construído a partir do tempo histórico. Porque Bourdieu (2005) analisa que o estudo da economia em qualquer das suas dimensões, seja supersocializada ou subsocializada, deve ser realizada sob a ótica da história. Já que para o autor, os constructos do estudo da economia como a oferta, a demanda e o mercado são produtos das relações sociais, que se entrelaçam no tempo histórico. Assim, nas palavras de Bourdieu (2005, p.18) “a decisão econômica não é a de um agente econômico isolado, mas a de um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando à maneira de um campo.” A visão de campo econômico em Bourdieu é fundamental para se compreender como a ação econômica está imersa na vida social. Pois é estudando o campo econômico formado pelo processo de diferenciação do café das Matas de Minas, pode-se ter a noção de que o desenvolvimento econômico está enraizado na história do grupo social daquela região.

## **2.5 Fundamentação empírica e histórica da região das Matas de Minas**

A região da Zona da Mata de Minas Gerais foi, ao logo do seu processo de colonização e ocupação, desmatada com o objetivo de utilizar o solo para a agricultura. A principal cultura explorada na mesorregião foi o café. A região foi colonizada a partir da sua porção sul, depois a parte central e por fim a porção norte, onde hoje se encontra implantada a cafeicultura, conforme Freire e Andrade (2019). Para esses autores, o café não era a principal cultura da região até meados do século XIX, pois era muito comum o cultivo de outros gêneros agrícolas como feijão, milho e arroz, por exemplo. Somente a partir da segunda metade do século XIX, que ocorre a introdução e massificação do cultivo do café, proveniente da região carioca do vale do Rio Paraíba do Sul.

Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), autarquia federal instituída pela Lei nº 1.779 de 22 de dezembro de 1952. De acordo com Saes, Ecudeiro e Silva (2006), o setor cafeeiro foi mantido sob a coordenação desse órgão por mais de 30 anos. A tutela do instituto que subsidiava o preço do café ao produtor, garantia estoques de café verde para as torrefadoras e regulava a entrada de novos empreendimentos torrefadores no mercado. A política cafeeira visava atender ao mercado externo, pois que cabia às torrefadoras nacionais, que vendiam o café torrado e moído no mercado interno, dar destino ao excedente não exportável (SAES; ESCUDEIRO; SILVA, 2006).

A política de regulamentação estatal do mercado cafeeiro, estabelecida no âmbito do IBC, levou à padronização do processo de beneficiamento, bem como do produto final (café torrado e moído), gerando certa ineficiência ao mercado. De acordo com Saes, Escudeiro e Silva (2006), a ineficiência mercadológica levou à formação de dois tipos de café destinados ao consumidor final no mercado interno: “o café tabelado e o café ‘combate’”. De acordo com os autores, este último era formado por outros produtos que não o café, como o milho e a cevada, por exemplo. A falsificação do café moído e torrado usando o milho chegava a 80% do produto final embalado, de modo que, de acordo com os autores, este era denominado “café *milhorado*” indicando o uso do milho no café (SAES, ESCUDEIRO E SILVA, 2006, p. 25).

No início da década de 1990, com o fim da política de regulamentação estatal do mercado cafeeiro, os entes envolvidos na cadeia produtiva do café se viram obrigados a criar novas estratégias para a cafeicultura. Deste modo, surgiram diversas iniciativas visando mudar o *status* até então atribuído ao café da região. Pois este era amplamente reconhecido pela sua má qualidade. Primeiramente identificado e reconhecido como “café Rio”, pois era embarcado no porto do Rio de Janeiro para ser exportado. Posteriormente, classificado e denominado “café tipo Rio Zona” de forma genérica, o café produzido na região hoje denominada Matas de Minas, foi, por longo período reconhecido pela baixa qualidade.

Neste contexto, a partir do início da década de 1990 vem ocorrendo na região das Matas de Minas um movimento de ressignificação da qualidade dos cafés e uma reconstrução da reputação da região. Esse movimento começou a ocorrer a partir do momento em que os produtores se viram desamparados da tutela do estado. No contexto da desregulamentação, os produtores daquela região têm buscado diversas formas de se manterem na atividade cafeeira. Dentre as formas de adaptação que os produtores de café encontraram ao novo cenário

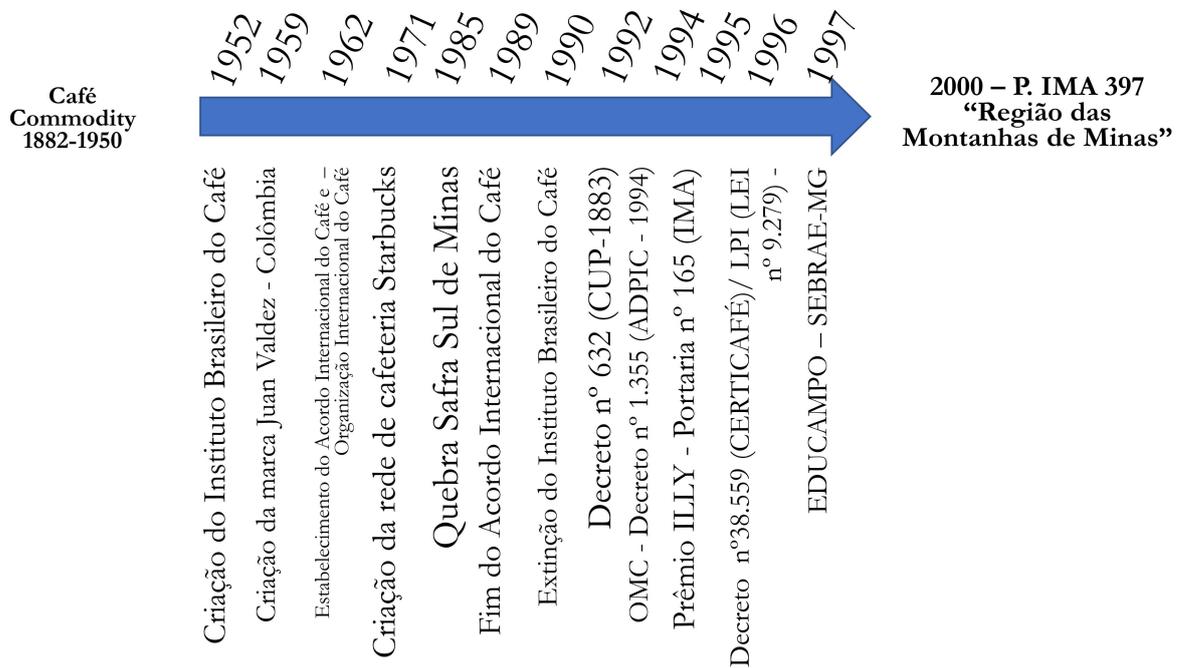
liberalizado, a diferenciação da produção por quesitos de qualidade é a mais comum nas regiões produtoras do estado de Minas Gerais.

Como apresentado por Machado (2017), a região das Matas de Minas foi descoberta como produtora de cafés de qualidade a partir de 1985. Para esse autor, baseado em entrevistas com cafeicultores, foi a partir de uma quebra de safra ocorrida naquele ano na região do Sul de Minas, que pessoas relacionadas ao comércio do café passaram a procurar o produto das Matas de Minas. Outro fato descrito por Machado (2017) que apresenta a descoberta da até então Zona da Mata como produtora de cafés de qualidade foi quando um cafeicultor dessa região se tornou finalista do Prêmio Ernesto Illy, em 1995. Desde então, os cafeicultores têm cada vez mais participado e conquistado prêmios de concursos de qualidade.

Segundo Singulano (2016), passou a ocorrer nas Matas de Minas uma mudança na sua reputação, essa mudança teve como objetivo o rompimento do estigma de baixa qualidade a ela associado. O principal passo para a reconstrução da imagem da região foi a sua renomeação. Agentes do poder público, da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil, juntaram esforços para valorizar o café produzido nesse novo contexto. Assim, após a redescoberta da qualidade dos cafés produzidos na região das Matas de Minas deu-se a certificação desta qualidade, que veio a partir do processo de reconhecimento da Indicação Geográfica, a Indicação de Procedência Matas de Minas.

Desta forma, nas Figuras 1 e 2 segue uma linha do tempo com os acontecimentos históricos que influenciaram a cafeicultura na região das Matas de Minas, desde o período que o café deixa de ser comercializado totalmente na forma de *blends* comoditizados e o surgimento do puro café arábica. Pois, nesse período, inicia-se na Colômbia uma busca por melhorar a qualidade do café, que é materializada na criação, em 1959, da marca Juan Valdez, representativa do café puro arábica. Assim há acontecimentos tanto a nível mundial como nacional e local que levaram os produtores da região a buscarem reconhecer uma indicação geográfica para a região das Matas de Minas.

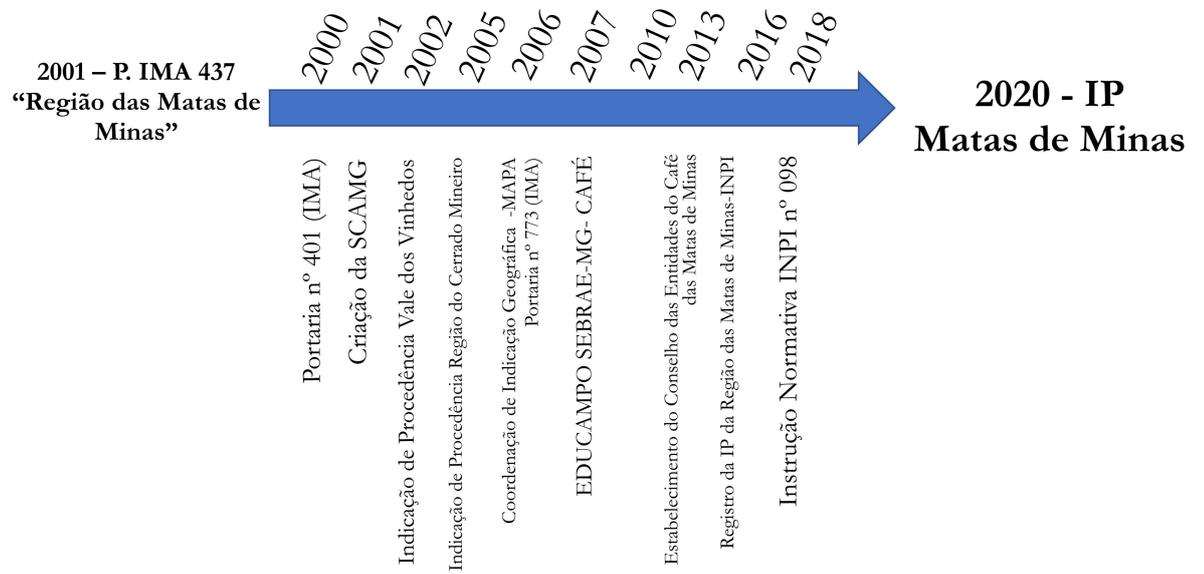
Figura 1 - Linha do tempo evidenciando marcadores históricos que propiciaram o reconhecimento da IP Matas de Minas – período entre os anos de 1952 e 2000.



Fonte: Elaboração do autor a partir da revisão bibliográfica e documental

A Figura 1 evidencia uma linha do tempo que inicia com a criação do Instituto Brasileiro do Café, e vai até a renomeação da região que deixa de ser Zona da Mata e passa a ser chamada de Mata e Minas. A Figura 2 apresenta a linha do tempo a partir da redenominação da região até o momento do reconhecimento da indicação de procedência no ano de 2020.

Figura 2 - Linha do tempo evidenciando marcadores históricos que propiciaram o reconhecimento da IP Matas de Minas - período entre os anos de 2001 e 2020.



Fonte: Elaboração do autor a partir da revisão bibliográfica e documental

### 3 METODOLOGIA

Para o presente trabalho de pesquisa foram utilizados alguns conceitos, técnicas e metodologias da pesquisa sociológica. Porém, evitou-se a pretensão de realizar um trabalho de pesquisa no campo da sociologia. Por não possuir formação na área, os autores julgam a possibilidade se incorrerem em sério erro de construir um trabalho com pouco rigor e meramente especulativo. Assim, adotaram-se as metodologias da pesquisa qualitativa para fins de análise de um fato social (reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas), tomando sério cuidado para que o trabalho não ultrapasse as linhas da descrição e exploração do tema de forma inicial. Portanto salienta-se que a presente dissertação se caracteriza como um estudo estritamente descritivo e exploratório.

A pesquisa está caracterizada como um estudo de caso, pois foi conduzida a partir do estudo do caso específico do processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas. Acredita-se que este seja um caso representativo do ambiente proporcionado pelas dinâmicas de reconhecimento de indicações geográficas no Brasil. O ambiente de reconhecimento de IGs no Brasil é extremamente novo, pois se trata de processos iniciados na década de 1990. Mesmo que a referência a indicações geográficas seja mais antiga, e que países como os da Europa já tratavam de regulamentar o assunto desde o século XVIII.

Dessa forma, foi tomado para estudo de caso o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas por motivos estritamente metodológicos. O primeiro motivo é devido ao fato de ocorrer na região um processo de reconstrução da sua reputação, devido à má fama que o café ali produzido adquiriu nas décadas passadas (SINGUALNO, 2015; FREDERICO, 2017), e que hoje o café da região está sendo reconhecido em concursos de qualidade. Já o segundo motivo decorre de fatores socioeconômicos e ambientais, pois, é possível dizer que a região não sofreu um processo de modernização das formas de produção do café, mesmo assim, se manteve como uma das principais regiões produtoras do país, o que contradiz alguns princípios da economia clássica. Por isso adotou-se como teoria de suporte das análises a Nova Sociologia Econômica.

Ao estudo de caso foram aplicadas metodologias quantitativas além das qualitativas. Como metodologia quantitativa optou-se por utilizar os métodos de Análise de Redes Sociais. Este tipo de análise se preocupa em conhecer o espaço relacional formado pelos laços e pelos atores sociais existentes em uma ação grupal. A ação social que exploramos e descrevemos é o processo de reconhecimento da indicação geográfica, Indicação de Procedência Matas de

Minas. Pois, como descrevem Granovetter e Swedberg (1992), a ação econômica é uma forma de ação social que está socialmente situada e que as instituições são construções sociais. Já dentro das metodologias qualitativas, adotou-se a revisão bibliográfica, a análise documental e a entrevista.

A estratégia do estudo de caso é adequada à pesquisa proposta, porque de acordo com autores como Yin (2001, p. 21), esse tipo de estudo “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Desta forma, optou-se pelo estudo de caso, pois esse é o tipo de pesquisa adequado para fazer uma análise aprofundada de um fenômeno social. O fenômeno social que se propôs estudar foi o processo de reconhecimento da uma espécie de Indicação Geográfica destinada à certificação da origem e da qualidade de cafés de tipo especial.

A condução do estudo de caso do processo de reconhecimento da IP, focando principalmente em analisar o espaço relacional formado no contexto da reconstrução da reputação da região junto ao mercado de cafés especiais, busca contribuir com o estudo da sociologia econômica. As metodologias qualitativas e quantitativas foram abordadas de forma simultânea com o propósito de delimitar de forma clara o espaço amostral, a população e o objeto estudado. O uso da abordagem qualitativa teve como objetivo descrever, para compreender os processos subjacentes à criação da referida Indicação Geográfica. E a abordagem quantitativa, onde foram aplicados métodos de Análise de Redes Sociais, serviu para caracterizar os atores que atuaram no processo de criação da IP, bem como analisar os padrões dos laços formados entre eles. Porque o conceito de redes sociais leva a uma compreensão de determinado grupo social a partir de vínculos relacionais entre os indivíduos, os quais reforçam suas capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização, por exemplo.

Desta forma, o trabalho foi conduzido a partir dos procedimentos de pesquisa de campo, de revisão bibliográfica, documental e análise de entrevistas. A pesquisa de campo foi conduzida mediante o uso de entrevistas semiestruturadas por um roteiro específico (Apêndice A), e aplicação de questionário sociométrico (Apêndice B). Devido às circunstâncias de saúde pública pelas quais o mundo se encontrava no momento das pesquisas de campo, uma Pandemia de Coronavírus, o processo de coleta de dados exigiu máxima atenção.

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido por uma nova variante de Coronavírus causadora da doença denominada Covid 19. Essa doença foi reconhecida como uma

Pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. A Pandemia de SARS-CoV-2, causada por um vírus do tipo Coronavírus denominado 2019-nCoV, causador da doença popularmente conhecida como Covid-19, assolou a população mundial a partir do início do ano de 2020. Portanto, a pesquisa de campo foi realizada com o máximo de cuidado possível e obedecendo as recomendações de prevenção proposta pelos órgãos de saúde oficiais, bem como do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de Universidade Federal de Viçosa.

Devido à alta transmissibilidade do vírus entre humanos, a falta de remedição eficiente que possa ser utilizada em massa e ao desconhecimento sobre ele, entre outras variáveis, as agências internacionais de saúde como a OMS e, inclusive o Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS), recomendam que as pessoas adotem medidas de prevenção à contaminação. Métodos como a limpeza constante das mãos com sabão ou álcool 70%, o uso de máscaras que protege o nariz e a boca, o distanciamento social e o aumento das medidas de higiene, são constantemente anunciados pelos meios de comunicação. Devido à Pandemia, a pesquisa de campo foi realizada principalmente por meio digitais. No período em que foi realizada coleta de informações da pesquisa de campo, as Tecnologias Informação e Comunicação (TICs) já se encontravam em avançados níveis de eficiência, de tal forma que proporcionaram ambiente virtual satisfatório para a condução dos trabalhos.

Assim, mesmo com algumas dificuldades decorrentes do processo de aprendizagem e da familiarização com as citadas ferramentas, além da preocupação com segurança cibernética, foi possível, cumprir com as recomendações das agências de saúde pública referentes à prevenção ao Coronavírus e conduzir as pesquisas de campo, mesmo com as citadas adversidades. O apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi de fundamental importância na condução dos trabalhos de campo, sem o qual seria muito mais difícil realizar as etapas da coleta de dados.

### **3.1 Caso estudado: a Indicação de Procedência Matas de Minas**

Documentos que delimitam, caracterizam ou até mesmo a descrevem sobre a região das Matas de Minas são escassos. Revendo a literatura sobre a cafeicultura em Minas Gerais, é possível observar que a região das Matas de Minas mesmo sendo a segunda maior em volume de produção, de acordo com a CONAB (2021), ainda não é objeto de muitos estudos mais detalhados. A escassez de estudos mais detalhados sobre a região, não significa que esta

não se tenha tornado reconhecida pela qualidade do café que produz. Pois, este é um pré-requisito essencial para que seja pleiteado o pedido de registro de indicação geográfica junto ao INPI. Desta forma, para o presente trabalho utilizou-se a delimitação publicada na Revista da Propriedade Industrial, número 2606, de 15 de dezembro, de 2020. De acordo com essa publicação, os municípios que fazem parte da IP Matas de Minas são descritos no quadro abaixo.

Quadro 1 - Municípios que compõem a região das Matas Minas apresentados por Bacia Hidrográfica e por Mesorregião de Planejamento.

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>BACIA HIDROGRÁFICA</b>	<b>MESORREGIÃO DE PLANEJAMENTO</b>
Abre Campo	Rio Doce	Zona da Mata
Alto Caparaó	Rio Itabapoana	Zona da Mata
Alto Jequitibá	Rio Doce	Zona da Mata
Araponga	Rio Doce	Zona da Mata
Caiana	Rio Itabapoana	Zona da Mata
Cajuri	Rio Doce	Zona da Mata
Canaã	Rio Doce	Zona da Mata
Caparaó	Rio Itabapoana	Zona da Mata
Caputira	Rio Doce	Zona da Mata
Carangola	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Caratinga	Rio Doce	Rio Doce
Chalé	Rio Doce	Zona da Mata
Coimbra	Rio Doce	Zona da Mata
Conceição de Ipanema	Rio Doce	Rio Doce
Divino	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Durandé	Rio Doce	Zona da Mata
Entre Folhas	Rio Doce	Rio Doce
Ervália	Rio Doce	Zona da Mata
Espera Feliz	Rio Itabapoana	Zona da Mata
Eugenópolis	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Faria Lemos	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Fervedouro	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Imbé de Minas	Rio Doce	Rio Doce
Inhapim	Rio Doce	Rio Doce
Jequeri	Rio Doce	Zona da Mata
Lajinha	Rio Doce	Zona da Mata
Luisburgo	Rio Doce	Zona da Mata
Manhuaçu	Rio Doce	Zona da Mata
Manhumirim	Rio Doce	Zona da Mata
Martins Soares	Rio Doce	Zona da Mata
Matipó	Rio Doce	Zona da Mata

Quadro 2 - Município que compõem a região das Matas Minas apresentados por Bacia Hidrográfica e por Mesorregião de Planejamento. Continuação...

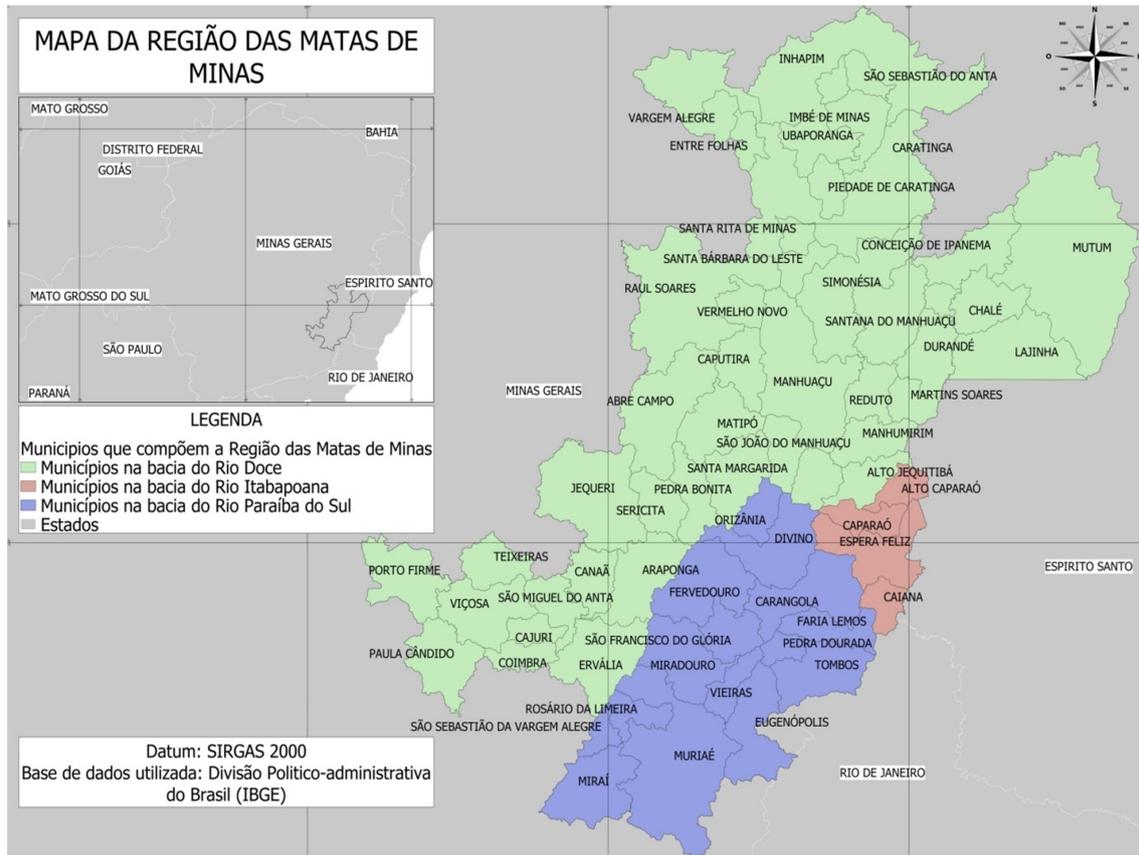
Miradouro	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Miraí	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Muriaé	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Mutum	Rio Doce	Rio Doce
Orizânia	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Paula Cândido	Rio Doce	Zona da Mata
Pedra Bonita	Rio Doce	Zona da Mata
Pedra Dourada	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Piedade de Caratinga	Rio Doce	Rio Doce
Porto Firme	Rio Doce	Zona da Mata
Raul Soares	Rio Doce	Zona da Mata
Reduto	Rio Doce	Zona da Mata
Rosário da Limeira	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Santa Bárbara do Leste	Rio Doce	Rio Doce
Santa Margarida	Rio Doce	Zona da Mata
Santa Rita de Minas	Rio Doce	Rio Doce
Santana do Manhuaçu	Rio Doce	Zona da Mata
São Domingos das Dores	Rio Doce	Rio Doce
São Francisco do Glória	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
São João do Manhuaçu	Rio Doce	Zona da Mata
São José do Mantimento	Rio Doce	Zona da Mata
São Miguel do Anta	Rio Doce	Zona da Mata
São Sebastião da Vargem Alegre	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
São Sebastião do Anta	Rio Doce	Rio Doce
Sericita	Rio Doce	Zona da Mata
Simonésia	Rio Doce	Zona da Mata
Teixeiras	Rio Doce	Zona da Mata
Tombos	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata
Ubaporanga	Rio Doce	Rio Doce
Vargem Alegre	Rio Doce	Rio Doce
Vermelho Novo	Rio Doce	Zona da Mata
Viçosa	Rio Doce	Zona da Mata
Vieiras	Rio Paraíba do Sul	Zona da Mata

Fonte: Revista da Propriedade Industrial, número 2606, publicada em 15/12/2020.

A Indicação de Procedência Matas de Minas se refere a uma região do Estado de Minas Gerais que tem se destacado na produção de café, principalmente os cafés especiais. As Matas de Minas compreendem parte das regiões de planejamento da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce (IBGE, 1942). Conforme o mapa apresentado na Figura 3, a região é formada por partes de três bacias hidrográficas. Parte da bacia do Rio Doce, que deságua no Oceano Atlântico pelo território do Estado do Espírito Santo; parte da bacia do Rio Paraíba do Sul,

que deságua no Oceano Atlântico pelo território do Estado Rio de Janeiro; e parte da bacia do Rio Itabapoana, que também deságua no Oceano Atlântico pelo território do Estado do Espírito Santo.

Figura 3 – Mapa da Região das Matas de Minas



\*sem escala

Fonte: elaborado pelos autores, usando a base da divisão político-administrativa do IBGE.

As Matas de Minas é uma região onde predomina o ecossistema nativo da Mata Atlântica, mais especificamente uma Floresta Estacional Semidecidual Montana, de acordo com o IBGE (1992). O relevo é caracterizado por um “mar de morros mamelonares” conforme Aziz Ab’Sáber (2003), e a área está dentro da unidade morfoclimática caracterizada por climas tropicais e subtropicais úmidos. Portanto, é uma região de alta umidade, fator que por ser pouco conhecido e controlado no passado, foi preponderante na formação do café classificado como “Rio Zona”. Pois conforme Singulano (2015), uma das causas da má qualidade do café produzido neste local era a alta umidade do ambiente.

A economia dos 64 municípios que conformam a região das Matas de Minas – descritos no Quadro 1 - é baseada na produção, beneficiamento e comércio do café. A principal espécie produzida nesta região é o *Coffea arabica* L., uma espécie que é reconhecida

por produzir um tipo de café que proporciona uma bebida com aroma e sabor muito atraente ao paladar.

No que diz respeito à população, os municípios são considerados de pequeno porte, variando entre 109,3 mil habitantes em Muriaé e 2,5 mil habitantes em Pedra Dourada, uma média de 15,6 mil habitantes por município, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2021).

### **3.2 Etapas da revisão de bibliografia**

Uma das etapas da metodologia foi a utilização da revisão de literatura executada a partir da pesquisa bibliográfica. De acordo com Sampaio e Mancini (2007), uma revisão de literatura deve ser conduzida seguindo alguns passos como por exemplo, definição da questão bem formulada e clara, definição da evidência a ser pesquisadas, revisão e seleção dos estudos científicos pesquisados, realização da análise metodológica dos estudos levantados e apresentação dos resultados.

Assim, revisão de literatura consistiu principalmente na análise de artigos, dissertações, livros, teses e trabalhos apresentados em eventos científicos. Alguns desses estudos foram levantados primeiramente através da pesquisa no Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) e no portal de periódicos da CAPES (<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>). Em uma segunda etapa, os periódicos e anais de congressos foram revisitados para a obtenção do material publicado. Os trabalhos de pesquisa encontrados naquelas plataformas, principalmente os artigos científicos que foram revisados de forma minuciosa para a obtenção das informações necessárias ao presente estudo. Essa etapa visou conferir a origem do material e para garantir a autenticidade das publicações utilizadas no estudo. Deu-se preferência aos estudos científicos publicados em periódicos com classificação Qualis da CAPES que foram publicados nos últimos cinco anos. Porém, não se excluiu totalmente os estudos com mais de cinco anos de publicação e que se tornaram referência na sua área de pesquisa.

Como Pizzani *et al.* (2012) salienta que a pesquisa bibliográfica é fundamental em toda e qualquer estudo científico, essa parte do estudo não deve ser conduzida aleatoriamente, ou seja, precisa ser elaborada a partir de critérios específicos. Por isso, os mesmos autores, chamam a atenção para que esse tipo de pesquisa seja realizado com critérios e propõem que

seja traçada uma linha que direcione ou que norteie o processo de busca que permita a identificação das fontes bem como seu manuseio adequando para o objetivo do trabalho.

Assim, para o presente estudo foi aplicada a estrutura de pesquisa bibliográfica conforme proposto por Lima e Miotto (2007), além das contribuições de Sampaio e Mancini (2007). Os autores descrevem alguns passos básicos necessários para a condução de uma pesquisa bibliográfica para estudos exploratórios e descritivos.

### **3.3 Pesquisa documental**

A pesquisa documental foi realizada a partir da busca orientada pela secretaria do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas e pela busca de alguns documentos complementares na internet. A análise dos documentos foi conduzida em conjunto com outras metodologias, como a entrevista, o questionário e a revisão bibliográfica. Pois como salienta Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009), a análise de documentos deve ser conduzida de forma mais cuidadosa do que a bibliográfica, porque aqueles não sofrem tratamento científico. Assim, para os mesmos autores, o pesquisador precisa conhecer plenamente os contextos socioeconômico, cultural e político de quem elaborou os documentos analisados.

Cellard (2008) apresenta que a revisão documental é uma fonte de informações de grande importância para todo pesquisador que pretende realizar estudos no campo das ciências sociais. Para este autor, a análise de documentos permite que seja atribuída a dimensão temporal ao estudo. Portanto, o documento permite observar a evolução de um grupo de indivíduos, como ocorre no caso em estudo da Indicação e Procedência Matas de Minas.

Na presente pesquisa, utilizou-se principalmente de documentos escritos, porém, conforme é descrito por Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009), em uma pesquisa qualitativa documental, pode-se utilizar os documentos não escritos, como as mídias (filmes, vídeos), os slides, as fotografias ou pôsteres. Conforme a metodologia apresentada por Cellard (2008), para a condução da pesquisa foram levantados e analisados documentos tanto públicos quanto privados, não foram utilizados documentos pessoais. No Apêndice C encontra-se o quadro demonstrativo de todos os documentos que foram utilizados e consultados durante a elaboração do estudo.

### 3.4 Levantamento de dados e informações em campo

O evento social que a pesquisa concentrou foi o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Neste caso, pretendeu-se investigar de forma holística os processos sócio-históricos que originaram e condicionaram o movimento associativo organizado na região Matas de Minas, que culminou na criação e registro da IP.

Buscou-se, por meio da perspectiva histórico-cultural e da aplicação da Análise de Redes Sociais, descrever as relações que levaram os atores da cadeia produtiva do café da região das Matas de Minas a sair do individualismo e trabalharem em conjunto no reconhecimento da IP. Portanto, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e descritiva. Exploratória porque é um estudo preliminar onde se pretende compreender como a ação humana de organização em torno de uma ideia (reconhecimento de uma Indicação Geográfica) emerge de um contexto sócio histórico específico. E descritiva porque pretendeu examinar o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas, com o interesse de descrevê-lo, bem como de relatar os fenômenos e os fatos dessa nova realidade que se apresenta para a região.

Na abordagem qualitativa foi realizada uma análise dos processos históricos e culturais que deram origem e que condicionaram a criação e estabelecimento da IP. Esta análise auxiliou na interpretação dos dados matemáticos obtidos dos grafos construídos a partir das informações levantadas em campo. Assim, o estudo da rede social foi conduzido sob a ótica dos processos históricos que condicionaram as ações dos atores. Utilizou-se a abordagem socio-histórica para orientar a pesquisa qualitativa, como proposto por Freitas (2002). Para a autora, em uma pesquisa com abordagem socio-histórica, pode se dizer que a formulação da questão a ser estudada não está relacionada à “operacionalização de variáveis”, ela depende de um contexto holístico, ou seja, que leva em consideração sua complexidade no decorrer dos fatos no tempo histórico (FREITAS, 2002). Assim, no estudo de caso proposto, foi realizado um aprofundamento sobre o contexto histórico das relações sociais que foram estabelecidas em torno do processo de produção e diferenciação de cafés especiais. O estudo foi realizado a partir do contexto histórico-cultural, desde o início do processo de desregulamentação do mercado de café ocorrido na década de 1990, até o estabelecimento do registro da Indicação de Procedência Matas de Minas no ano de 2020.

A análise também foi conduzida a partir de estudos já realizados sobre os temas relativos à história, geografia, formação cultural e socialização dos atores locais. Bem como,

perpassando pelos processos de associativismo e cooperativismo, geração de valor e diferenciação do café, sob a ótica da criação e estabelecimento da Indicação Geográfica. A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada usando meios digitais (como busca na internet), busca nos arquivos dos representantes da Indicação Geográfica, nos sistemas de biblioteca online das universidades, em periódicos disponíveis na internet bem como páginas da internet produzidas pelos governos, tanto do estado de Minas Gerais como o governo federal.

Os procedimentos de coleta de informações foram realizados durante os meses de agosto e setembro de 2021. Os pesquisadores somente investiram nos trabalhos de campo e no envolvimento das pessoas integrantes do processo de reconhecimento da IG após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Viçosa.

O processo de solicitação de aprovação e liberação da pesquisa de campo para o presente projeto de pesquisa foi iniciando na Plataforma Brasil em 05 de março de 2021. O parecer substanciado número 4.789.833 foi emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa aprovando o projeto de pesquisa em 18 de junho de 2021.

A partir da aprovação da pesquisa, foram conduzidos os trabalhos de campo como reuniões, aplicação dos questionários e entrevistas. Estes tipos de levantamento de informações foram realizados prioritariamente no ambiente virtual, ou seja, de forma online via internet, mesmo com a existência de algumas limitações para a pesquisa. Pois, debates e a conversa no formato presencial com o grupo de pessoas, o que proporcionaria maior aproximação e obtenção, por parte do pesquisador, de informações baseada no comportamento dos atores, foi restrita.

#### *3.4.1 População e amostra*

O universo amostral que foi cuidadosamente selecionado para se fazer as análises é constituído por 17 pessoas e entidades que estiveram ligadas ao processo de reconhecimento da referida Indicação de Procedência. Além dos atores selecionados para responder ao questionário, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas. A esse universo amostral foram aplicadas duas metodologias de coleta e levantamento de dados e informações. A primeira foi a condução de uma entrevista orientada por um roteiro elaborado especialmente para atender a presente pesquisa. A segunda consistiu na coleta de dados por meio da

elaboração de um questionário sociométrico semiestruturado autoaplicado. O questionário foi elaborado com questões do tipo abertas e fechadas para atender aos objetivos da presente pesquisa.

Os respondentes dos questionários e os entrevistados durante a etapa de coleta de dados da pesquisa foram selecionados com base no seguinte conjunto de critérios: ter atuado no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas, ser membro do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas ou ser apoiador do referido conselho. As pessoas que participaram da pesquisa aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os participantes da pesquisa são colaboradores de instituições (diretores, presidentes ou analistas) que estiveram diretamente relacionados com o processo de reconhecimento da IP. Participaram da pesquisa vários atores, entre os quais alguns colaboradores das seguintes entidades: a Coocafé, o Sicoob Credilivre, o Sicoob Credicaf, o Sicoob Credisudeste, o Sicoob União, o Sicoob Credcooper, o Sindicato de Manhuaçu, o Sindicato de Caratinga, o Sindicato de Manhumirim, a SCAMG, a Hanns R. Neumann Stiftung do Brasil; e também os parceiros que estão ligados ao processo de criação da IP: a EMATER, o IWCA, o SEBRAE, o SENAR, a UFV e o IF SUDESTE MG.

#### *3.4.2 Entrevistas*

No trabalho de campo, optou-se por realizar a entrevista do tipo semiestruturada. Essa estratégia de coleta de dados é, para Triviños (1987), uma das mais utilizada em pesquisas qualitativas porque oferece ao entrevistado liberdade e espontaneidade para organizar sua linha de raciocínio contribuindo ao máximo com a pesquisa. Para o mesmo autor, a entrevista semiestruturada é um tipo de entrevista que parte de perguntas básicas iniciais, fundamentadas nas teorias e hipóteses que norteiam o trabalho, e que permitem uma maior flexibilidade de respostas à medida que vai sendo conduzida pelo entrevistador.

Foi realizado um total de quatro entrevistas semiestruturadas com pessoas que de alguma forma participaram do processo de reconhecimento da Indicação de Procedência. A escolha dos entrevistados foi realizada pelo pesquisador baseando-se nas entidades que fazem parte do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas. Desta forma, pode-se dizer que a escolha dos participantes nesta etapa da pesquisa de campo foi “por conveniência”, pois de

acordo com Gil (2008), esse é o tipo menos rigoroso de amostragem, por isso aplica-se esse método de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.

Como na presente dissertação optou-se por aplicar as metodologias quantitativas e qualitativas simultaneamente, a entrevista foi o tipo de estratégia adotada para coletar dados utilizados na análise qualitativa. Assim, as entrevistas foram direcionadas pelo roteiro disponível no Apêndice A.

### *3.4.3 Aplicação do questionário sociométrico para a coleta de informações*

O uso do questionário de medidas sociométricas foi direcionado para a coleta e levantamento de dados e informações usados na análise de redes. De acordo com Wasserman e Faust (1994), o uso de questionários para coleta de dados pode ser usado sempre que o ator em estudo representa uma organização. O questionário foi enviado via TICs para um total de 17 pessoas que participaram do processo de reconhecimento da IG. Dos 17 questionários enviados, 13 foram respondidos completamente.

O questionário sociométrico foi formulado utilizando a ferramenta Google Forms. Uma ferramenta que possui grande potencial inovador nas pesquisas que usam o tipo de metodologia de aplicação de questionários para coleta de informações sociais. Lançou mão deste tipo de ferramenta porque de acordo com Mota (2019), as tecnologias digitais como as ferramentas para elaboração de formulários, são muito acessíveis e práticas, bem como dinâmicas.

O modelo utilizado no presente estudo foi elaborado com um total de 36 questões, distribuídas entre abertas e fechadas. As questões foram feitas com o objetivo de levantar o panorama do espaço relacional, ou seja, das relações sociais existentes dentro do grupo de pessoas que se organizaram em busca do reconhecimento da IG.

Esse questionário foi formulado de acordo com a metodologia proposta por Wasserman e Faust (1944). Os autores apresentam uma gama de possibilidade de se formular o questionário. Para escolher o tipo mais apropriado, levou em consideração o quadro proposto por Higgins e Ribeiro (2018), desenhado a seguir.

Quadro 3– Critérios avaliados para elaboração do questionário sociométrico

	Escolha do alter	Escolha da Relação	Grau da Relação
<b>Questionários Sociométricos</b> (Variante em bola de neve)	Lista ( <i>Roster</i> )	Escolha fixa	<i>Rating</i>
	Livre ( <i>Free Recall</i> )	Livre	<i>Ranking completo</i>

 Critérios escolhidos

Fonte: Adaptado de Higgins e Ribeiro (2018, p. 50).

A aplicação dos questionários foi realizada mediante o envio deste via endereço de e-mail eletrônico e também via aplicativos de envio de mensagens, principalmente o Whats App. Os respondentes foram esclarecidos sobre o estudo e sobre o questionário bem como sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foram orientados quanto ao esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Os questionários, da mesma forma que as entrevistas, somente foram aplicados após a liberação do CPE-UFV para a realização da pesquisa de campo. Mesmo com as restrições proporcionadas pela relativa inabilidade de manuseio das TICs por parte dos participantes, devido ao elevado grau de novidade dessas ferramentas, obteve-se um percentual relativamente alto de respostas. Mais de 75% dos questionários enviados foram respondidos. O modelo utilizado na pesquisa se encontra disponível no (Apêndice B).

Os questionários usados no trabalho foram elaborados usando a ferramenta Google Forms, e enviados para os participantes da pesquisa, via e-mail eletrônico ou por mensagem do aplicativo (WhatsApp) a partir de dispositivos móveis como o telefone celular. As entrevistas foram conduzidas por meio da ferramenta eletrônica Google Meet. Este tipo de tecnologia de comunicação possibilita a formação de salas de reunião em ambiente virtual. Desta forma, as etapas de pesquisa de campo foram todas conduzidas por meios de TICs. Os aplicativos de comunicação denominados Google Forms e Google Meet pertencem ao espaço de trabalho (Workspace) da empresa Google.

De acordo com Mota (2019), uma das vantagens do uso da ferramenta Google Forms em pesquisa científica é a praticidade oferecida durante o processo de coleta de informações. De acordo com a autora além da praticidade da ferramenta, ela proporciona agilidade na análise dos dados coletados, o próprio formulário já fornece uma análise prévia dos resultados.

### 3.5 Análise de Redes Sociais (ARS) em organizações sociais

Como descrito anteriormente, a análise da rede social que foi paulatinamente sendo construída na região das Matas de Minas e que se tornou preponderante no processo de reconhecimento da IP, foi realizada a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Pois, de acordo com Mizruchi (2006), a análise de redes por ser um tipo de sociologia estrutural, está relacionada com a percepção de que as relações sociais afetam a ação dos indivíduos e dos grupos.

A metodologia de Análise de Redes Sociais utilizada na presente dissertação está baseada na análise matemática de atributos de uma rede social. Neste contexto, foi aplicado o conceito de rede baseado em Calmon e Costa (2013) e Marques (2007) de que as redes são instrumentos analíticos, utilizados para compreender como se dá a relação entre os atores envolvidos no processo de criação da Indicação de Procedência. Alguns componentes da rede social, que foram utilizados estão descritos a seguir, baseado em Higgins e Ribeiro (2018):

1. Tipos de laços – se são laços fortes ou fracos, se são laços do tipo pontes ou do tipo *broker*;
2. Medidas do Grafo – densidade, diâmetro e distância ou geodésica;
3. Grau de centralidade ou posição dos atores na estrutura e na arquitetura da rede social – centralização dos nós (*degree*, centralidade de proximidade, centralidade de intermediação e grau de prestígio).

Para obter as informações necessárias à Análise da Rede Social e levantar a relação existente entre atores envolvidos na criação da Indicação de Procedência, foi aplicado o questionário sociométrico (Anexo B), baseado no “Gerador Sociométrico tipo 3 (escolha fixa da relação e *free recall*)” descrito por Higgins e Ribeiro (2018) e por Wasserman e Faust (1994), que foi utilizado por Coleman, Katz e Menzel (1957) para estudar a difusão de uma inovação tecnológica na medicina da época, entre os médicos de uma região.

O uso da Análise de Redes Sociais foi balizado pelo trânsito de informações dentro da rede. Assim, com a análise buscou compreender como as informações são transmitidas entre os atores de forma a oferecer oportunidades, cooperação e confiança, bem como capaz de incrementar o capital social do grupo. Como salienta Acioli (2007), utilizar a ideia de rede para compreender os papéis sociais de atores dentro de um grupo, significa trabalhar com a informação.

### 3.6 Organização e análise dos dados

Ao elaborar os questionários sociométricos na Plataforma Workspace do Google, utilizando a ferramenta Google Forms, é possível obter as respostas no formato de uma planilha eletrônica. Além da planilha, é possível obter gráficos e outras análises prévias das informações obtidas. No entanto, para o presente trabalho, utilizaram-se somente os dados na forma de planilha.

A planilha eletrônica contendo as respostas dos questionários, emitida pelo próprio sistema da Plataforma Workspace do Google, foi interpretada, e juntamente com o conteúdo das entrevistas utilizada para elaborar uma matriz sociométrica. A partir dessa matriz, foram realizados cálculos para medir os parâmetros da rede utilizados no estudo. Todas as métricas ou medidas da rede foram utilizadas para descrever algumas relações sociais que se consolidaram ou se formaram no contexto do reconhecimento do signo distintivo de origem, pelo qual se busca reorganizar a produção de café na região.

O *software* utilizado para fazer as análises da rede social foi o UCINET, em sua versão 6. Para gerar os grafos apresentados nas figuras representativas da análise, foi utilizado o gerador de grafos *Netdraw*. Além da análise da rede social, foram realizadas análises textuais das entrevistas utilizando o software *Iramuteq* na sua versão 0,7 *alpha 2*.

Portanto utilizou-se a metodologia descrita para analisar como se formaram as relações sociais no território das Matas de Minas, quais os mecanismos sociais deram origem ao processo de organização dos cafeicultores, e como atuaram alguns fatores indutores ou limitantes desta instituição.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Matas de Minas é a região mais antiga do Brasil onde ainda se pratica uma cafeicultura significativa. De acordo com Singulano (2015), esta região ainda possui uma produção expressiva se comparada a outras regiões do vale do rio Paraíba do Sul, norte-fluminense e oeste paulista, por exemplo. De acordo com a CONAB (2021) as regiões da Zona da Mata/Rio Doce e Central<sup>6</sup>, atual Mata de Minas, é a segunda maior área de produção de café do Brasil, no que se refere ao volume produzido. Ainda, conforme o informativo da própria Companhia Nacional de Abastecimento, a região produziu na safra 2020/2021 em torno de 5,01 milhões de sacas de 60 kg de café, ficando somente atrás da região que engloba o Sul de Minas e o Centro-Oeste do estado, que produziu 11,05 milhões de sacas de 60 kg do grão beneficiado.

A partir da revisão bibliográfica e da análise documental, foi possível perceber que a produção de café das Matas de Minas, mesmo sendo tão expressiva, é pouco explorada em estudos e trabalhos sobre a cafeicultura no Brasil. A pequena quantidade de estudos sobre a região pode estar relacionada à falta de interesse devido à sua formação socioeconômica e cultural. Pois, de acordo com Singulano (2015, p. 92), a formação sociocultural da cafeicultura na região está majoritariamente relacionada a um tipo de cafeicultor tradicional<sup>7</sup>.

Esse tipo de cafeicultura advém de uma região que foi inicialmente denominada “Sertões do Leste”, pois era formada pelo Sertão de Manoelburgo, Serra dos Arrepiados e Sertão do Rio Doce (região do Cuieté ou Casa da Casca), foi uma região colonizada tardiamente se comparada a outras regiões de Minas Gerais (ANDRADE, 2018; ESPINDOLA, 2008; SOUZA, 2014; FREIRE E ANDRADE, 2019). Dessa forma, nota-se que somente a partir do declínio da produção de ouro, passou a ocorrer uma ocupação na região focada principalmente na agricultura, e especialmente na produção de café (SOUZA, 1962; FREIRE E ANDRADE, 2019). Outras formas de exploração econômica para viabilizar a colonização da região foi o estabelecimento de presídios e da Divisão Militar do Rio Doce

---

<sup>6</sup> Na data da consulta ao Boletim de Café da CONAB (acesso em 28 de set. de 2021), a Companhia Nacional de Abastecimento ainda não utilizava o termo Matas de Minas para se referir à região produtora de café compreendida pelas mesorregiões de planejamento Zona da Mata, Rio Doce e Central. Essas mesorregiões foram definidas pela divisão do estado de Minas Gerais, realizado na década de 1940 pelo IBGE, para fins de planejamento territorial (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24863&t=o-que-e>).

<sup>7</sup> Neste trabalho usaram-se as quatro categorias analíticas de produtores de café da região das Matas de Minas, definidas por Singulano e Higgins (2021). Essas categorias são: o produtor tradicional, o produtor especial, o produtor empresário e o produtor sustentável. Elas foram definidas baseando-se na qualidade e do café e em padrões de avaliação, bem como nas formas de coordenação predominantes.

(DMRD) por parte da monarquia; e a agricultura diversificada, a procura por minerais preciosos e a extração da poaia<sup>8</sup> pela população.

A região que hoje é denominada Matas de Minas foi ocupada com a finalidade de transformar a área de mata em terras agricultáveis e ao mesmo tempo para a busca por minerais preciosos, depois da revogação das proibições de colonização dos Sertões do Leste impostas pelo rei, quando se intensificou a guerra contra os índios Botocudos, Puris e Coroados, a partir de 1808.

Assim, depois do início do século XIX, viu-se crescer a doação de sesmarias na região, que eram até então proibidas. O povoamento dos Sertões do Leste foi realizado a partir da instalação de presídios como o de São João Batista na cabeceira do Rio Pomba, e o Presídio do Cuieté na bacia do Rio Doce. Para esses locais eram levados os degredados da sociedade mineradora, que serviam de combatentes contra os indígenas, e que juntamente comesses dificultava o extravio do ouro para o litoral fora do percurso do caminho do ouro, em um período que o metal precioso entrava em escassez (SANTOS; CARNEIRO; HORTA, 2016).

Assim, a agricultura e a pecuária foram substituindo a área de floresta de maneira que mesmo o café, uma cultura de exportação, não foi capaz de estabelecer grandes latifúndios na região. Pois, como foi apresentado por Espindola (2008),

“A atividade agrícola que serviu de base para a ocupação não foi aquela desejada pelas elites mineiras. No lugar de culturas de exportação, formaram-se as roças de pobre, avançando lentamente para o leste, a partir das frentes de ocupação ou se instalando junto aos quartéis e aldeamentos, no interior da floresta. Núcleos de povoadores se formaram nas margens dos rios (portos de canoas), caminhos e estradas (vendas e ranchos). Também seguiram os negociantes de poaia, os quilombos e os locais de pouso de grupos de índios; fixaram-se nos patrimônios formados por terras demarcadas e arruadas por fazendeiros, no entorno das capelas por esses erigidas. A fertilidade dos solos, depois da derrubada e queimada, era o fator principal que impulsionava a ocupação por parte de posseiros.” (ESPINDOLA, 2008, p. 92).

Ou seja, a população que ocupou a região da mata se encarregou de criar naquele espaço uma estrutura social camponesa baseada na agricultura de subsistência, conforme explica Freire e Andrade (2019). Desta forma, devido à maneira como se deu o processo de exploração da cafeicultura na região, nota-se que existem estruturas tradicionais enraizadas na formação sociocultural e econômica local.

---

<sup>8</sup> Ipecacuanha ou Poaia é o nome comum da planta *Psychotria ipecacuanha*, utilizada para fins fitoterápicos que se encontrava em abundância na região. Sua extração criou um ciclo econômico durante o período inicial de ocupação dos Sertões do Leste.

A região que atualmente recebe o nome de Matas de Minas foi denominada por sucessivas vezes de acordo com a necessidade da denominação. Inicialmente, quando começou a colonização das terras que viriam a se tornar o estado de Minas Gerais, deu-se o nome para a zona de floresta localizada entre o litoral e a região mineradora, de “Zona Proibida”. Depois, a partir do final do ciclo do ouro, a mesma região foi denominada “Sertões do Leste”. Sequencialmente, a região ficou conhecida como “Mata”, e recebeu o nome de Zona da Mata dentro do processo de divisão dos estados em zonas fisiográficas, realizado pelo IBGE em 1941 (IBGE, 1941). No ano de 1995, a região foi novamente denominada, dentro do processo de criação do programa de certificação do café o CERTIFICAFÉ, com o nome Região das Montanhas de Minas. Finalmente, a região recebeu o nome de Matas de Minas, em 2001, dentro do processo de reconstrução da sua reputação, já que Zona da Mata relacionava o café desta região à má qualidade.

Portanto, é possível dizer que Matas de Minas é um topônimo relativamente novo, observado somente em documentos e textos elaborados a partir da década de 1990. Pois, a macrorregião onde se encontra uma cafeicultura estabelecida foi definida pela primeira vez pela Portaria nº 165, de 27 de abril de 1995 do Instituto Mineiro de Agropecuária. Essa norma definiu uma macrorregião, a qual denominou de Região Montanhas das Minas que incluía as mesorregiões ou regiões de planejamento<sup>9</sup> da Zona da Mata e Rio Doce, bem como partes da mesorregião Metalúrgica, campos das Vertentes e Jequitinhonha. Em 2000 essa Portaria foi alterada por duas vezes, sendo que a primeira Portaria, de nº 397 de 21 de julho, alterou a delimitação das regiões produtoras de café no estado, tornando a mais precisa; e a segunda alteração foi feita por meio da Portaria nº 401 de 24 de agosto do mesmo ano, em que torna ainda mais precisa a delimitação das regiões produtoras de café, discriminando os municípios que as integram. Até a elaboração dessas normas, a atual região das Matas de Minas era denominada Região das Montanhas de Minas, somente com a publicação da Portaria nº 437, de 23 de maio de 2001, que formaliza o nome Matas de Minas para a região formada por diversos municípios incluindo alguns que não possui cafeicultura como principal atividade agrícola.

É importante salientar que essa delimitação ampla foi realizada pelo poder público do Estado de Minas Gerais dentro do escopo da criação de um programa estadual de certificação

---

<sup>9</sup>Atualmente o estado de Minas Gerais está dividido em dez regiões de planejamento: Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo. Essa divisão leva em consideração as atividades desenvolvidas e as características socioeconômicas de cada região (<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>, acesso em 29 de set. de 2021).

para café. Por meio do IMA, da EMATER e da EPAMIG, o estado de Minas Gerais realizou diversos esforços com o objetivo de estabelecer indicações geográficas para café dentro do território estadual. Um desses esforços se materializou na instituição do Decreto nº 38.559, de 17 de dezembro de 1996, que criou o programa mineiro de incentivo à certificação de origem do Café, o CERTICAFÉ. Antes desse decreto, o IMA já havia publicado a Portaria nº 165, de 27 de abril de 1995, que delimitou as regiões produtoras de café no estado de Minas Gerais para fins de instituição dos certificados de origem.

Como uma tentativa de se criar uma indicação geográfica na região das Matas de Minas, o IMA publicou a Portaria nº 773, de 12 de maio de 2006, que “institui indicação geográfica protegida e marca geográfica na região das Matas de Minas no âmbito do programa mineiro de incentivo a certificação de origem e qualidade do café – CERTICAFÉ”. Portanto, desde a desregulamentação do setor cafeeiro instituída pelo Decreto nº 99.240, de 07 de maio de 1990, que extinguiu o IBC, o poder público de Minas Gerais vem incorporando alguns aspectos da política e da coordenação do mercado dentro do Estado.

Por outro lado, existia um esforço do setor privado que atuou por meio do SEBRAE, em parceria com produtores de café da região. Essa entidade privada sem fins lucrativos é a principal incentivadora do processo de reconhecimento das IGs no país. De acordo com Vianna e Pandolfo (2021), o SEBRAE atuou no processo de reconhecimento da maioria das indicações geográficas brasileiras registradas pelo INPI. No caso das Matas de Minas, o SEBRAE-MG começou atuando na região junto com a Associação de Cafés Especiais de Minas Gerais (SCAMG).

De acordo com Zylbersztajn, Giordano e Vita (2018), a SCAMG foi criada em 11 de abril de 2001, e originou-se da união de um pequeno grupo de cafeicultores da recém-criada Matas de Minas preocupados com a gestão dos custos de produção, em um ambiente de incertezas proporcionado pelo alto custo da produção de café naquele ano. No ano de 2001, a SCAMG contratou um assistente técnico para gestão dos custos da propriedade, que criou uma metodologia de gestão de custos que era utilizada pelos produtores. Em 2004, a associação contratou uma empresa que criou um *software* de gestão de custos para as propriedades produtoras de café.

Antes de atuar junto aos produtores de café, o SEBRAE-MG havia criado em 1997 a plataforma EDUCAMPO, uma metodologia de gestão de custos para produtores de leite. A partir da parceria com a SCAMG o SEBRAE-MG criou em 2007 o programa EDUCAMPO para a cafeicultura das Matas de Minas. A grande vantagem e inovação dessa plataforma, é

que ela foi capaz de compilar os dados de custo de produção e compará-los dentro de uma mesma metodologia. Assim, se tornou viável uma comparação entre eles, o que proporcionou uma forma de comparar a eficiência entre os produtores (ZYLBERSZTAJN; GIORDANO; VITA, 2018).

Outro fato de grande relevância, que serviu de iniciador do processo de organização do setor cafeeiro das Matas de Minas, foi a implantação do projeto Foco Competitivo do Café das Matas de Minas. Uma metodologia baseada em quatro pilares, “governança, qualidade, identidade e mercado”. Dentro dessa metodologia, o primeiro passo do SEBRAE-MG foi trabalhar a governança juntos com os produtores, criando o Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas. Depois, se trabalhou a qualidade, com pesquisadores do Centro de Excelência do Café das Matas de Minas (CEC). Em seguida, foi realizada a institucionalização da identidade com a criação da marca coletiva “Região das Matas de Minas”. Finalmente, chegou o momento de trabalhar o mercado, pois este não conhecia o café originário das Matas de Minas, já que o mercado o relacionava à Zona da Mata e ao Sul de Minas. Nas palavras de um entrevistado:

[a] “primeira coisa que aconteceu foi o registro da marca coletiva né. E, avançando na marca coletiva vendo o trabalho que o Cerrado faz e que ele até hoje ele trabalha muito essa questão da Indicação Geográfica, Indicação de Procedência, nós identificamos que seria necessário a região também ter a Indicação de Procedência, indicação geográfica, porque é um território extremamente importante para a economia regional. Devido a sua característica bem peculiar na produção de cafés, cafés com diferentes sabores, nuances e, são 63 [64] municípios produtores. Então nós enxergamos que seria mais um valor agregado para a região e também essa região até pouco tempo atrás, ..., ela era desconhecida pelo mercado. Ela era assim, o mercado entendia que nosso café era café de Varginha. E hoje com a marca coletiva, com a indicação geográfica e com a Indicação de Procedência, eu acho que isso está dando uma conotação muito para o mercado e o mercado hoje está pagando pouco mais nesse café, porque o produtor também, com a Indicação Geográfica com o selo das Matas de Minas, ele começou a melhorar a qualidade do produto. Então hoje a nossa região é reconhecida pelo mercado, ainda falta muito o que fazer, mas hoje nós temos um nome, nós temos um território demarcado, com um solo espetacular na produção de café.” (Entrevista realizada com um participante do processo de reconhecimento da IP em 23/08/2021).

Nota-se na fala do entrevistado a importância que as relações sociais têm no contexto da criação e institucionalização de estruturas econômicas. Pois, como apresenta a teoria da NSE, é a partir das relações sociais que se cria um conjunto de normas e regras direcionadas a estabelecer estruturas econômicas. Como apresentado por Granovetter (1985) na teoria da Nova Sociologia Econômica, a ação econômica é parte das relações sociais. Assim, essa teoria pode ser aplicada à análise do processo de reconhecimento da IP em questão. Porque

foi a partir de um conjunto de relações entre produtores de café, organizações sociais e atores do setor cafeeiro, observando o que acontecera na região do Cerrado Mineiro (o reconhecimento de uma IG) e as relações que ocorria entre atores da região ora estudada e a região do Sul de Minas, que alguns atores estabeleceram uma rede de relações sociais que culminou o reconhecimento da IP Matas de Minas no INPI.

Assim, no ano de 2010 uma equipe de técnicos do SEBRAE-MG preocupado em de resolver o problema da falta de uma estrutura de governança e de representação da região das Matas de Minas, procura soluções para gestão da cafeicultura da região junto ao CEC localizado dentro da Universidade Federal de Viçosa. Como relata um entrevistado:

[...] “eu recebi a visita de quatro jovens, na época jovens funcionários/técnicos do SEBRAE – MG e eles tinham uma preocupação. Eles me confessaram a preocupação interessante que eles diziam o seguinte, é eles tinham feito uma pesquisa sobre a zona da mata e identificaram que o café era o principal produto agrícola da região e contribui muito com PIB nacional, e o SEBRAE então tinha o interesse em fazer alguma coisa para café. Eles então me perguntaram o nome da instituição que representaria os cafeicultores da Zona da Mata, porque eles queriam conversar e começar a pensar em algo a fazer para Zona da Mata. Eu então falei pra eles que não tinha uma governança na zona da mata, ao contrário, por exemplo, da região do Cerrado, que tem uma rede, uma governança institucionalizada, lá com cooperativas, com o conselho das federações cooperativas do Cerrado e na Zona da Mata não tinha nada igual”. (Entrevista realizada com um participante do processo de reconhecimento da IP em 10/08/2021).

Nesse ano, o SEBRAE-MG já oferecia assistência técnica na área de gestão de custos para pouco mais de 10 produtores de cafés associados da SCAMG. Neste contexto, percebe-se que iniciou uma parceria entre uma organização privada sem fins lucrativos (SEBRAE), um grupo de cafeicultores (SCAMG) e atores de uma organização pública (UFV). Essa parceria, combinada a diversos outros atores, foi responsável pela criação de um novo sistema de gestão da cafeicultura das Matas de Minas (o Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas), a qual alcançou o reconhecimento da IP em 2020. Não foram encontrados documentos que oficializassem o início da parceria entre essas entidades, portando, pelo que se apresenta, a organização dos atores que atuaram no reconhecimento somente foi institucionalizada a partir do estabelecimento do estatuto que cria o Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas. Além do estatuto, deu-se caráter institucional somente aos processos específicos exigidos em lei para o reconhecimento da IG.

Portanto, nota a importância das relações sociais nos processos de organização da vida econômica. É possível observar que não foi instituído contrato jurídico legal entre os participantes do processo de reconhecimento da IG no início do processo de organização dos

atores. Podendo ser formalizados contratos específicos de prestação de serviço entre profissionais como advogados e técnicos, e o grupo que fundou o conselho.

Mesmo não sendo regida por acordo tácito, a parceria entre essas organizações alcançou os objetivos pretendidos, que foram num primeiro momento as seguintes:

- Criação da marca coletiva “Região das Matas de Minas”;
- Criação do “Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas”, uma associação de segundo nível regida por estatuto específico, e de um conselho regulador da marca coletiva e;
- Estabelecimento da “Indicação de Procedência Matas de Minas”, uma indicação geográfica para a região.

Estas instituições foram criadas baseando-se na forma de governança estabelecida na região do Cerrado Mineiro. Região que já havia estruturado instituições de governança durante o seu processo de organização que iniciou ainda na década de 1990. Assim, a região do Cerrado Mineiro, serviu de modelo para a institucionalização do sistema de governança da Região das Matas de Minas.

Portanto, a partir da atuação, por um lado do poder público estadual, principalmente via Instituto Mineiro de Agropecuária, e por outro lado do setor privado pela atuação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), em ação conjunta com um grupo de cafeicultores da região, representada principalmente pela SCAMG, se tornou viável a busca pelo reconhecimento da Indicação de Procedência no INPI. Foi possível notar que em alguns momentos há um descompasso entre a ação do poder público, do setor privado e dos interessados no reconhecimento da IG. Como por exemplo, a forma com que o IMA publicou portarias que visavam à criação de uma indicação geográfica que não foi registrada no INPI como documentado pela Portaria nº 773, de 12 de maio de 2006.

Em outros momentos foi possível observar uma ação conjunta entre o setor privado e o setor público. Um exemplo da ação conjunta foi a contratação da Fundação João Pinheiro pelo SEBRAE-MG, para a realização de um dossiê sobre a região das Matas de Minas. A fundação João Pinheiro é uma organização de ensino e pesquisa vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), portanto, um órgão público contratado por um órgão privado, o SEBRAE. A Fundação João Pinheiro foi responsável por construir o dossiê “História do Café das Matas de Minas (1808-2015).”, publicado na forma de um livro em 2017, pela própria fundação. Esse dossiê foi fundamental para comprovar o amplo reconhecimento da região como origem de cafés especiais.

Dessa forma, como já foi detectado pela pesquisa antropológica de Comerford (2003, p. 255), “a região da Zona da Mata de Minas Gerais não é uma região com longa tradição e organizações camponesas. Houve algumas experiências de implantação de sindicatos de trabalhadores rurais nos anos sessenta, que aparentemente não duraram ante os anos setenta”. Porém, o autor descreve que existem sindicatos de produtores<sup>10</sup> rurais em quase todos os municípios da região. Em nossa pesquisa, foi possível observar a participação de sindicatos tanto de trabalhadores rurais como de produtores rurais no processo de reconhecimento da IP Matas de Minas, como relatado por um entrevistado:

“[...] a gente fala que nós temos as cooperativas de crédito que normalmente não participam muito, mas aqui tivemos uma participação muito efetiva delas, junto aos sindicatos, mas eu acho que isso aí foi construtivo, foi muito importante...” (entrevista realizada com um participante do processo de reconhecimento da IP em 01/09/2021).

Nota-se, portanto, que mesmo sendo escassos os casos de sindicalismo e de associativismo entre os cafeicultores, os que existem foram preponderantes para legitimar o processo de reconhecimento da IG. Assim é possível observar o que Granovetter (1985) aponta sobre as oportunidades oferecidas pelas relações sociais. Para o autor, o comportamento e as instituições econômicas são influenciados pela ação social. Da mesma forma, pode se afirmar que a ação econômica não é regida por indivíduos atomizados, ela é produto e está imersa numa rede de relações sociais. Porque no caso da criação de um conjunto de instituições que regeram o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas, existe uma rede de relações sociais que provê as oportunidades e o capital social necessário para estruturar a ação econômica da diferenciação do café em busca de obter maior valor do produto no mercado.

A organização dos atores da cadeia do café das Matas de Minas, mesmo sendo incipiente, tem se mostrado como uma importante estratégia para combater o oportunismo e a ação dos intermediários, bem como promover a reconstrução da reputação do território. Porém, nota-se ainda um baixo nível de confiança principalmente entre os cafeicultores. Pois, como foi muito bem retratado por Singulano (2016, p. 25), os intermediários, principalmente atravessadores e corretores de café são quem “controlam os mecanismos de avaliação e produção da qualidade e com isso constroem regimes sociais específicos de coordenação das

---

<sup>10</sup> Na região existe a criação tanto de sindicatos de trabalhadores rurais como de produtores rurais. Esses últimos são sindicatos patronais, que hoje possuem mais força do que os sindicatos de trabalhadores.

transações”. Assim, foi possível notar o esforço de alguns atores em criar novos laços de confiança entre os produtores de café e os órgãos que sustentam a IP Matas de Minas.

Portanto, mesmo que medir o grau de confiança na sociedade que compõe o território não seja objeto do presente trabalho de pesquisa, é importante fazer uma breve descrição sobre o tema. Pois, para Tonini e Macke (2007, p. 109), “a confiança é considerada um elemento fundamental para o desenvolvimento de comunidades locais”. É possível notar que ainda existe no território em estudo um problema de confiança entre os atores do setor cafeeiro das Matas de Minas, principalmente entre pequenos e os grandes produtores<sup>11</sup>. Mesmo a região contendo em sua maior parte pequenos produtores tradicionais, com menos de 20 hectares de lavoura, foi notado, a partir da observação em campo (nas oportunidades que surgiram de visitar dias de campo realizados pelo Conselho das Matas de Minas), que muitas das vezes os produtores de café não se comunicam, ficando à mercê de intermediários. Pois, é perceptível que é pequeno o número de produtor tradicional que participa dos mesmos locais que o grande produtor empresarial mais tecnificado. E que o pequeno produtor de café do tipo especial já participa dos mesmos ambientes que os médios e os grandes produtores empresariais.

Logo, a partir das técnicas de pesquisa foi possível identificar a rede formada dentro do processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Notou-se participação majoritária de pessoas do sexo masculino. Do total de 17 pessoas entrevistadas e respondentes do questionário sociométrico, apenas três são do sexo feminino. A distribuição da idade é bem variável, havendo variações entre 34 e 71 anos. Ou seja, há pessoas novas e pessoas mais idosas que atuaram no processo de reconhecimento da IG. Salta aos olhos o grau de escolaridade dos participantes do processo de reconhecimento, pois a grande maioria dos participantes da pesquisa, além de possuir curso superior, é pós-graduada. Foram identificados diversos profissionais, desde advogados e engenheiros agrônomos, até cooperativistas. Mas uma parte significativa dos entrevistados, mesmos possuindo outras atividades como, por exemplo, cargos executivos em entidades da região se identificaram como produtor de café.

No Quadro 3 estão apresentados os indicadores da rede social formada durante o processo de reconhecimento da IG, como o número de conexões, o número de atores e a

---

<sup>11</sup> Adotamos em nosso trabalho os limites definidos por Vilela e Rufino (2010). Para esses autores existem três tipos de produtor na região das Matas de Minas, o pequeno, com área de produção até 20 ha, o médio, com área de produção entre 20 a 50 ha, e o grande, com área de produção acima de 50 ha. Usamos essa referência porque constatamos que os próprios cafeicultores da região se reconhecem como pequeno, médio ou grande, dependendo do tamanho da área plantada com café.

densidade, por exemplo. Na rede de todos os atores que a pesquisa alcançou possui um total de 24 nodos, o que significa que cada um pode tecer 23 laços ou conexões. A densidade geral obtida na análise da rede foi de 0,19, ou seja, a estrutura da rede estabelecida para o reconhecimento da IG em estudo é pouco coesa. Portanto, das 552 conexões que poderiam ser estabelecidas na rede em questão, cerca de 19,0% delas foram estabelecidas dentro da estrutura de relações. Com um baixo grau de reciprocidade, a rede apresentou que dos 105 laços estabelecidos, dos quais somente 30 foram recíprocos, sendo que 75 laços não foram correspondidos. Portanto 28,6% das conexões foram recíprocas.

Quadro 4– Indicadores da rede social estabelecida durante o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas.

Rede Social IP Matas de Minas	Indicadores
Atores ( <i>nodes</i> )	24
Densidade	0,190
Número de laços ( <i>ties</i> )	105
Desvio padrão	0,392
Grau médio	4,375
Alfa	0,849

Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Ucinet*, 2021.

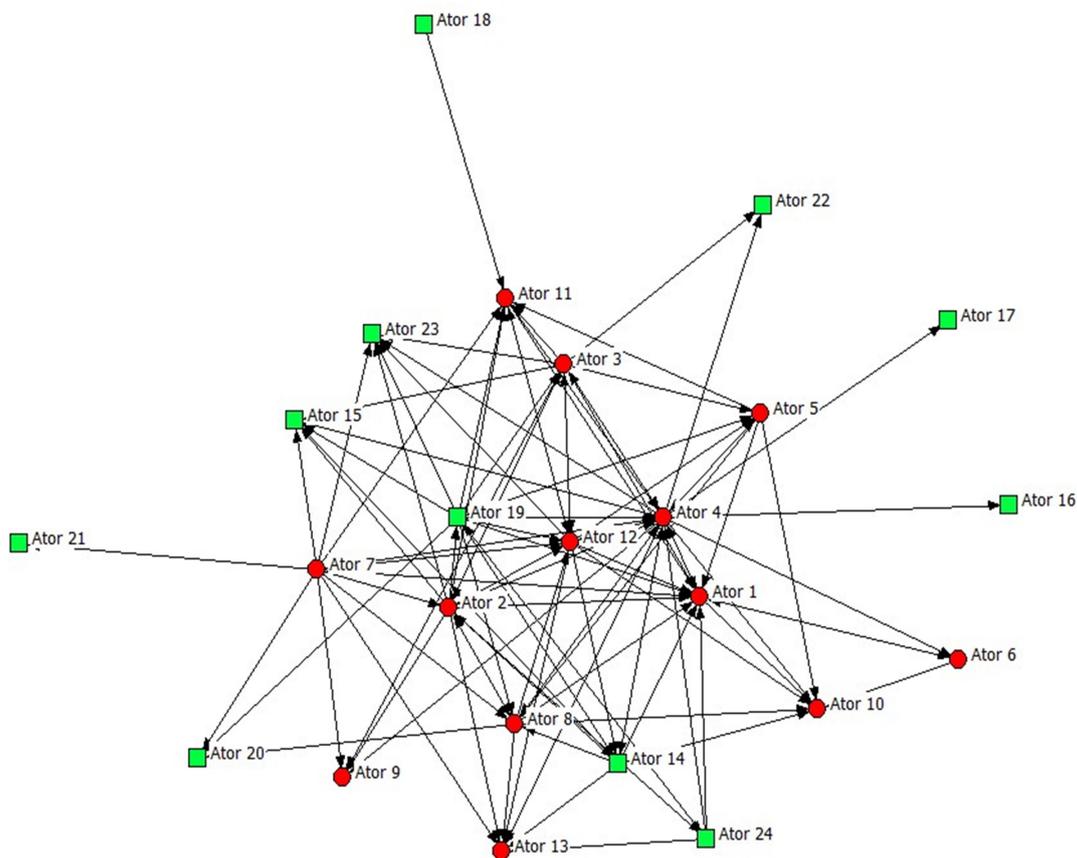
A baixa coesão da rede social impacta negativamente na troca de informações, cooperação e troca de ideias bem como no desenvolvimento de resolução de problemas. A troca de informação fica restrita a um grupo fechado de atores, ou seja, em outras palavras, acaba por criar tríades fechadas onde há redundância das informações. A cooperação é afetada, porque as informações não alcançam atores com potencial cooperativo, ou seja, diminui o grau de capital social dos atores e consequentemente a existência de oportunidades na rede. O fluxo de informações é afetado negativamente o que proporciona a existência tanto de informações incompletas como de informações redundantes, diminuindo a capacidade de solução de problemas dos atores.

Contudo, partir da análise do grafo é possível perceber que a rede social formada durante o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas é relativamente pequena. Pois a quantidade de produtores localizados dentro da IG (35 a 40 mil produtores) e a extensão geográfica da região que abrange 64 municípios, são muito grandes. Todavia, a grande quantidade de atores e organismos que têm atuado nos vários processos de reconhecimento de IGs no Brasil, demonstra o potencial desses signos distintivos em

organizar o território. Porém, nota-se que esse potencial pode não está sendo eficientemente explorado pelos atores que lideraram o processo de reconhecimento da IP.

O espaço relacional, apresentado na Figura 4, que foi possível levantar, apesar das limitações do estudo, no que se refere ao tempo e as condições impostas pela Pandemia de Coronavírus que ocorreu durante o período de coleta dos dados, é muito pequeno se considerarmos a grande quantidade de pessoas e organismos públicos e privados que vêm atuando com indicações geográficas, sobretudo para o produto café, no Brasil.

Figura 4 - Rede dos atores que atuaram no processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Os nós representados por um quadrado verde foram coletados pelas entrevistas e os nós representados por um círculo vermelho foram coletados pelo questionário.



Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Netdraw*, 2021.

O Quadro 4 a seguir, apresenta os graus de centralidade dos atores na rede estabelecida durante o processo de reconhecimento da IG. Nota-se a partir da sua análise, um grupo mais ativo que possuem relações recíprocas; e outro grupo mais periférico, no qual as relações são mais esparsas. A partir da análise desta tabela foi possível observar que os nós (Ator 4, Ator 2 e Ator 7 e Ator 19) apresentam maior *outdegree*, ou seja, são os atores que

mais citam outros atores, assim pode ser dizer que eles possuem maior conectividade ou estão mais ativos na rede. Já os atores que apresentam maior *indegree* são o Ator 4 e o Ator 1, ou seja, foram esses que foram mais citados nas entrevistas e nos questionários.

O *indegree* concentra-se no número de vezes que determinado nó (ator) é lembrado pelos outros dentro da rede. O Ator 1 possui o maior *indegree*, evidenciando, portanto, a alta capacidade desse ator se ligar a todos os outros atores da rede. Já o Ator 7 possui *indegree* no valor 0,000 e um alto *outdegree*, o que indica que ele tem baixa participação, ou seja, é pouco lembrado pelos demais atores. Confirmando essa análise, a revisão das entrevistas apresenta a mesma dinâmica, atores mais atuantes na rede e que são lembrados mais vezes, são mais citados nas entrevistas também.

Quadro 5– Centralidade dos nós (*Outdegree-Indegree*).

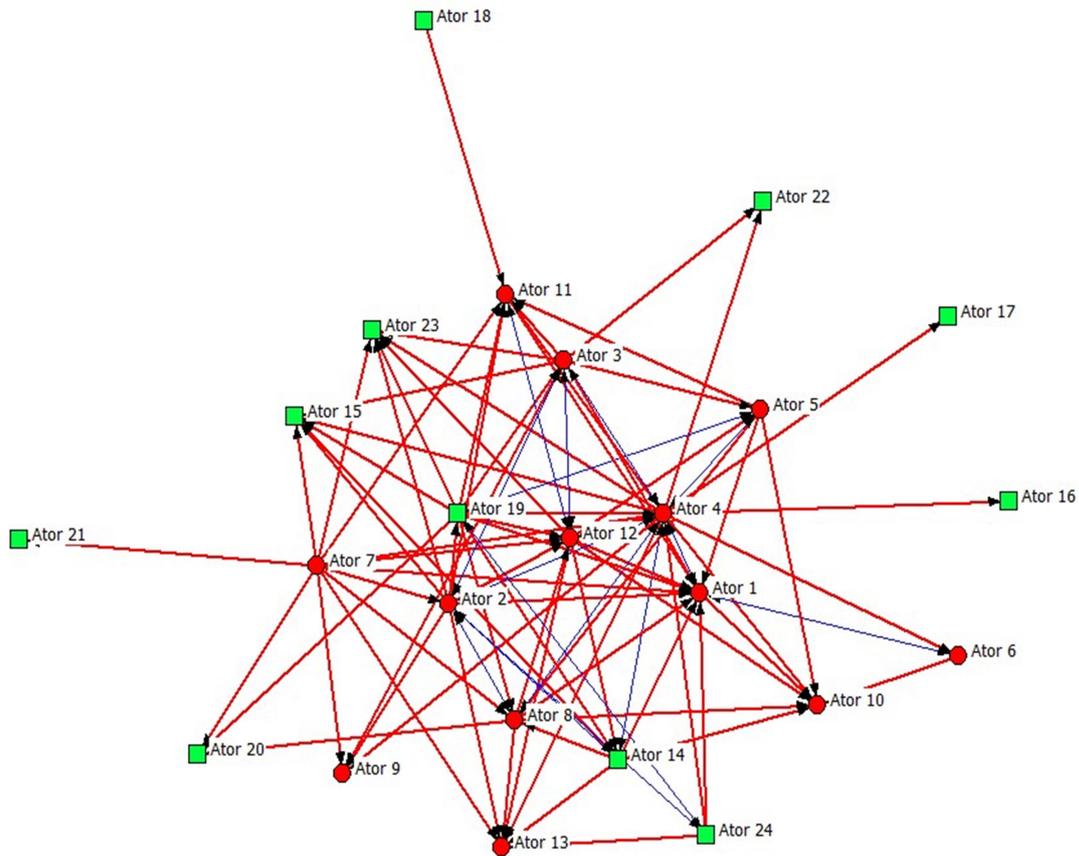
Ator	Grau de saída (Outdegree)	Grau de entrada (Indegree)	Grau de saída normalizado (nOutdegree)	Grau de entrada normalizado (nIndegree)
Ator 4	16.000	10.000	0.696	0.435
Ator 14	7.000	4.000	0.304	0.174
Ator 13	0.000	7.000	0.000	0.304
Ator 6	2.000	2.000	0.087	0.087
Ator 1	3.000	12.000	0.130	0.522
Ator 12	8.000	7.000	0.348	0.304
Ator 15	0.000	6.000	0.000	0.261
Ator 5	6.000	4.000	0.261	0.174
Ator 10	0.000	7.000	0.000	0.304
Ator 16	0.000	1.000	0.000	0.043
Ator 8	7.000	6.000	0.304	0.261
Ator 17	0.000	1.000	0.000	0.043
Ator 9	0.000	4.000	0.000	0.174
Ator 2	13.000	6.000	0.565	0.261
Ator 18	1.000	0.000	0.043	0.000
Ator 7	12.000	0.000	0.522	0.000
Ator 19	12.000	3.000	0.522	0.130
Ator 20	0.000	3.000	0.000	0.130
Ator 11	3.000	7.000	0.130	0.304
Ator 3	10.000	4.000	0.435	0.174
Ator 21	0.000	1.000	0.000	0.043
Ator 22	0.000	2.000	0.000	0.087
Ator 23	0.000	6.000	0.000	0.261
Ator 24	5.000	2.000	0.217	0.087

Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Ucinet*, 2021.

A partir da análise do Quadro 4 somada à análise do grafo da Figura 5, é possível perceber o baixo grau de reciprocidade da rede. Pois, observando o Ator 7, que faz 12 conexões *outdegree* e nenhuma conexão *indegree*, ou seja, ele cita 12 outros atores e não é citado por nenhum, pode se dizer que ele possui baixíssimo grau de prestígio (Higgins e Ribeiro, 2018). Ou seja, o Ator 7 tem alto grau de iniciativa e baixíssimo grau de prestígio ou popularidade, podemos dizer que ele reconhece muitos atores, mas é reconhecido por poucos, ou nenhum, como ocorre neste caso. Esse é justamente um ator que entrou no decorrer do processo de reconhecimento da IP e que solicitou a entrada, portanto, não é um ator que esteve presente desde o início do processo. Isso pode demonstrar como a rede está centralizada em alguns atores, como por exemplo, os Atores 1, 2, 4, 12 e 19. E como pode ser notado no grafo da Figura 6, o Ator 7 mesmo com baixo prestígio, se torna um *cutpoint*, ou seja, ponto com capacidade para dividir a estrutura, como apresenta Higgins e Ribeiro (2018).

Neste ponto do estudo já é possível perceber as vantagens de usar a metodologia da Análise de Redes Sociais, pois é notável como se pode estudar tanto a posição, o prestígio e o grau de participação na estrutura, bem como a própria estrutura como um todo. Uma boa ilustração desse tipo de análise, é a análise do Ator 7, que conhecendo bem a rede de forma prévia, pode identifica-lo a partir dos seus laços sociais. Contudo, no grafo da figura a seguir é possível fazer uma análise da reciprocidade das conexões.

Figura 5 – Rede de todos os atores citados na coleta de dados, que participaram do processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. As setas vermelhas são conexões não recíprocas e as setas azuis são as conexões recíprocas.

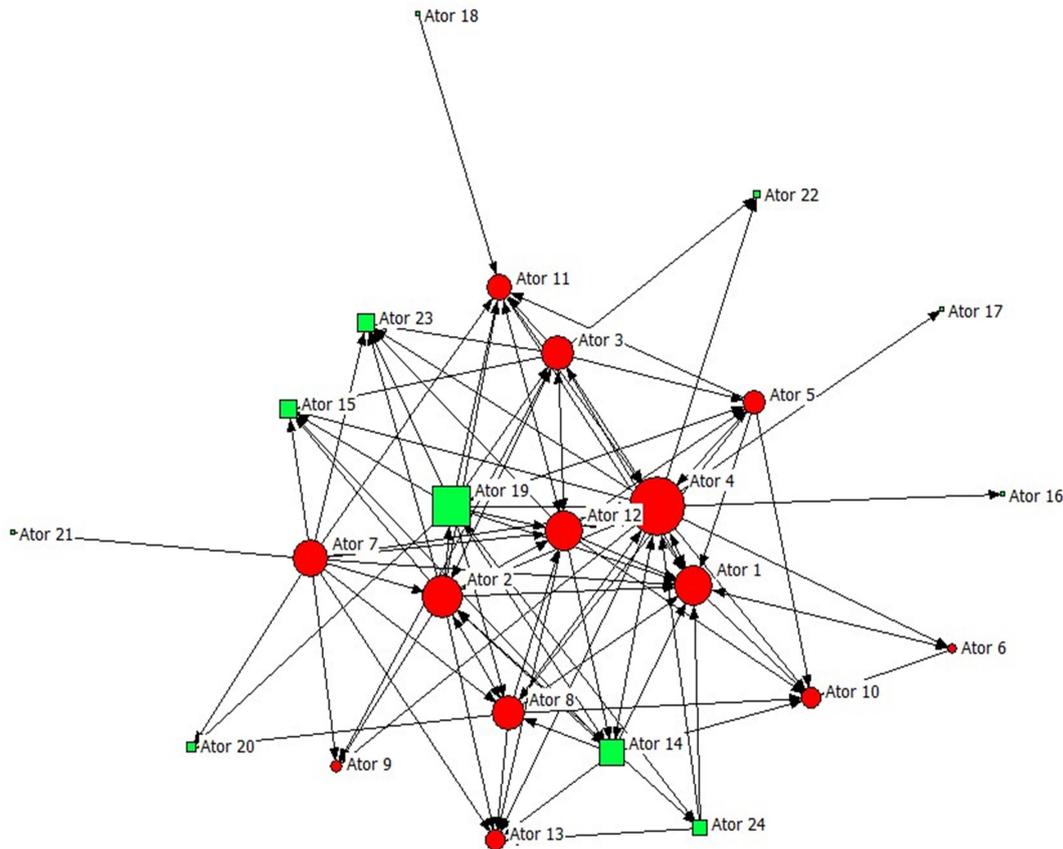


Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Netdraw*, 2021.

Em uma análise mais aprofundada do grafo da Figura 5, é possível observar o baixo grau de reciprocidade das conexões, ou seja, um ator (nó) se conecta a outro ator e este não retribui a conexão. Assim, pode-se inferir que a rede tem uma estrutura frágil, pois existem poucos atores com grande capacidade de tecer relações. Pois na concepção deste estudo, estrutura frágil é aquela que pode se romper facilmente com a saída de determinado ator; o que não é o mesmo que ocorre com uma estrutura conformada por laços fracos como estudado por Granovetter (1985). Nesse caso, capacidade de tecer relações está relacionada aos laços fracos, conforme este autor. Porém, na rede estudada, a quantidade de atores que possuem essa capacidade é pequena, o que diminui a oferta de oportunidades para o grupo.

Assim, é possível traçar o grafo de prestígio dos atores. No grafo da Figura 5 nota-se que o Ator 4 possui o maior grau de prestígio, juntamente com o Ator 19.

Figura 6 – Grafo representativo do grau de prestígio dos atores que atuam no processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Em vermelho estão representados os nós obtidos a partir do questionário e em verde os nós obtidos a partir das entrevistas.

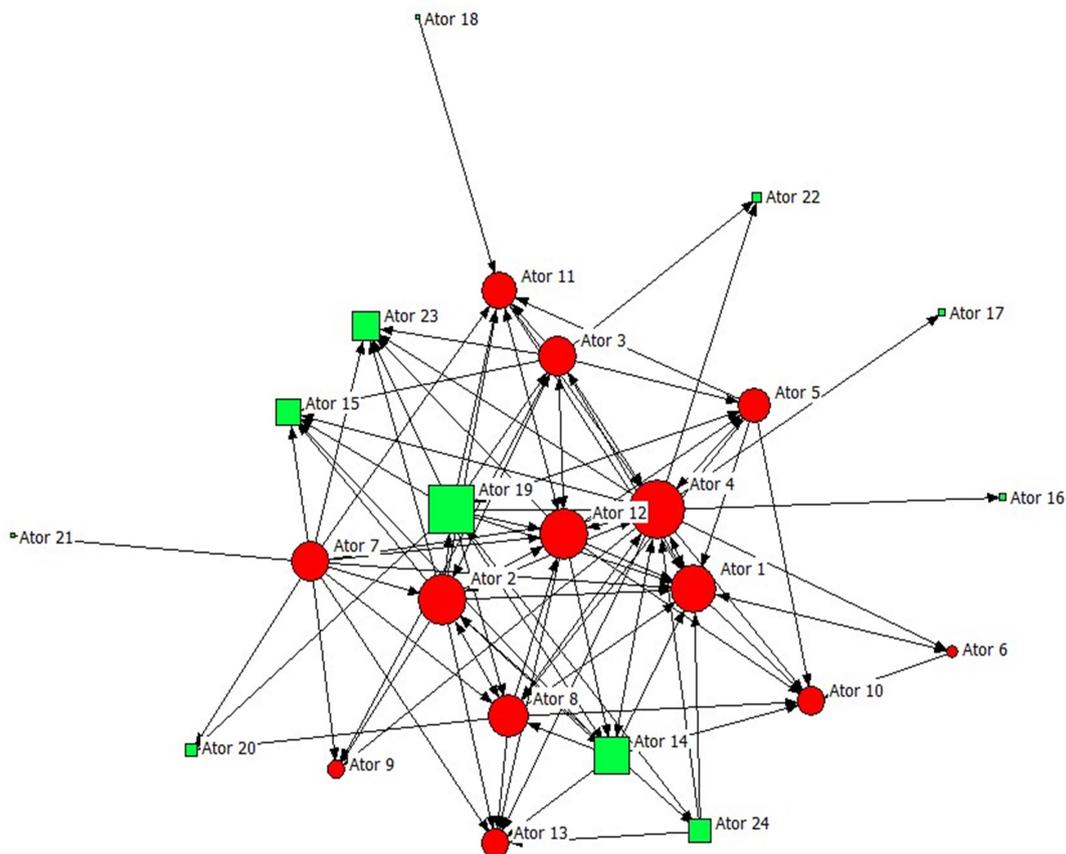


Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Netdraw*, 2021.

Como foi possível notar no comportamento das pessoas representadas pelos nós das figuras, o Ator 4 é um ator fundamental na rede criada durante o reconhecimento da IP, o que o torna um influente dentro da rede, como pode ser observado na Figura 4.

No espaço relacional em análise, apresentado na Figura 6, é possível observar que existem poucos atores que se destacam quanto ao grau de conectividade, capazes de formar *cutpoint* ou *broker* (Higgins e Ribeiro, 2018). De acordo com esses autores, a existência desse tipo de conectividade, é capaz de dividir uma estrutura fragilmente conexa. Portanto, é possível dizer que a baixa quantidade de atores capazes de formar *cutpoint* ou *broker* demonstra uma estrutura reticular coesa.

Figura 7 – Rede representativa do status ou ranking de prestígio, que apresenta os atores mais “poderosos” dentro da estrutura da rede. Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Netdraw*, 2021.

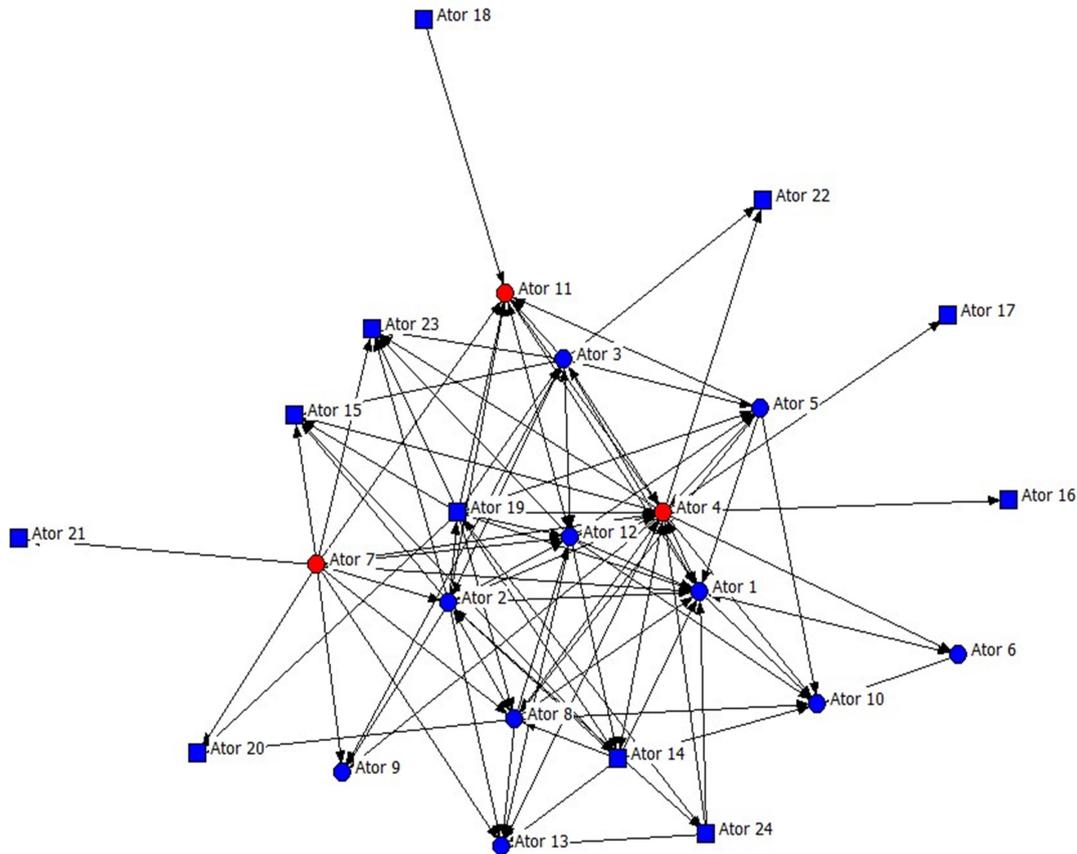


Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Netdraw*, 2021.

De acordo com Brand (2015), uma rede com menor coesão está sujeita à ruptura dos laços com a saída de algum ator, o que pode não ser o caso da rede estruturada para reconhecimento da IP Matas de Minas. Um dos destaques observados na rede relacional da Figura 5 abaixo, e a partir da análise das entrevistas e dos questionários aplicados, é que, mesmo com o registro da IP Matas de Minas no INPI, a rede social criada durante o processo de reconhecimento continua estruturada.

Na metodologia de Análise de Rede Sociais, a medida de centralidade que define o poder dentro de uma estrutura, não necessariamente representa o real poder dentro da rede social. Portanto, o sociograma da Figura 6 apresenta um comparativo de poder à medida que são reconhecidos ou reconhecem outros atores. Como pode ser notado, o Ator 4, mesmo sendo o ator que possui mais prestígio no grafo, na realidade representa pouco poder. Esse pode ser um exemplo da necessidade de se conhecer bem o objeto de estudo para se fazer a análise de redes.

Figura 8 – Rede de todos os atores citados na coleta de dados, que participaram do processo de reconhecimento da IP Matas de Minas. Os nós vermelhos são os *cutpoint* ou *broker* existentes na rede. Os círculos são os nós obtidos a partir da aplicação do questionário e os quadrados são os nós obtidos a partir das entrevistas



Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Netdraw*, 2021.

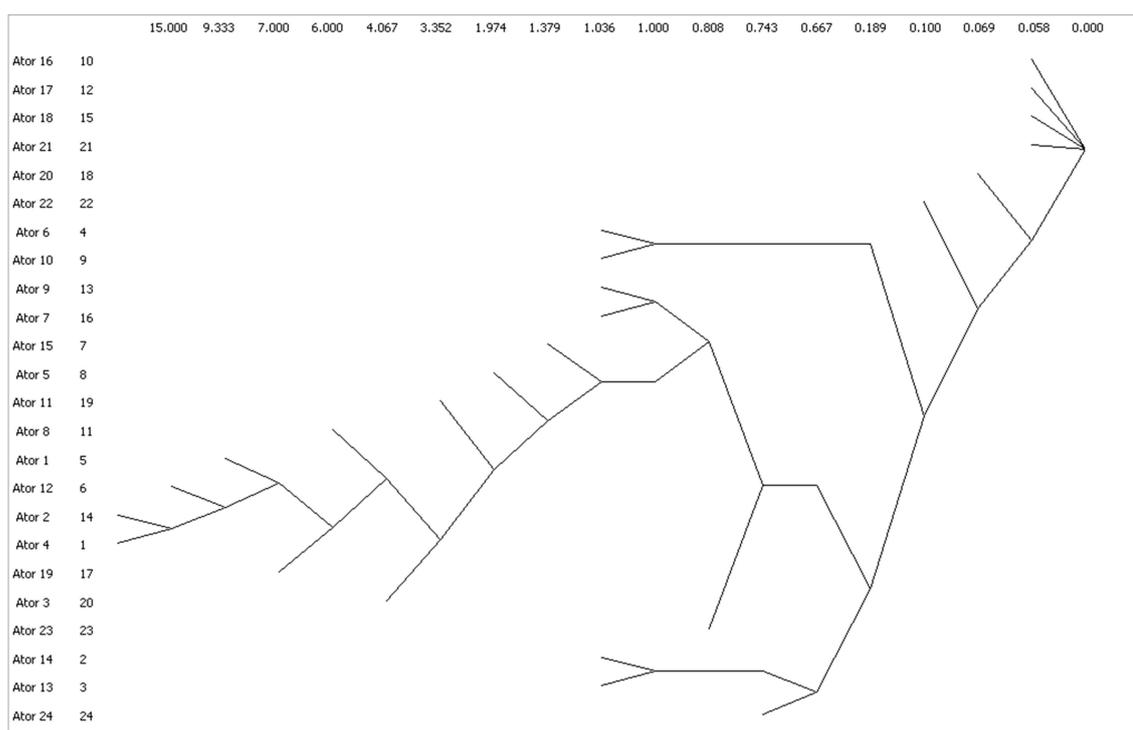
Por outro lado, não é possível observar muito laços do tipo “ponte” entre componentes com conectividade baixa. Esses tipos de laços, de acordo com Wasserman e Faust (1994), podem ser caracterizados como os mais críticos da estrutura reticular, pois o seu rompimento pode causar a fragmentação da rede. Porém, como bem apresentou Granovetter (1973), são esses laços, que geralmente são “laços fracos”, os responsáveis por diminuir a redundância da informação na rede, aumentando as oportunidades dos atores. Ou seja, observa-se uma rede composta principalmente por laços fortes e relações fechadas que, de acordo com Higgins e Ribeiro (2018, p. 100) “degenera a informação que circula numa rede, pois a torna repetitiva”.

Assim, ao calcular e traçar o dendrograma de similaridade que apresenta a identificação de subgrupos ou *cliques* é possível notar propriedades como a reciprocidade dos laços e relação mais próxima entre alguns membros da rede. Desta forma, a análise das Figuras 9 e 10 mostra a formação de 23 subgrupos. Para Higgins e Ribeiro (2018), um subgrupo é definido como o conjunto de três ou mais atores, em que todos sejam adjacentes

entre si. Portanto, cada subgrupo ou *clique* pode ser considerado uma fração homogênea da rede, em termos das suas propriedades de centralidades.

Observando a Figura 9 é possível notar que o Ator 2 e o Ator 4 estão dentro de um subgrupo, ou seja, possuem certa similaridade.

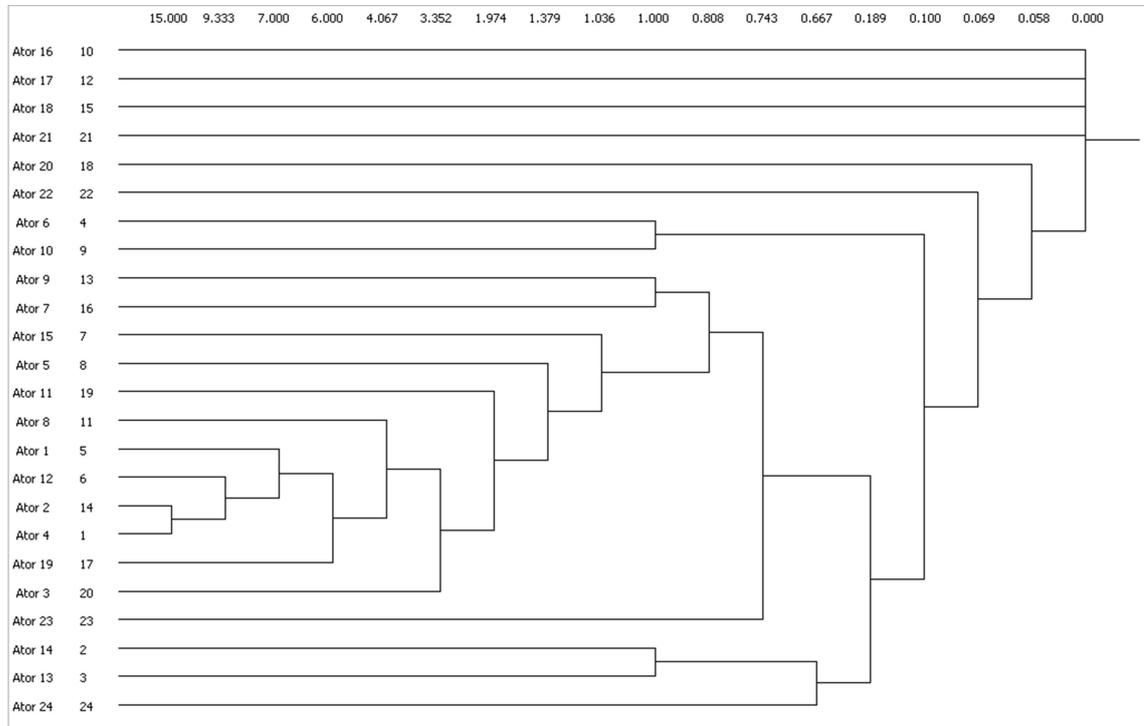
Figura 9 – Árvore dos subgrupos ou *cliques* formados dentre da rede estruturada durante o reconhecimento da IP Matas de Minas.



Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Uninet*, 2021.

A análise do dendrograma de identificação dos subgrupos apresenta apenas um grupo com similaridade de 15,000, o grupo formado pelo Ator 2 e Ator 4. Nesse grupo, os atores apresentam o maior somatório de *indegree* e *outdegree*, ou seja, são os mais lembrados dentro da rede. Os Atores 6 e 10, bom como os Atores 9 e 7 apresentam mesmo grau de similaridade, porém estão em grupos agrupamentos separados, isso porque são atores pouco lembrados, apesar do Ator 6 ser de fundamental importância no processo de reconhecimento, mas como não é proveniente da região das Matas de Minas, é pouco lembrado. A partir dessa análise é possível perceber o quanto o grupo está restrito a atores da região, pois o Ator 6 é um link entre a região do Cerrado Mineiro e a Matas de Minas, mesmo assim é pouco lembrado. Isso pode ser traduzido na baixa capacidade de obter oportunidades pelo grupo, que está baseado em triádes fechadas.

Figura 10 – Dendrograma de identificação dos subgrupos ou *cliques* formados dentre da rede estruturada durante o reconhecimento da IP Matas de Minas.



Fonte: Elaboração do autor, por meio do *software Ucinet*, 2021.

As observações acerca da rede social também podem ser capturadas a partir da análise lexical dos textos das entrevistas realizadas durante a coleta de dados. Na nuvem de palavras elaborada a partir das entrevistas, utilizando o *Software Iramuteq* na versão 0.7 *alpha 2*, indica que existe o reconhecimento da atividade coletiva durante o processo de reconhecimento da IP. Na nuvem de palavras da Figura 11 é possível notar que a palavra mais utilizada é “gente”, pois ela se apresenta como a de maior tamanho dentro da nuvem. Dessa forma, o método de nuvem de palavras agrupa as palavras organizando-as graficamente de acordo com sua frequência no texto das entrevistas transcritas.



Assim, as análises foram feitas a partir das entrevistas realizadas com participantes-chaves do processo de reconhecimento da IG no INPI. Com isso, foi possível observar o perfil e o teor da fala bem como do discurso dos atores. Pode-se observar como é nítido o predomínio de palavras voltadas para o processo de reconhecimento da IP.

## 5 CONCLUSÕES

O presente trabalho de pesquisa buscou compreender o como ocorreu o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas, porém os fatores que levam à criação e estabelecimento de certificados de origem e qualidade são mais profundos. As transformações pelas quais o mundo vem passando, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970 são extremamente profundas e têm criado um novo cenário. Durante a pesquisa, foi possível notar que existe um somatório de macro-fatores que levaram países em desenvolvimento como o Brasil a assinar acordos sobre signos distintivos de origem. Dentre esses macro-fatores, estão as mudanças nos hábitos alimentares, onde os consumidores passam a exigir certificados que garantem a origem e a procedência dos alimentos. Outro macro-fator que pode ser considerado é estabelecimento das rodadas de negociações do GATT-OMC (Tóquio e Uruguai) sobre tarifas, barreiras ao comércio, propriedade intelectual, as quais deram origem à Organização Mundial do Comércio (OMC). Além desses dois fatores, pode se citar as políticas neoliberais propostas dentro do consenso de Washington de 1989, bem como a intensificação da globalização e da regionalização nas últimas décadas do século XX.

Portanto, a compreensão do processo de construção social da Indicação de Procedência da Região das Matas de Minas busca preencher uma lacuna nos estudos sobre indicações geográficas e como elas podem contribuir com o desenvolvimento territorial de regiões predominantemente ocupadas por pequenas propriedades rurais que adotam mão de obra familiar na exploração agrícola do café. Assim, o estudo se propôs descrever e explorar o campo organizacional da produção cafeeira, para ampliar as possibilidades de compreensão da estrutura social de regiões como as Matas de Minas. Esta região que não possui um histórico de organizações camponesas, e de otimização do uso de recursos escassos, e que mesmo assim têm se mantido na atividade econômica, contrariando alguns preceitos da economia clássica. Portanto o estudo adotou como fundamento teórico os preceitos da Nova Sociologia Econômica, porque se acredita que essa disciplina é capaz de suportar, de forma mais abrangente possível, as relações econômicas que ocorre na região objeto do estudo.

Neste contexto, existe um ambiente institucional que vem proporcionando meios para o estabelecimento de indicações geográficas no Brasil desde os anos 1990. Pois, o país vem incentivando e promovendo tanto políticas de desenvolvimento rural como uma estratégia para estabelecimento e estruturação de IGs. A relação entre o estabelecimento de IGs e o

desenvolvimento local/regional se torna um debate de grande importância porque as indicações longe de serem signos distintivos de origem que são estabelecidos em determinadas regiões de forma estritamente pontual, elas dependem de diversos condicionantes para representar o produto e o território. Por exemplo, para se definir que um determinado nome (topônimo) é representativo, ou seja, se tornou um signo capaz de relacionar o produto ao território, é seu amplo reconhecimento pelos consumidores. Portanto, existem fatores socioculturais de extrema importância no debate das indicações geográficas.

Durante a pesquisa, foi possível notar que no caso do signo “Matas de Minas” existe um processo de consolidação do símbolo que representa a região. Pois, tanto as organizações governamentais (como, por exemplo, a CONAB e a EMAER) quanto algumas pessoas, ainda se referem à região como “Região da Zona da Mata”. Portanto existe um forte trabalho, que vem sendo intensificado pelas lideranças do processo de reconhecimento da IP, de divulgação do termo Matas de Minas. Esse é um ponto que exige grande esforço, pois a divulgação da Marca Coletiva Matas de Minas sofre entraves como o financeiro e a disponibilidade de recursos humanos.

Contudo, ao apresentar as conclusões deste trabalho, se torna importante atentar-se para os princípios da Filosofia da Ciência e da Epistemologia, conforme salienta Higgins e Ribeiro (2018). Pois, os modelos desenvolvidos na teoria somente são representativos da realidade. Ou seja, o espaço relacional levantado durante o trabalho de pesquisa não é reprodução idêntica da realidade, mas sim um esboço, uma representação que nos oferece a oportunidade de conjecturar sobre o real espaço relacional criado durante o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas.

Uma conclusão sobre as redes sociais, é que os atores e as conexões possuem uma grande dinamicidade no tempo e no espaço geográfico, por isso sua análise não deve focar nas estruturas ou serem feitas baseadas somente em princípios matemáticos. Desta forma, na análise deve-se levar em consideração a movimentação do ator dentro das redes. De acordo com Mizuchi (2006, p.73), “o princípio básico da análise de redes é que a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações”, portanto que existe capital social nas relações sociais. Assim é importante fazer a análise da rede estabelecida durante o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência, considerando as estruturas somente como representativas da estrutura real.

Portanto, a análise de um grafo da rede social requer do pesquisador, profundo conhecimento sobre o objeto de pesquisa. Dessa forma, possuir uma relação estreita, porém

isenta, com os atores e com sua forma de se conectar aos outros, é de fundamental importância para entender os processos sociais existentes nos arranjos sociais. Assim, para entender e descrever a rede social estabelecida durante o processo de reconhecimento da IP estudada se fez necessário compreender a história dos atores e da região.

A caracterização dos processos históricos regionais que fizeram parte da criação da Indicação de Procedência e apoiaram ou limitaram o desenvolvimento da cafeicultura na região leva a concluir que existe na região um processo de ressignificação da sua reputação. Esse processo vem sendo coordenado tanto pelo poder público como pelo setor privado e uma parcela significativa dos produtores. Assim, nota-se sua intensificação a partir do momento em que os agentes do SEBRAE-MG buscam estruturar uma rede de parcerias para criar a Indicação de Procedência Matas de Minas.

A região antes reconhecida pelo nome Zona da Mata, este que esteve estritamente relacionado com o café de má qualidade e sem identidade, pois no passado o destino principal do produto obtido era destinado à formação de *commodity* e comercializado em conjunto com o café da região do Sul de Minas, passa a ser identificada e reconhecida como Matas de Minas, que está relacionada a cafés de qualidade superior. Portanto, o interesse de alguns produtores que atuaram no processo de reconhecimento da IP, é desenvolver as da região a partir da sua excelência em produzir cafés de qualidade, para que venha a se tornar a referência do café no Brasil.

Ao identificar os atores envolvidos na constituição da Indicação de Procedência, o papel que assumiram no processo e as relações estabelecidas entre eles, foi possível perceber que existiu uma parceria público-privada, inicialmente não institucionalizada para que se chegasse à conclusão do processo de reconhecimento da IG. Assim, como afirma Vieira e Pellin (2015), mesmo com a formalização de alguns acordos entre o SEBRAE e o INPI, percebe-se que esses acordos pouco influenciaram no processo de reconhecimento da IG objeto de estudo.

A pesquisa de campo revelou que os atores envolvidos no processo de reconhecimento da IP Matas de Minas são, em sua maioria, locais. Ou seja, as pessoas e as organizações que atuaram no processo são originárias da Região das Matas de Minas. Assim, conclui-se que o processo de construção social da Indicação de Procedência Matas de Minas foi um processo endógeno, originário do próprio meio social e com atores atuantes na região. Mesmo com a atuação de diversas organizações no processo, foi possível notar que as pessoas que trabalham

nessas organizações ou são produtores de café nas Matas de Minas, ou são filhos de produtores ou naturais da própria região.

A verificação dos mecanismos institucionais que condicionaram o estabelecimento da Indicação de Procedência leva a concluir que o processo de construção social da IP Matas de Minas foi muito bem regulamentado e ancorado no sistema legal brasileiro. Apesar das tentativas anteriores de se “criar” uma indicação geográfica para a região, a partir de um aparato legal estadual especificamente direcionado para a cafeicultura, todas as etapas do processo de reconhecimento da IP Matas de Minas foram institucionalizadas conforme a legislação pertinente. Os líderes do processo de reconhecimento da IP se fundamentaram principalmente na Lei nº 9.279 de 1996 e a Portaria INPI nº 098 de 2018, todas conectadas aos acordos internacionais firmados pelo Brasil.

Portanto, é possível afirmar que o processo de construção social da Indicação de Procedência Matas de Minas foi legítimo e que esta é passível de ser reconhecida em outros países que fazem parte dos acordos internacionais assinadas pelo país. Devido ao fato do reconhecimento da região pelo nome “Matas de Minas” ser recente, e sua divulgação ainda estar ocorrendo, ele não está completamente estabelecido. Pois muitos órgãos governamentais ainda descrevem o café da região como sendo originário da “Zona da Mata”. O que leva à conclusão de que a IP Matas de Minas foi reconhecida como forma também de consolidação do novo nome.

A partir da análise da literatura sobre a região, bem como da rede social e dos documentos relacionados ao reconhecimento da IP, é possível observar que existe uma falsa impressão, por parte dos atores da rede relacional estabelecida durante o processo de reconhecimento desta IP de que existe pouco apoio dos setores públicos e das entidades de pesquisa existentes na região, como a Universidade Federal de Viçosa e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, à cafeicultura da região. Foi possível notar uma participação constante desses organismos de pesquisa, bem como do poder público do estado de Minas Gerais no processo que levou ao reconhecimento da região das Matas de Minas como uma indicação geográfica.

Pelo lado dos produtores, foi possível perceber a partir do estudo que existe uma baixa capacidade deste, principalmente dos tradicionais, de se relacionar no mercado do café. Pois esses produtores são controlados por intermediários da cadeia do café da região, e participam de forma muito vaga das atividades promovidas pelos atores que compõem a rede social da IP Matas de Minas.

## 5.1 Recomendações e perspectivas para futuras pesquisas

O estudo aponta a concentração de produtores com alto grau de escolaridade e que usam mais tecnologia no processo produtivo do café, que efetivamente atuaram no processo de reconhecimento da IP. Esta é uma questão, importante de ser pesquisada em estudos futuros, pois existem algumas contribuições da literatura que relacionam o nível sociocultural e econômico dos consumidores que adquirem um tipo de café com certificação de origem. Desta forma a não participação dos produtores de pequeno porte e tradicionais de processo leva a questionar porque se dá essa exclusão e se estes produtores poderão se beneficiar da IP e de que forma. Pois, mesmo a IP sendo um direito de uso coletivo, cabe pesquisar a existência de alguma forma de exclusão de entrada dos produtores tradicionais do processo de reconhecimento.

Além disso, o fato da rede ser pouco coesa, o que pode ser tanto uma falha da pesquisa como uma constatação da realidade, devido às condições em que foi elaborada durante a Pandemia de Coronavírus que dificultou a coleta de informações, leva a questionar sua efetividade no processo de formação do capital social do grupo. É interessante notar também o baixo grau de reciprocidade ou a fragilidade da rede. Portanto, em estudos futuros seria interessante perguntar se o processo da IG foi feito a partir dos laços já constituídos no território, considerando que é uma região tradicionalmente pouco organizada e com baixo nível de confiança ou capital social, ou a partir de agentes externos. Pois o presente estudo apresenta somente uma abordagem superficial sobre a existência de ação de atores ou entidades externas ao processo de reconhecimento da IP. Esse fato é comprovado a partir do momento em que se conclui sobre a existência de um processo endógeno na região.

Ainda sobre a necessidade de se aprofundar na pesquisa sobre a origem das iniciativas de se reconhecer uma IG para a região, é importante observar o fato de que, na literatura, há evidências de que IGs são parte de estratégias de desenvolvimento rural, a depender de sua efetividade em transformar as relações locais, promover capital social, mudar as condições socioeconômicas de produtores, etc. Portanto, caberia em estudos futuros investigar a evolução das formas organizativas nas Matas de Minas com o estabelecimento da IP.

Em relação aos atores identificados como principais formadores de conexões na rede foi possível perceber que eles pertencem majoritariamente à Associação de Cafés Especiais de

Minas Gerais (SCAMG), portanto, entender o papel dessa organização no processo de construção da governança da IP, pode identificar o potencial e as falhas no processo.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., p. 8–19, 2007.
- BOAVENTURA, P. S. M. et al. Cocriação de valor na cadeia do café especial: o movimento da terceira onda do café. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 3, p. 254–266, maio 2018.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15–58, abr. 2005.
- BRUCH, K. L. **Signos Distintivos De Origem: Entre o Velho e o Novo Mundo Vitivinícola**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 1–277, 2011.
- CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais do sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 277–300, out. 2009.
- CHAMBERLIN, E. H. **The theory of monopolistic competition**. Cambridge: Oxford University Press, 1969.
- COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- DURKHEIM, E. **As regras de método sociológico**. 3ª ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FREIRE, J.; ANDRADE, V. F. S. DE. Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 15, n. 1, p. 134-157, jan./jun. 2019.
- FREITAS, M. T. A. A abordagem socio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.116, p. 21-39, jul. 2002.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE eletrônica**, Piracicaba, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio 1973.
- GUIMARÃES, E. R.; CASTRO JUNIOR, L. G. de; ANDRADE, H. C. C. de. A terceira onda do café em Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 18, n. 3, p. 214-227, 2016.
- GUIMARÃES, E. R.; LEME, P. H. M. V; REZENDE, D. C. de; PEREIRA, S. P.; DOS SANTOS, A. C. The brand new Brazilian specialty coffee market. **Journal of Food Products Marketing**, v. 25, n. 1, p. 49-71, 2019.

GUIMARÃES, E. R. **Terceira Onda do Café: Base conceitual e aplicações**. 2016.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2016.

HAESBAERT, R. Região. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, n. 45, p. 117–120, jan./abr. 2019.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais.

Portarias. **Portaria nº 437, de 23 de maio de 2001**. Belo Horizonte: IMA, 2001. Disponível em:

[http://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com\\_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1677&id=17322&Itemid=1000000000000](http://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1677&id=17322&Itemid=1000000000000). Acesso em: 14 dez. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais.

Portarias. **Portaria nº 401, de 24 de agosto de 2000**. Altera o Anexo Único da Portaria Nº 397, de 21 de julho de 2000. Belo Horizonte: IMA, 2000. Disponível em:

[http://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com\\_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1668&id=17409&Itemid=1000000000000](http://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1668&id=17409&Itemid=1000000000000). Acesso em: 14 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Panorama das IGs brasilienses registradas**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/explorador-de-indicacoes-geograficas>. Acesso em: 18 maio 2020.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LIMA, T. C. S. DE; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007.

MACHADO, B. N. M. **História do café das Matas de Minas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. In: DALLABRIDA, V. R. (org.). **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, p. 41-56, 2015.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 157–161, 2007.

MASSON, T. S. **A desconfiança dos cafeicultores da Zona da Mata mineira no gerenciamento das cooperativas agrícolas (subsídios para a Nova Economia Institucional)**.

Dissertação (Mestrado em Agronomia e Medicina Veterinária) – Programa de Pós-graduação em Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.

MOLINARI, G. T.; PADULA, A. D. A Construção Social da Qualidade na Microrregião do Vale dos Vinhedos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 183–202, jan./mar. 2013.

MOTA, J. S. Utilização do Google Forms em pesquisa acadêmica. **Revista Humanidade e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 12, p. 371–380, 2019.

- NIEDERLE, P. A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das indicações geográficas. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 4, n. 2, p. 21–43, jul./dez. 2014.
- NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C.; WILKINSON, J. Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 1, p. 85–102, 2017.
- NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. G. A.; NASCIMENTO, J. S. Indicações Geográficas (IGs): Instrumento de desenvolvimento sustentável. **Revista GEINTEC**, São Cristóvão, v. 2, n. 4, p. 344–352, jul./dez. 2012.
- PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 53, 2012.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RATI, F. R. S. N. **O café Brasileiro: um panorama do setor e suas tendências para o setor**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 59–82, abr. 2005.
- SACCO DOS ANJOS, F. S.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Indicações Geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade Europeia e Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207–236, jan./mar. 2013.
- SANTAELLA, L.; NOTH, W. **Introdução semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação**. São Paulo: Paulus, 2017.
- SANTIAGO, D. G.; BATISTA JÚNIOR, E. A.; GASPAR, L. C. M.; SARAIVA, P. M. Ministério da Agricultura e o fomento às Indicações Geográficas no Brasil. In: VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; BRUCH, K. L.; LOCATELLI, L.; GASPAR, L. C. M (orgs.). **Indicações Geográficas, Signos Coletivos e desenvolvimento local/regional: Volume 2**. Erechim: Deviant, 2019. p. 73-96.
- SANTOS, L. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, p. 15–26, 1999.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, V. V. do; CARNEIRO, P. S.; HORTA, A. da C. A ocupação do Sertão de Leste nas Minas Gerais do Século XIX: uma Investigação Geo-Histórica. **Geografias**, Belo Horizonte, v. esp., p. 151–174, 2016.

SINGULANO, M. A. A. **Desregulamentação e mudança institucional no mercado de café: um estudo de caso na região das Matas e Minas**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 1–262, 2015.

SKEIE, R. T. **Norway and coffee**. 2002. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20031011091223/http://roastersguild.org/052003\\_norway.shtml](https://web.archive.org/web/20031011091223/http://roastersguild.org/052003_norway.shtml). Acesso em: 13 jan. 2021.

TÁPIAS, B. Indicações Geográficas como instrumento de política de valorização de produtos agropecuários: o papel do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (orgs.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, p. 23-30, 2005.

TELES, C. R. A.; BEHRENS, J. H. The waves of coffee and the emergence of the new Brazilian consumer. In: ALMEIDA, L. F. de; SPERS, E. E. (orgs.). **Coffee consumption and industry strategies in Brazil**. Cambridge: ELSIVIER, p. 257-274, 2020.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. XX, n. 1, p. 03–82, jan./mar. 1958.

VELOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território** (um estudo de caso em Urussanga, SC). Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Programa de Pós-graduação em Agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, A. C. P.; PELLIN, V. As indicações geográficas como estratégia para fortalecer o território – o caso da Indicação de Procedência dos Vales da Uva de Goethe. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 13, n. 30, p. 155–174 abr./jun. 2015.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

WIPO. WORLD INTELLECTUAL PROPOERTY ORGANIZATION (2022). **WIPO IP Statistics Data Center**. Disponível em: <https://www3.wipo.int/ipstats/editIpsSearchForm.htm?tab=geographical>. Acesso em: 01 fev. 2022.

## APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas

**PROJETO DE PESQUISA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS SIGNOS DISTINTIVOS DE ORIGEM: O CASO DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DA REGIÃO CAFEIEIRA DAS MATAS DE MINAS.**

**Objetivo da pesquisa:** Compreender o processo de construção social da Indicação de Procedência Matas de Minas.

### Observação

Sinta-se à vontade para responder as perguntas ou iniciar a entrevista na hora que desejar. Caso não fique à vontade com alguma pergunta que for feita, você não terá a obrigação de responder. Você poderá interromper a entrevista quando desejar. Todas as informações que conceder somente serão divulgadas com a sua permissão, e o seu nome não será revelado.

### IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Qual o seu gênero?
4. Qual a sua profissão e/ou ocupação?
5. Você atuou no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas?

### ROTEIRO

1. Conte a história de como foi o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência Matas de Minas.
2. Em sua opinião, qual o fato (ou fatos) mais importante(s) que desencadeou (desencadearam) o processo de reconhecimento da Indicação de procedência?
3. Você conhece algum fator limitante do processo de reconhecimento da Indicação de Procedência? Fale sobre ele.
4. Em sua opinião, ocorreram eventos marcantes e que foram decisivos durante o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência? Cite alguns destes eventos.

5. Cite o nome das pessoas (ou das entidades) com as quais você mais se relacionou durante sua participação no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência.
6. Cite o nome das pessoas que atuaram no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência com as quais você ainda hoje mantém contato. E quais delas ainda atuam na Indicação de Procedência?
7. Para você, quais as pessoas que lideraram, ou seja, tomaram a frente no processo de reconhecimento da Indicação de Procedência?
8. Foram criadas normas (regras institucionalizadas) durante o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência?  
Se sim, cite algumas dessas normas.  
Essas normas foram criadas mediante diálogo (debate ou consulta), ou foram impostas por um grupo específico?  
Se não, por que você acha que não foram criadas?
9. Houve conflitos durante o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência?  
Em caso positivo, fale um pouco sobre os que você considera mais relevantes. Em caso negativo, a que você atribui a condução do processo de forma pacífica?
10. Houve saída ou entrada de novas pessoas ou entidades durante o processo de reconhecimento da Indicação de Procedência? Cite quem entrou e quem saiu no decorrer do processo. Quais os motivos que levaram a essa mudança de atores?
11. Qual seu grau de engajamento na ideia de reconhecimento da Indicação de Procedência?
  - a. Não engajado
  - b. Pouco engajado
  - c. Engajado
  - d. Muito engajado
  - e. Totalmente engajado

## APÊNDICE B – Questionário sociométrico

# Questionário sobre a Indicação de Procedência Matas de Minas

Sinta-se à vontade para responder as perguntas ou iniciar a entrevista na hora em que desejar. Caso não fique à vontade com alguma pergunta que for feita, você não terá a obrigação de responder. Você poderá interromper a entrevista quando desejar. Todas as informações que conceder somente serão divulgadas com a sua permissão, e o seu nome não será revelado.

**\*Obrigatório**

Ao participar dessa pesquisa você aceita os termos do TCLE que pode ser lido no link abaixo:

<https://drive.google.com/file/d/150CIHegBq79Nj1Yf2UcqQFY0bjbmZ2P0/view?usp=sharing>.

1. Eu aceito as condições. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- sim *Pular para a pergunta 2*  
 não *Pular para a seção 22 (Final do Questionário)*

2. Qual o seu nome?

---

3. Qual a sua idade?

---

4. Qual o seu gênero?

---

5. Qual a sua profissão e/ou ocupação?

---

6. Qual o seu grau de escolaridade?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sem escolaridade
- Fundamental
- Médio
- Superior
- Pós-graduado

7. Você participou do processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

8. Qual o nome da entidade de apoio à Indicação de Procedência Matas de Minas na qual você atuou?

---

9. Qual foi a sua função nessa entidade?

---

10. Você ainda atua nela?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

11. Durante quanto tempo (em anos) você atuou no processo de criação da Indicação de Procedência?

---

12. Qual foi a sua função no processo de criação da Indicação de Procedência?

---

13. Você ainda atua nessa função?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

14. Você recebeu alguma capacitação ou orientação durante o processo de criação da **Indicação de Procedência** Matas de Minas?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

15. Se sim, qual capacitação ou orientação você considera que foi mais importante no processo de criação da **Indicação de Procedência**?

\_\_\_\_\_

16. Essa capacitação ou orientação foi oferecida por quem?

\_\_\_\_\_

17. Quanto tempo essa capacitação ou orientação durou?

\_\_\_\_\_

18. Qual seu grau de engajamento na ideia de criação da **Indicação de Procedência**?

*Marcar apenas uma oval.*

Não engajado

Pouco engajado

Engajado

Muito engajado

Totalmente engajado

19. Das entidades listadas abaixo, marque a(s) que você mais se relacionou durante o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas.

*Marque todas que se aplicam.*

- Cooperativa Coocafé
- Sicoob Credilivre
- Sicoob Credicaf
- Sicoob Credisudeste
- Sicoob União
- Sicoob Credcooper
- Sindicato de Manhuaçu
- Sindicato de Caratinga
- Sindicato de Manhumirim
- Scamg - Associação de Cafés Especiais de Minas Gerais
- Hanns Neumann
- UFV - Universidade Federal de Viçosa
- Senar
- EMATER-MG
- IWCA - Aliança Internacional das Mulheres do Café
- Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais
- Sebrae-MG
- Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas

Outro:  \_\_\_\_\_

20. Escreva o nome de uma pessoa com a qual você se relacionou durante o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas.

\_\_\_\_\_

21. Indique o tipo de relação com essa pessoa.

*Marcar apenas uma oval.*

- Profissional
- Parentesco
- Amizade
- Confiança
- Cliente
- Comercial
- Outro: \_\_\_\_\_

22. Deseja adicionar outro pessoa?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 31*

23. Escreva o nome de uma pessoa com a qual você se relacionou durante o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas.

---

24. Indique o tipo de relação com essa pessoa.

*Marcar apenas uma oval.*

Profissional

Parentesco

Amizade

Confiança

Cliente

Comercial

Outro: \_\_\_\_\_

25. Deseja adicionar outra pessoa?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Pular para a pergunta 31*

26. Escreva o nome de uma pessoa com a qual você se relacionou durante o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas.

---

27. Indique o tipo de relação com essa pessoa.

*Marcar apenas uma oval.*

- Profissional
- Parentesco
- Amizade
- Confiança
- Cliente
- Comercial
- Outro: \_\_\_\_\_

28. Deseja adicionar outra pessoa?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 31*

29. Escreva o nome de uma pessoa com a qual você se relacionou durante o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas.

\_\_\_\_\_

30. Indique o tipo de relação com essa pessoa.

*Marcar apenas uma oval.*

- Profissional
- Parentesco
- Amizade
- Confiança
- Cliente
- Comercial
- Outro: \_\_\_\_\_

31. Dentre as alternativas abaixo, marque a que você julga mais parecida com o motivo pelo qual você se relacionou com essas pessoas durante o processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas.

*Marcar apenas uma oval.*

- Ideia de pertencimento dessas pessoas ao grupo.
- Engajamento dessas pessoas na ideia de criação da Indicação de Procedência.
- Capacidade de liderança dessas pessoas.
- Afinidade pessoal com essas pessoas.
- Motivo estritamente profissional.
- Porque essas pessoas estão ligadas à produção de café.
- Porque essas pessoas querem melhorar o desenvolvimento da região das Matas de Minas.
- Outro: \_\_\_\_\_

32. Cite o nome de três pessoas que atuaram na criação da Indicação de Procedência Matas de Minas as quais você considera mais influentes.

---

---

---

---

---

33. Com que frequência você se relaciona com essas pessoas?

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

34. Dentre as alternativas abaixo, marque a que você julga mais parecida com o motivo pelo qual você acredita que essas pessoas são mais influentes.

*Marcar apenas uma oval.*

- Ideia de pertencimento dessas pessoas ao grupo.
- Engajamento dessas pessoas na ideia de criação da Indicação de Procedência.
- Capacidade de liderança dessas pessoas.
- Afinidade pessoal com essas pessoas.
- Motivo estritamente profissional.
- Porque essas pessoas estão ligadas à produção de café.
- Porque essas pessoas querem melhorar o desenvolvimento da região das Matas de Minas.

35. Escreva o nome da pessoa que você procura com mais frequência para solicitar conselho e informações sobre Indicação de Procedência Matas de Minas.

\_\_\_\_\_

36. Por que você procura essa pessoa com mais frequência?

*Marcar apenas uma oval.*

- Porque ela consegue resolver os problemas.
- Está mais inteirada do que acontece com a Indicação de Procedência.
- Está disposta a auxiliar sempre que acionada.
- Porque ela trabalha para a Indicação de Procedência.
- Por motivos pessoais.
- Por motivos profissionais.
- Outro: \_\_\_\_\_

37. Com que frequência você se relaciona com os demais envolvidos no processo de criação da Indicação de Procedência Matas de Minas?

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

Final do Questionário

Agradecemos a sua participação.

### APÊNDICE C – Documentos consultados

Data	Tipo de Documento	Descrição
22/12/1952	Lei Federal n. 1.779.	Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.
07/05/1990	Decreto Federal n. 99.240.	Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências.
21/08/1992	Decreto Federal n. 635.	Promulga a Convenção de Paris para a proteção da Propriedade Industrial, revisada em Estocolmo em 14 de julho de 1967.
30/12/1994	Decreto Federal n. 1.355.	Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.
27/04/1995	Portaria IMA n. 165.	Delimita regiões produtoras de café do estado de Minas Gerais para a instituição do certificado de origem.
14/05/1996	Lei Federal n. 9.279.	Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
17/12/1996	Decreto Estadual n. 38.559.	Cria o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café - CERTICAFÉ, e dá outras providências.
21/07/2000	Portaria IMA n. 397.	Altera a delimitação das regiões produtoras de café do estado de Minas Gerais para a instituição do certificado de origem e qualidade.
24/08/2000	Portaria IMA n. 401.	Altera o anexo único da portaria nº 397, de 21 de julho de 2000.
23/05/2001	Portaria IMA n. 437.	Altera para Região das Matas de Minas a denominação da Região das Montanhas de Minas expressa no inciso III do Anexo Único da Portaria n.º 401, de 24 de agosto de 2000.
13/06/2003	Instrução Normativa MAPA n. 8.	Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café Beneficiado Grão Cru.
12/05/2006	Portaria IMA n. 773.	Institui indicação geográfica protegida e marca geográfica na região das Matas de Minas no âmbito do programa mineiro de incentivo a certificação de origem e qualidade do café - CERTICAFÉ.
14/03/2017	Estatuto Social Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas.	2ª Alteração Estatutária
27/12/2018	Instrução Normativa MICEX-INPI n. 095	Estabelece as condições para registro de Indicações Geográficas.

**APÊNDICE C – Documentos consultados**

Continuação...

01/10/2019	Decreto Federal n. 10.033.	Promulga o Protocolo referente ao Acordo de Madri sobre o Registro Internacional de Marcas, firmado em Madri, Espanha, em 27 de junho de 1989, o Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo referente ao Acordo e a formulação das declarações e notificações que especifica.
Sem data	Caderno de Especificações Técnicas.	Caderno de especificações técnicas da IP “Matas de Minas”.